

ESTADO DA PARAÍBA

N° 15.642

João Pessoa - Quarta-feira, 24 de Setembro de 2014

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Decreto nº 35.353 de 23 de setembro de 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DO-TAÇÕES CONSIGNADAS NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 5°, inciso III, da Lei nº 10.262, de 03 de fevereiro de 2014, combinado com os artigos 1º, 2º, 3º, incisos III e IV, e 4°, inciso I, da Lei nº 10.352, de 10 de setembro de 2014, e tendo em vista o que consta do Processo SEPLAG/2860/2014,

 $\underline{\underline{D}} \underline{\underline{E}} \underline{\underline{C}} \underline{\underline{R}} \underline{\underline{E}} \underline{\underline{T}} \underline{\underline{A}}$:
Art. 1° - Fica aberto o crédito suplementar no valor de **R\$ 2.906.000,00** (dois milhões, novecentos e seis mil reais), para reforço de dotações orçamentárias na forma abaixo discriminadas:

30.000- ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

30.101- RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
04.122.5046-4199. 0287 - ALUGUEL DE IMÓVEIS	3390.39	100	1.900.000,00
04.122.5046-4216- 0287 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	4490.52	100	387.000,00
28.846.0000-0751-0287- INDENIZAÇÕES E RESTITUÍÇÕES	3390.93	100	100.000,00
28.846.0000-0703 -0287- DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTE- RIORES	3390.92	100	519.000,00

TOTAL 2.906.000,00

Art. 2° - As despesas com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior correrão a conta de anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação a seguir:

30.000- ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

30.101- RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
04.122.5046-4220. 0287 - VALE E AUXÍLIO TRANSPORTE	3390.39	100	2.906.000,00
TOTAL			2.906.000.00

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 23 de

setembro de 2014; 126º da Proclamação da República.

. Cva pessoa rodrigues

Decreto nº 35.354 de 23 de setembro de 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DO-TAÇÃO CONSIGNADA NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 5°, inciso III, da Lei nº 10.262, de 03 de fevereiro de 2014, e tendo em vista o que consta do Processo SEPLAG/2859/2014,

<u>D E C R E T A</u>:

Art. 1° - Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 328.000,00 (trezentos e vinte e oito mil reais), para reforço de dotações orçamentárias na forma 30.000- ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

30.101- RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
04.122.5046-4216- 0287 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	4490	100	328.000,00
TOTAL			328.000,00

Art. 2° - A despesa com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior correrão a conta de anulação de dotações orçamentárias conforme discriminação a seguir: 30.000- ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

30.101- RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
04.122.5046-4205. 0287 - ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS	3390 4490	100 100	88.000,00 50.000,00
04.122.5046-4211- 0287- SEGUROS E TAXAS DE VEÍCULOS	3391	100	20.000,00
04.122.5046-4511- 0287- MANUTENÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO	3390	100	30.000,00
04.126.5046-4219- 0287- SERVIÇOS DE INFORMATIZAÇÃO	3390	100	140.000,00
mom + v			220 000 00

328.000,00

Preço: R\$ 2,00

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 23 de setembro de 2014; 126º da Proclamação da República.

Decreto nº 35.355 de 23 de setembro de 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DO-TAÇÃO CONSIGNADA NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 5°, inciso II, da Lei nº 10.262, de 03 de fevereiro de 2014, e tendo em vista o que consta do Processo SEPLAG/2858/2014,

<u>D E C R E T A</u>:

Art. 1° - Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), para reforço de dotação orçamentária na forma abaixo discriminada:

30.000- ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

30.101- RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
28.846.0000-0715. 0287 - DESAPROPRIAÇÃO E INDENIZAÇÕES DE IMÓVEIS	4590	100	4.000.000,00
TOTAL			4.000.000,00

Art. 2º - A despesa com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior correrá a conta de Excesso de Arrecadação da Receita do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 23
de setembro de 2014; 126º da Proclamação da República.

HICARDO VIETRA COUTINHO
GOVERNADO
THOMPS OF TARRE
Secretaria de Bargia da Planejamento Genno

Decreto nº 35.356 de 23 de setembro de 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA NO VIGENTE ORÇAMENTO

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 5°, inciso III, da Lei nº 10.262, de 03 de fevereiro de 2014, e tendo em vista o que consta do Processo SEPLAG/2850/2014,

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para reforço de dotação orçamentária na forma abaixo discriminada:

25.000 – SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

25.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
10.302.5154-4067-0287- MANUTENÇÃO DO HOSPITAL DE TRAUMAS DE CAMPINA GRANDE	4490	110	30.000,00
TOTAL			30.000,00

Art. 2º - A despesa com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior correrá por conta de anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação a seguir:

25.000 – SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE 25.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
10.302.5154-4067-0287- MANUTENÇÃO DO HOSPITAL DE TRAUMAS DE CAMPINA GRANDE	3390	110	30.000,00
TOTAL			30,000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 23 de setembro de 2014; 126º da Proclamação da República.

THOMPSOLVETARD

TARGET HANDEL DA SELVA PERSON KUDRIGUES Secretario de Estado du Financas



GOVERNO DO ESTADO Governador Ricardo Vieira Coutinho

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A UNIÃO Superintendência de Imprensa e Editora BR 101 - Km 03 - Distrito Industrial - João Pessoa-PB - CEP 58082-010

Albiege Lea Araújo Fernandes SUPERINTENDENTE

Murillo Padilha Câmara Neto

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Gilson Renato de Oliveira
DIRETOR TÉCNICO

Lúcio Falcão

EDITOR DO DIÁRIO OFICIAL

GOVERNO DO ESTADO

Fones: 3218-6533/3218-6526 - E-mail: wdesdiario@gmail.com Assinatura: (83) 3218-6518

7.53matara. (65) 52 16 65 16	
AnualR\$	400,00
SemestralR\$	200,00
Número AtrasadoR\$	3,00

Decreto nº 35.357 de 23 de setembro de 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DO-TAÇÕES CONSIGNADAS NO VIGENTE ORÇAMENTO

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 5°, inciso III, da Lei nº 10.262, de 03 de fevereiro de 2014, e tendo em vista o que consta dos Processos SEPLAG/2855/2870/2871/2014,

<u>D E C R E T A</u>:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 21.369.581,00 (vinte e um milhões, trezentos e sessenta e nove mil, quinhentos e oitenta e um reais), para reforço de dotações orçamentárias na forma abaixo discriminadas:

22.000 – SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO 22.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
12.122.5046-4217-0287- ENCARGOS COM PESSOAL ATIVO	3190	103	2.400.000,00
12.361.5036-2297-0287- DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	4490	113	9.030.000,00
12.361.5036-4313-0287- ENCARGOS COM PESSOAL ATIVO DO MAGISTÉRIO DO ENSINO FUNDA- MENTAL	3191	103	4.906.786,00
12.362.5036-4472-0287- ENCARGOS COM PESSOAL ATIVO DO MAGISTÉRIO DO ENSINO MÉDIO	3190	103	2.383.877,00
12.366.5036-2770-0287- DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	3390	156	2.648.918,00
TOTAL		l	21.369.581,00

Art. 2° - As despesas com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior correrão por conta de anulação de dotações orçamentárias, conforme discriminação a seguir:

22.000 – SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO 22.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Especificação Natureza Fonte Valor 12.122.5046-4194-0287- CONSERVAÇÃO, REFORMA E ADAPTAÇÃO DE IMÓVEIS 500,000,00 3390 4490 103 1.900.000,00 12.361.5036-2297-0287- DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL 113 9.030.000,00 3390 12.361.5036-4313-0287- ENCARGOS COM PESSOAL ATIVO DO MAGISTÉRIO DO ENSINO FUNDA-**MENTAL** 3190 103 7.290.663,00 12.362.5036-2511-0287- DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 3390 2.648.918,00 TOTAL

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 23 de setembro de 2014; 126º da Proclamação da República.

HICARDO VIETRA COUTINHO
GOVELUNDO
THOMPSOS MARK
Securitation de Planejamentore Gestac

Decreto n° 35.358 de 23 de setembro de 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 5°, inciso II, da Lei nº 10.262, de 03 de fevereiro de 2014, e tendo em vista o que consta do Processo SEPLAG/2659/2014,

<u>D E C R E T A</u>:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de **R\$ 875.000,00** (oitocentos e setenta e cinco mil reais), para reforço de dotação orçamentária na forma abaixo discriminada:



26.000- SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL 26.101- SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

• •	Natureza	Fonte	Valor
06.128.5067-2935. 0287 - FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE POLICIAIS	3390	100	875.000,00

TOTAL

Art. 2º - A despesa com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior correrá por conta do Excesso de Arrecadação da Receita do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, de acordo com o artigo 43, § 1°, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 23

de setembro de 2014; 126° da Proclamação da República.

Decreto nº 35.359 de 23 de setembro de 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DO-TAÇÕES CONSIGNADAS NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 5°, inciso II, da Lei nº 10.262, de 03 de fevereiro de 2014, e tendo em vista o que consta dos Processos SEPLAG/2800/2841/2014,

 $\frac{D}{A}$ $\frac{E}{C}$ $\frac{C}{R}$ $\frac{E}{C}$ $\frac{T}{R}$ $\frac{A}{C}$:

Art. $\frac{1}{10}$ - Fica aberto o crédito suplementar no valor de **R\$ 414.705,00** (quatrocentos e quatorze mil setecentos e cinco reais), para reforço de dotações orçamentárias na forma

09.000- SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO

09.103- CASA MILITAR

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
06.122.5046-4216. 0287 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	3390	100	110.345,00
06.183.5144-2360. 0287- ASSISTÊNCIA ÀS AÇÕES DE APOIO GOVERNAMENTAL	3390	100	304.360,00
TOTAL	ı		414.705.00

Art. 2° - As despesas com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior correrão por conta do Excesso de Arrecadação da Receita do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, de acordo com o artigo 43, § 1°, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 23 de

setembro de 2014; 126º da Proclamação da República.

Decreto nº 35.360 de 23 de setembro de 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DO-TAÇÕES CONSIGNADAS NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 5º, inciso II, da Lei nº 10.262, de 03 de fevereiro de 2014, e tendo em vista o que consta do Processo SEPLAG/2470/2014, <u>D E C R E T A</u>:

Art. 1° - Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 1.900.000,00 (um novecentos mil reais), para reforço de dotações orçamentárias na forma abaixo discriminadas:

15.000 – POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA 15.101 – COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR

Especificação Natureza | Fonte Valor 06.122.5046-4209-0287-REPAROS E CONSERVAÇÃO DE VEÍ-350.000,00 3390 100 **CULOS**

TOTAL			1.900.000.00
06.181.5144-4600-0287- MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DO COMANDO REGIONAL II	3390	100	100.000,00
06.122.5144-4570-0287- MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DO COMANDO REGIONAL I	3390	100	100.000,00
06.122.5144-4569-0287- MANUTENÇÃO DO CENTRO DE EDUCA- ÇÃO EM JOÃO PESSOA	3390	100	150.000,00
06.122.5046-4216-0287- MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	3390	100	1.200.000,00

Art. 2º - As despesas com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior correrão a conta de Excesso de Arrecadação da Receita do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 23 de setembro de 2014; 126º da Proclamação da República.

TARCIO HANDEL DA SILVA PESSOA RODRIGUES

Decreto nº 35.361 de 23 de setembro de 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DOTAÇÃOES CONSIGNADAS NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 5°, III, da Lei nº 10.262, de 03 de fevereiro de 2014, combinado com os artigos 1°, 2°, 3°, incisos III e IV e 4°, inciso I, da Lei 10.352,

milhão, trezentos e cinquenta e oito mil reais), para reforço de dotações orçamentárias na forma abaixo discriminadas:

17.000 – SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA

17.101 - SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
04.122.5046.4194-0287- CONSERVAÇÃO, REFORMA E ADAPTA-			
ÇÃO DE IMÓVEIS	3390.39	100	30.000,00
04.122.5046.4216-0287- MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINIS-			
TRATIVOS	3390.30	100	460.000,00
	3390.36	100	255.000,00
	3390.37	100	100.000,00
	3390.39	100	170.000,00
	3390.47	100	140.000,00
	3391.39	100	130.000,00
04.122.5046.4221-0287- VALE REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO E			
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	3390.46	100	20.000,00
Especificação	Natureza	Fonte	Valor
04.129.5049.2072-0287- DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE			
TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCA-			
LIZAÇÃO	4490.52	100	50.000,00
SUBTOTAL			

17.103 – PRIMEIRA GERÊNCIA REGIONAL

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
04.122.5046.4216-0287- MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	3390.39	100	8.000,00

8.000,00

SUBTOTAL

17.105 – TERCEIRA GERÊNCIA REGIONAL

3390.30	100	10.000,00
3390.14	100	10.000,00
-		

17.106 – QUARTA GERÊNCIA REGIONAL

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
04.122.5046.4216-0287- MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	3390.39	100	5.000,00

SUBTOTAL 5.000,00 TOTAL GERAL 1.388.000,00

Art. 2° - As despesas com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior correrão por conta de anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação a seguir:

17.000 – SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA

17.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA

Especificação Natureza Fonte 04.129.5049-2072-0287- DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCA-LIZAÇÃO 3390.39 100 1.388.000,00

> TOTAL 1.388.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 23 de setembro de 2014; 126º da Proclamação da República.

RICARDO VIEIRA COUTINIO

TARCIO HANDEL DA SILVA PESSOA RODRIGUES

Decreto nº 35.362 de 23 de setembro de 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DOTAÇÃOES CONSIGNADAS NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 5°, III, da Lei nº 10.262, de 03 de fevereiro de 2014, combinado com os artigos 1º, 2º, 3º, incisos III e IV e 4º, inciso I, da Lei 10.352, de 10 de setembro de 2014, e tendo em vista o que consta do Processo SEPLAG/1315/2014,

<u>D E C R E T A</u>:

Art. 1° - Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 1.320.000,00 (um milhão, trezentos e vinte mil reais), para reforço de dotações orçamentárias na forma abaixo discriminadas:

17.000 – SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA

17.902 – FUNDO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
04.122.5292.1572-0287- CONSTRUÇÃO, REFORMA E ADAPTAÇÃO			
DE UNIDADES FAZENDÁRIAS	3390.30	100	10.000,00
	3390.39	100	60.000,00
04.122.5292.4338-0287- AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	4490.52	100	550.000,00
04.122.5292.4620-0287- AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPA- MENTOS	4490.52	100	250.000,00
04.122.5292.4621-0287- AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PAR-			
QUE TECNOLÓGICO	3390.39	100	50.000,00
	4490.52	100	400.000,00

Art. 2° - As despesas com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior correrão por conta de anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação a seguir:

1.320.000,00

17.000 - SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA 17.101 – SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA

Especificação Natureza Fonte Valor 04.129.5049-2072-0287- DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE TRIBUTAÇÃO, ARRECADAÇÃO E FISCA-LIZAÇÃO 3390.39 1.320.000,00 TOTAL 1.320.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 23 de setembro de 2014; 126º da Proclamação da República.

TARCIO HANDEL DA SILVA PESSOA RODRIGUES

Decreto nº 35.363 de 23 de setembro de 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DO-TAÇÃO CONSIGNADA NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 5º inciso II, da Lei nº 10.262, de 03 de fevereiro de 2014, e tendo em vista o que consta do Processo SEPLAG/2833/2014,

 $\frac{D}{Art.} \frac{E}{1^o} \frac{C}{\cdot} \frac{R}{Fica} \frac{E}{aberto} \frac{T}{o} \frac{A:}{c}$ (cento e quinze mil reais), para reforço de dotação orçamentária na forma abaixo discriminada:

27.000- SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 27.902- FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Especificação Natureza Fonte Valor 08.244.5326-4790.**0287**- GERENCIAMENTO DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPE-3390 115.000.00 CIAL 270 **TOTAL** 115.000,00

Art. 2º - A despesa com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior correrá a conta de Excesso de Arrecadação, de acordo com a Lei nº 9.678, de 18 de abril de 2012, que dispõe sobre a redução de juros e multas de mora e sobre o parcelamento de débitos tributários, relacionados ao IPVA e às Taxas Estaduais, conforme conta corrente nº 12.436-2, do Banco do Brasil S/A, e de acordo com o artigo 43, § 1°, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 23 de setembro de 2014; 126º da Proclamação da República.

Decreto nº 35.364 de 23 de setembro de 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DO-TAÇÃO CONSIGNADA NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 5°, III, da Lei nº 10.262, de 03 de fevereiro de 2014, e tendo em vista o que consta do Processo SEPLAG/2862/2014,

<u>D E C R E T A</u>:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 199.000,00 (cento e noventa e nove mil reais), para reforço de dotação orçamentária na forma abaixo discriminada: 29.000 – SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

29.202 – A UNIÃO – SUPERINTENDÊNCIA DE IMPRENSA E EDITORA

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
24.126.5046.4219-0287-SERVIÇOS DE INFORMATIZAÇÃO	4490	270	199.000,00
TOTAL	I		199.000,00

Art. 2º - A despesa com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior correrá por conta de anulação de dotações orçamentárias, conforme discriminação a seguir:

29.000 – SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
24.122.5046.4194-0287- CONSERVAÇÃO, REFORMA E ADAPTA- ÇÃO DE IMÓVEIS	4490	270	100.000,00
24.126.5046.4219-0287- SER VIÇOS DE INFORMATIZAÇÃO	3390	270	99.000,00
TOTAL			199.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 23 de setembro de 2014; 126º da Proclamação da República.

HICARDO VIETRA COUTINHO
GOVERNADO
THOMPSON MARIE
Seuroja filos plantidos do Planejamentos Gestão

Decreto nº 35.365 de 23 de setembro de 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DO-TAÇÕES CONSIGNADAS NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 5°, inciso III, da Lei nº 10.262, de 03 de fevereiro de 2014, combinado com os artigos 1°, 2°, 3°, inciso III, e 4°, inciso I, da Lei nº 10.352, de 10 de setembro de 2014, e tendo em vista o que consta do Processo SEPLAG/2865/2014,

<u>D E C R E T A</u>:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de **R\$ 122.000,00** (cento e vinte e dois mil reais), para reforço de dotações orçamentárias na forma abaixo discriminadas: 28.000-SECRETARIA DE ESTADO DOS RECURSOS HÍDRICOS, DO MEIO AMBIENTE E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

28.204- FUNDAÇÃO DE APÓIO À PESQUISA DO ESTADO DA PARAÍBA

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
04.122.5046-4195. 0287 - ENCARGOS COM ÁGUA, ENERGIA E TELEFONE	3390.39	100	10.000,00
04.122.5046-4209- 0287 - REPAROS E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	3390.39	100	4.000,00
04.122.5046-4216- 0287- MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMI- NISTRATIVOS	3390.30 3390.33 3390.39 3390.14 3391.39	100 100 100 100 100	28.000,00 10.000.00 50.000,00 10.000,00 10.000,00
TOTAL			122,000,00

Art. 2º - As despesas com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior correrão a conta de anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação a seguir: 28.000- SECRETARIA DE ESTADO DOS RECURSOS HÍDRICOS, DO MEIO AMBIENTE E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

28.204- FUNDAÇÃO DE APÓIO À PESQUISA DO ESTADO DA PARAÍBA

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
19.573.5103-4516- 0287- APOIO Á PESQUISA, DESENVOLVI- MENTO E INOVAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA		100	122.000,00
TOTAL			122 000 00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 23 de setembro de 2014; 126º da Proclamação da República.

PICARDO VIETRA COUTINHO
GOVERNADO
THOMPSON MARKE

THUMPS (purple of the description of the property of the person of the p

Decreto nº 35.366 de 23 de setembro de 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA REFORÇO DE DOTAÇÃO CONSIGNADA NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado e, autorizado pelo artigo 5°, inciso II, da Lei nº 10.262, de 03 de fevereiro de 2014, e tendo em vista o que consta do Processo SEPLAG/2815/2014,

<u>D E C R E T A</u>:

Art. 1° - Fica aberto o crédito suplementar no valor de **R\$ 1.430.500,00** (um milhão, quatrocentos e trinta mil, quinhentos reais), para reforço de dotação orçamentária na forma abaixo discriminada:

23.000 – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAÍBA 23.901 – FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS

Especificação	Natureza	Fonte	Valor
06.182.5181-4391-0287- AQUISIÇÃO DE VIATURAS, PEÇAS, ACESSÓRIOS E SERVIÇOS	4490	270	1.430.500,00
TOTAL			1.430.500.00

Art. 2º - A despesa com o crédito suplementar aberto pelo artigo anterior correrá por conta do Excesso de Arrecadação da Taxa de Prevenção Contra Incêndio e Salvamento, de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em $\rm João$ Pessoa, $\rm ~23$ de setembro de 2014; 126º da Proclamação da República.

HICARDO VIETRA COUTINHO
GOVERNADO
THOMPSON TARA

Secretário de Estado das Finanças

SECRETARIAS DE ESTADO

Secretaria de Estado da Administração Penitenciária

Portaria nº753/GS/SEAP/14

Em 17de setembro de 2014

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 28, do Decreto nº. 12.836, de 09 de dezembro de 1988, RESOLVE, designar o servidorJOÃO MAURICIO DA ROCHA SOBRINHO, Agente de Segurança Penitenciária, matricula nº182.161-0, Classe A, lotado nesta Pasta, para prestar serviço juntoao CADEIA PÚBLICA DE BAYEUX, de 3ª entrância, até ulterior deliberação.

Publique-se

Portaria nº 755/GS/SEAP/14

Em17de setembro de 2014

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 28, do Decreto nº. 12.836, de 09 de dezembro de 1988, RESOLVE, por necessidade do serviço, visando a otimização de recursos e na implantação de rotatividade de pessoal nas unidades, designar a servidoraAURICÉ-LIA MARIA DOS SANTOS OLIVEIRA, Agente de Segurança Penitenciária, matricula nº173.477-6Classe A, ora lotada naPenitenciária Des. Romero Nóbrega, para prestar serviço junto aCADEIA PÚBLICA DE CAJAZEIRAS, até ulterior deliberação.

Publique-se Cumpra-se

Portaria nº 756/GS/SEAP/14

Em17de setembro de 2014

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 28, do Decreto nº. 12.836, de 09 de dezembro de 1988, RESOLVE, por necessidade do serviço, visando a otimização de recursos e na implantação de rotatividade de pessoal nas unidades, designar a servidoraMARIA DO SOCORRO SILVA, Agente Administrativa Auxiliar, matricula n°80.121-6, ora lotada naCadeia Pública de Boqueirão, para prestar serviço junto aPENITENCIÁRIA JURISTA RAYMUNDO ASFORA, até ulterior deliberação.

Publique-se Cumpra-se

Portaria nº 757/GS/SEAP/14

Em23de setembro de 2014

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 28, do Decreto nº. 12.836, de 09 de dezembro de 1988, RESOLVE, por necessidade do serviço, visando a otimização de recursos e na implantação de rotatividade de pessoal nas unidades, designar a servidoraELIEUDA BEZERRA PEREIRA, Agente de Segurança Penitenciária, matricula nº163.564-6Classe A, ora lotadana Presídio Padrão Regional de Cajazeiras, para prestar serviço junto aCADEIA PÚBLICA DE UIRÁUNA, até ulterior deliberação.

Publique-se Cumpra-se

Portaria nº 758/GS/SEAP/14

Em17de setembro de 2014

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 28, do Decreto nº. 12.836, de 09 de dezembro de 1988, RESOLVE, por necessidade do serviço, visando a otimização de recursos e na implantação de rotatividade de pessoal nas unidades, designar a servidoraANDRÉA XAVIER THORPE, Agente de Segurança Penitenciária, matricula nº163.486-1Classe A, ora lota

dana Presídio Padrão de Santa Rita, para prestar serviço junto aPENITENCIÁRIA DES. FLÓS-COLO DA NÓBREGA, até ulterior deliberação.

Publique-se

Portaria nº 760/GS/SEAP/14

Em23de setembro de 2014

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 28, do Decreto nº. 12.836, de 09 de dezembro de 1988, RESOLVE, por necessidade do serviço, visando a otimização de recursos e na implantação de rotatividade de pessoal nas unidades, designar a servidoraANDRÉA RODRIGUES DOS SANTOS, Agente de Segurança Penitenciária, matricula nº168.861-8Classe A, ora lotada na Cadeia Pública de Pilões, para prestar serviço junto aPRESÍDIO REGIONAL VICENTE CLAUDINO, até ulterior deliberação.

Publique-se Cumpra-se

Portaria nº 761/GS/SEAP/14

Em23de setembro de 2014

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 28, do Decreto nº. 12.836, de 09 de dezembro de 1988, RESOLVE, por necessidade do serviço, visando a otimização de recursos e na implantação de rotatividade de pessoal nas unidades, designar o servidor JONNY VILLE DA SILVA BRILHANTE, Agente de Segurança Penitenciária, matricula nº168.660-7Classe A, ora lotado na Cadeia Pública de Caiçara, para prestar serviço junto aCADEIA PÚBLICA DE BELÉM, até ulterior deliberação.

Publique-se Cumpra-se

Portaria nº 762/GS/SEAP/14

Em23de setembro de 2014

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 28, do Decreto nº. 12.836, de 09 de dezembro de 1988, RESOLVE, por necessi dade do serviço, visando a otimização de recursos e na implantação de rotatividade de pessoal nas unidades, designar a servidoraANNY CAROLINA COSTA BELTRAN, Agente de Segurança Penitenciária, matricula nº182.131-8Classe A, ora lotada naPenitenciária Dr.º Romeu Gonçalves de Abrantes, para prestar serviço junto aoCENTRO DE REEDUCAÇÃO FEMININA MARIA JÚLIA MARANHÃO, até ulterior deliberação.

Publique-se Cumpra-se

Portaria nº 763/GS/SEAP/14

Em23de setembro de 2014

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 28, do Decreto nº. 12.836, de 09 de dezembro de 1988, RESOLVE, por necessidade do serviço, visando a otimização de recursos e na implantação de rotatividade de pessoal nas unidades, designar a servidoraMARIA DE FÁTIMA FERNANDES, Agente de Segurança Penitenciária, matricula nº182.131-8Classe A, ora lotada naPenitenciária Procurador Romero Nóbrega, para prestar serviço junto aPENITENCIÁRIA DR.º ROMEU GONÇALVES DE ABRANTES, até ulterior deliberação.

Publique-se Cumpra-se

Portaria nº764/GS/SEAP/14

Em 23de setembro de 2014

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA,no uso das atribuições que lhe confere o Art. 28, do Decreto nº. 12.836, de 09 de dezembro de 1988, RESOLVE, designar a servidoraSHEILA GOMES DE MELO, Agente de Segurança Penitenciária, matricula nº182.311-6, Classe A, lotado nesta Pasta, para prestar serviço juntoaoPENITENCIÁRIAPADRÃO REGIONAL DE SANTA RITA, de 3ª entrância, até ulterior deliberação.

Publique-se Cumpra-se

WALLBER VIRGOLING SLIVA FERREIRA.

Secretaria de Estado da Administração

DIRETORIA EXECUTIVA DE RECURSOS HUMANOS

GOVERNO DO ESTA					N° d	a Resenha: 378
∺ Secretaria de Estado			cutiva Concessão de Di	reltos e		18/08/2014
O Diretor Executivo de Rec 2374/GS.	eonamuH acarus	por delegação de co	mpetência que lhe foi o	utorgada p	ela Porlaria	nº
datada de 18.07.88, e de ao	ordo com Laudo	da Perícia Medica O	ficial, DEFERIU os segu	intes pedic	dos:	
		da Perícia Medica O Situação Funcional		intes pedic	dos: Início	Retorno
datada de 18.07.88, e de ac	Matricula	Situação Funcional				Retorno
datada de 18.07.88, e de ao Orgão	Matricula	Situação Funcional Inde				

SECIEST EDUCAÇÃO	604 635 8	PRESTADOR	ANGELA MELLY DA COSTA MAIA	180 14/08/2014	10/02/2015
Tipo de Licença -> Licença	para Trat	amento de Saude			
SECTS! TIMOMOVO	1788892	LI LTIYO	NADIANE CHAYES PEREIRA	27 22/07/2014	18/08/2014
SECTES L'EDUCACAO	6732186	PRESTADOR	DE FICEANDA EVERALDO BERNARIZO DE	15 16/07/2014	31/07/2014
SECIEST EDUCAÇÃO	700045	FEETMO	PONTES EIL HO ALUIZ O MACENA DUARTE	30 14/08/2014	13/09/2014
SEGLEST SAUDE	1500147		MARIA DO SOCORRO DE .	30 13/08/2014	12/09/2014
SECIEST EDUCACAG	6419917	PRESTADOR	BRITO DAMOS MARIANA ROLIM LOPES	14 11/08/2014	25/08/2014
SECLISTISEGUR E DELESA SOCIAL	919969	LI LTIVO	OLMFIRA ROMULO BORGLIS COSTA	90 12/08/2014	10/11/2014
SECT STEPHEN SECTION AND ADDRESS OF THE SECTION ADDRESS OF	758825	LLEUMO	ISADL - CRISTINA DIAS	30 11/08/2014	
SECIEST EDUCAÇÃO	1449036	FEETING:	EDERALDO BARBOSA ALVES	60 14/08/2014	110 001 01 00 00 00 00 00
SECILISTICOMUNIC INSTITUCIONAL	962062	LLLINO	JOSE ROLIM DE LIMA	30 01/08/2014	31/08/2014
SECIEST EDUCAÇÃO	998770	FEETMO:	JOSE RENAN DE LUNA ETIHO	90 12/08/2014	10/11/2014
SECLISTIEDOUADAO	1445661	LI LTIVO	MARIA GILDA I KILANDA RANGLE	60 18/08/2014	17/10/2014
SECIEST FINICACAC	860195	FEETING	ISARE ARRUDA NUNES	21 07/08/2014	26/08/2014
SECLETIENCACAC	6730 558	PRESTALIOR	ROSANA DRITO LALGAO MAIA	15 30/07/2014	14/08/2014
SECILST SOUDE	1627601	LI LIIVO	VERONICA DE JEBUQUERQUE MARQUES LEHOSA	30 14/08/2014	13/09/2014
SECIEST EDUCAÇÃO	6629113	PRESTADOR	MARIA AUXII IADORA DOS S ALCANTARA	15 11/08/2014	26/08/2014
SEGLIST LEDUCAÇÃO	1450093		DAVID ABILIO BARBOSA	30 12/08/2014	11/09/2014
SEGLEST LEDUCACAC	1212508	LI LIIVO	EDILLNE VASCONCELOS ADRUDA	60 11/08/2014	10/10/2014
SEGLET LEDUCACAC	1410413	LI LTIVO	LI (ANGISCA NASCIMENTO DA SILVA	120 18/08/2014	10/12/2014
SECILIST LEDUCACAO	85 1655	LI LTIVO	JANDACIARA GISCIA DE LIMA VIDO AMARAI	60 06/08/2014	05/10/2014
SECTEST EDUCAÇÃO	1327668	LLLINO	VERA LUCIA DE SOUZA L'ELISMINO	90 03/07/2014	01/10/2014
SEGLIST EDUCAÇÃO	1417550	LI LIIVO	MARIA EDENISE DINIZ	30 18/08/2014	17/09/2014
SECIEST EDUCAÇÃO	1315731	FEETMO	MARIA DO SOCORRO LIMA ORUZ	30 04/08/2014	
SECILISTIEDUCAÇÃO	6435084	PRESTADOR	ISABLE GIRSLLANDIA SLLIMTO ALVES	15 19/07/2014	03/08/2014
SECLEST, ADMINISTRAÇÃO	/331/2	LLETIVO	MAGNU ALBERTO DA SILVA	90 07/07/2014	05/10/2014
SECIEST SAUDE	1614061	FFFTMO	ADJANE PEREIRA JACO	20 30/07/2014	19/08/2014
SECILISTIEDUCACAC	1437518	LI LTIVO	MARIA LUCIA DE ABRANTES. TORRES	30 18/08/2014	17/09/2014
SEGEST FINIOACM)	1571061	HEE HMO	Vehicing fun Roderscher da SILVA	80 10/08/2014	09/09/2014
SEGLIST EDUCAÇÃO	1733451		LLAINE DOS SANTOS DANTAS	30 18/08/2014	17/09/2014
SECLET.SAUDE	1626591	LI ETIVO	DANUBIA DA SILVA LINS	30 30/07/2014	
SEGIL 91 IL DU CACAC		LI LIIVO	RALINA LIGIA DELL'INO OLIYERA	90 13/0A/2014	11/11/2014
SECILIST EDUCAÇÃO		LLLINO	JANDACIARA GISCIA DE LIMA V DO AMARAL	60 06/08/2014	05/10/2014
SECIEST EDUCAÇÃO	1417673		MARIA FUNICE LACERDA PLUROSA	90 18/08/2014	16/11/2014
SECLISTEDUCAÇÃO	1773895		JOLEMA MAIA SANTIAGO	30 04/0 8 /2014	03/09/2014
Tipo de Licença → Licença	•	• 0.00			
SECLIST LOUCACAC SECIEST RECEITA	1449249	EFETIVO:	JOLE AZEVEDO GUIMARAES DURVALANTONIO DE ABALJO	90 18/08/2014	17/09/2014
SEGLEST LEGUCAÇÃO	1347047		JOLL AZEVEDO GUIMARAES	30 17/08/2014 30 18/08/2014	
SEC EST DESENVOLVIMENTO	1318632		MARIA DAS NEVES FERRERA DE MEDEIROS	30 20/08/2014	
			DE INCOCITOUS	-	
Tipo de Licença → Prorrog sec est πεσεπλ		eretimo	GLAUDIO EMMANUEL MELO N	30 05/08/2014	04/09/2014
SEGLIST.EDUCACAC		LI L'HVO	DE MORAES ROBERTO GUILTIERME	60 18/08/2014	17/10/2014
SECIEST GIDADAN E ADM PENIT	1292188		GUERRA DA ROCHA GLENE MARINHO DA SILVA	60 02/08/2014	
SEGLIST LEUCACAO		LI LTIVO	I RANCISCO DUDA DA SILVA	90 19/08/2014	
SECLEST.SAUDE		LI LTIVO	MARIAT ERREIRA LOPES DE . LIMA	60 01/08/2014	
SECIEST FRUCACAO	1417070	FEETMO	LIDUINA PEREIRA LIMA MORAIS	90 03/08/2014	01/11/2014
SECLEST CIDADAN, LI ADM, PENTI.		LI L'HVO	ANA MARIA GALDINO DA SILVA	60 15/08/2014	14/10/2014
SECLET, AUMINISTRAÇÃO	1095781	LLETINO	ALFREDO GUILTIERME TOSCANO ESPINOLA NETO	90 15/08/2014	13/11/2014
SECLISTERUCAÇÃO	101-17-00-101-10	LETIVO	MARIA CITAVES REINALDO	60 12/08/2014	
SECIEST EDUCAÇÃO	1288261	FEETING	MIRIAM MEIRA DE LIMA	60 27/07/2014	
SECIEST EDUCAÇÃO SECIESTISEGUR E JELESA SOCIAL	1417347 1560760	FFFTMO	ANTONIA COELHO DE LIMA LIDIA COSTA VELOSO	90 16/08/2014 60 07/08/2014	14/11/2014
SECIESTISEGOR E DELESA SUCIAL SECIESTISEGOR E DELESA SUCIAL	896543	FFFTMO	JACQUELINE RAMOS DE	60 13/08/2014	12/10/2014
SECILSTILDUCAÇÃO	740730	LILINO	MEDEROS FERNANDES JOAO BOSCO LEAL DA	60 10/08/2014	09/10/2014
SEC EST GOVERNO	1282425	FFFTMO	NOBELGA FLIZABETH MARIA DA	15 30/07/2014	14/08/2014
SECIEST FRUCACAO	1345768	FEETMO	MANIRADA SILVA SOLZA	90 03/08/2014	01/11/2014
					_

Vantagens O Diretor Executivo de 2374/GS,	tado da Admin Iva de Recurso Recursos Hum	istração s Humanos / Gerênc nanos por delegação	la Executiva Concessão de Direi de competência que lhe foi outo dica Oficial, DEFERIU os seguint	rgada p	ela Portaria	a Resenha: 380 20/08/2014 n°
Òrgão	Matricula	Situação Funcional	Nome	Dias	Início	Retorno
Tipo de Licença =>	Licença Mat	ernidade				
SEC.EST.SAUDE	9289101	PRESTADOR	LUMARA MARTINS DE L'RETLAS	180	28/07/2014	24/01/2015
SEC EST SAUDE	9041991	PRESTADOR	MARIA JUSE DOS SANTOS	180	15/08/2014	11/02/2015
SEC.EST.EDUCAÇÃO	1658735	LI LTIVO	MARIA LAURA DE CLIVERA SCUZA CAVALGANTI	180	20/08/2014	16/02/2015



SECLSI RECEILA	915955	LLEHVO	LERNANDA DE LA IMA BARRETO.	30	15/08/2014	14/09/2014
SEC EST EDUCAÇÃO	1377206	EFETMO	JULIA FIRMINA GERMANO SOARES	45	07/08/2014	21/09/2014
SEC.EST.SEGUR E DELESA SOCIAL	1685678	LLLINO	JOSE I AGNER ARAÚJO	60	14/08/2014	13/10/2014
SEC EST EDUCAÇÃO	1435027	FFFTMO:	CELMA MARIA LEITE	30	19/08/2014	18/09/2014
SEC.EST.SADDL	999405	LLETINO	JOSE LIVALDO DE CARVALHO	45	15/08/2014	29/09/2014
SEC.EST.CIDADAN, E ADM. PENIT	1718541	LI LTIVO	LUIZ VII AL LUCENA DE L'ARIAS	15	16/08/2014	31/08/2014
SEC.EST.SEGUR E DELESA SOCIAL	801861	LI LTIVO	JONAS MARIO DE SOUZA	60	20/08/2014	19/10/2014
SEC.EST.SAUDE	1348892	LILINO	ROSANL GONÇALVES GOMES	21	30/07/2014	20/08/2014
SEC EST EDUCAÇÃO	1598171	FEETMO	FLINALVA ROSENO DOS SANTOS SILVA DE ABREU	15	12/08/2014	27/08/2014
9EO.E9T.9EOUR E DELEGAT SOCIAL	1576372	LETINO	MARINA SULNIA DE ARAQUO YILAR	80	14/08/2014	13/09/2014
SEC EST EDUCAÇÃO	777284	FEETING	FERNANDO ANTONIO DE SOUSA GOUVEIA	90	20/08/2014	18/11/2014
SEC EST EDUCAÇÃO	1465228	FEETMO	ANA ALVES RIBEIDO	30	11/08/2014	10/09/2014
SEC.EST.EDUCAÇÃO	1338374	LLETINO	MARIA DE SOUZA SEVA	30	17/08/2014	16/09/2014
SEC EST FOUCACAO	9003410	PRESTADOR	MARIA VERONICA PESSOA DO NASCIMENTO	15	15/08/2014	30/08/2014
SECLEST SEGUR E DELESA SOCIAL	966223	LLLINO	JONAS PEDROSA DOS SANTOS	90	18/08/2014	16/11/2014
SEC EST EDUCAÇÃO	1729986	FEETING	MALBERTO DESSOA DA SILMA	45	01/08/2014	16/09/2014
SEC.EST.EDUCAÇÃO	1344633	LLEUMO	MARIA DO SOCORRO LARIAS MEDEJROS	90	18/08/2014	16/11/2014
Tipo de Licença => Pr	orrogação	Licença				
SEC ESFERICAÇÃO	1412396	LLEUMG	MARIA DA CONCLICACIDA SEVEIRA BEZERRA	30	09/08/2014	08/09/2014
SEC.EST.EDUCACAO	937878	LI LTIVO	LILIAN DEISE SIQUE IRA PONTES	60	21/07/2014	19/09/2014
SEC.EST.EDUCACAO	661201	LLLINO	LEANCISCA DANTAS CARTAXO	90	25/08/2014	23/11/2014
SECLISI EDUCAÇÃO	1295080	LLETIVO	FIERGINA MARIA SOARES DE MORAIS DIGG	60	10/08/2014	09/10/2014
SEC EST EDUCAÇÃO	1415972	EEETMO:	ERANGISCA FERREIRA LEITE	90	21/08/2014	19/11/2014
SEC.EST.EDUCAÇÃO	670324	LILINO	MARCOS ANTONIO NOVALSIDA L'ONSECA	90	19/08/2014	17/11/2014
SEC EST EDUCAÇÃO	1293150	FEETMO	MARIA LUCIA PIRES	90	18/08/2014	16/11/2014
SECLIST EDUCAÇÃO	1364782	ELETIMO:	LDSON DA SILVA GADRAL	90	17/08/2014	15/11/2014

GOVERNO DO EST.					N° d	a Resenha 38
Diretoria Executiva Vantagens	de Recursos	s Humanos / Garêr	ncia Executiva Concessão de Direit	05.6		21/08/201
2374/G5,			io de competência que lhe foi outo	•		nº
Órgão		Situação Funcior	edica Oficial, DEFERIU os seguinte al Nome	Dias	dos: Inicio	Retorno
Tipo de Licença →> Li	conce Mat	cenidado	-1			
SEC EST EDUCAÇÃO	6423493	PRESTADOR	DEYSE KELLY DOS SANTOS	180	01/08/2014	20/04/204
SEC.EST.EDUCACAO	6409750	PRESTADOR	ALVINA MARIA BARBOZA ARAŬJO HENRIOJE	180		28/01/201- 14/02/201-
SEC EST EDUCAÇÃO	6794025	PRESTABUR	MARIA CRISTINA CONCEGACIDA SILVA	180	04/08/2014	31/01/201
Tipo de Licença -> Li	oenea para	Tratamento de l				
SEC EST EDUCAÇÃO	1200199	HHHIIV()	DEUSIMAR MATQUES CALVAU	20	18/08/2014	17/09/201
SEC.EST. SEGUR. E CELESA	15645 8 7		MARIA VANDERELIA GADI	140	13/08/2014	09/02/201
SOCIAL		4	The state of the s	100		
SEC EST SAUDE	1095609	FFFTIVO	MARIA CAVALCANTE DE SOUSA	30		07/09/201
SECLESTIEDUCAÇÃO	970000	LITETIVO	LLINALDO ARACOO DINIZ	30		10/09/201
SEC EST SEGUR E DEFESA SOCIAL	1568647	FFFTIVO	CLOVES NAZARIO DE OLIMEIRA NETO	8	16/08/2014	24/08/201
SEC EST SAUDE	1386883	COMISSIONADO	MARTA REJANE LEMOS FELINTO	15	11/08/2014	26/08/201
SEC EST EDUCAÇÃO	1310435	EFETIVO	LUGINEIDE GERAFIM DOS GANTOS	20	15/08/2014	04/09/201
SEC EST EDUCAÇÃO	920657	EFETIVO.	FUSTACIO LINS DA STIV	90	05/08/2014	03/11/201
9LC.EST.EDUCACAO	1311409	LITETIVO	MARIA DE LATIMA ALVES MENEZES	45	01/08/2014	15/09/201
SEC EST ADMINISTRAÇÃO	906034	FFFTIVO	ROSALINDA BEZERRA DA SILVA	15	18/08/2014	02/09/201
SECLESTICIDADAN, E ADM. PENIT	929301	LILINO	WALCIR DA SILVA COSTA	60	08/08/2014	07/10/201
SEC.EST.EDUCAÇÃO	6766471	PRESTADOR	REJANE MARIA DE ARAUJO LIRA FALCAO	15	06/08/2014	21/08/201
SEC EST SAUDE	1601571	FFETIVO	ELISABETE ALMESIDE ALMEIDA BRILHANTE	30	05/08/2014	04/09/201
SECLESTILIDUCAÇÃO	1304500	LITETIVO	MARIA JOSE DE SOUZA MARTINS	30	07/08/2014	06/09/201
SEC EST SAUDE	1614045	EFETIVO	MARIA ADRIANA LIRA	15	07/08/2014	22/08/201
BLC LBL GIDAHAN LIAHM PENIT.	983250	TTTTVO	MARIA LUCIA DA SILVA	30	08/08/2014	05/09/201
SEC EST SAUDE	1614151	EFETIVO	VALKENIA ALVES SILVA	15	08/08/2014	23/08/201
SEC EST EDUCAÇÃO	1377906	FFFTIVO	TEREZA CRISTINA SANTOS ALVES	30	08/08/2014	07/09/201
SEC EST EDUCADAD	1447629	FFFTIVO	MARIA DAS GRAÇAS ARALLIC QUIMARALS	30	15/08/2014	14/09/201
SEC EST EDUCAÇÃO	1346493	FFFTIVO	ELETE EPIEANIO DA SILVA	30	06/08/2014	05/09/201
Tipo de Licença -> Li	cença por l	Motivo de Doen	ça em Pessoa da Familia			
SEC EST FROCACAG	1450719	EFERING:	AUELIAN DE ENHASTIMA	30	21/08/2014	20/09/201
Tipo de Licença -> Pr	(a)		T	ne	•	I
SEC EST SAUDE	1094246	9110 30130130 3111	TUGIENE SILVA DOS SANTOS			05/09/201
SEC EST SALIDE	1623800	FFFTIVO	EWA VILMA ADELINO PEREIDA	90		10/11/201
SEC EST SEGUR E CEFESA : SOCIAL	1599712	EFETIVO	HELENA CRISTINA CARNEIRO MAGILL RAMOS	90	12/08/2014	10/11/201
SEC:EST.EDUCACAO	842265	LITETIVO	LIGIA DE ANDRADE SOUSA	30	04/08/2014	03/09/201
SEC EST INERA-ESTRUTURA	693766	FFFTIVO	EDSONITADELLYJANAIDE VAGGONCELLOG	90	03/08/2014	0 1/1 1/201
SEC EST EDUCAÇÃO	1305557	EFETIVO	VERATUCIA DE SOUZA MUNZ	90	13/08/2014	11/11/201
SEC EST SAUDE	649040	EFETIVO	FDSON DE OLIVERA	60	21/08/2014	20/10/201
SEC EST SAUDE	1501976	FFFTIVO	MARIAJUISE DE ANDRADE PESSOA	90	31/07/2014	28/10/201

Secretaria de Estado			where or so are some			31
Vantagens			a Executiva Concessão de Direito		nala Dartaria	25/08/20
D Diretor Executivo de Recursos Humanos por delegação de competência que lhe foi outorgada pela Portaria nº 2374/GS, datada de 18.07.88, e de acordo com Laudo da Perícia Medica Oficial, DEFERIU os seguintes pedidos:						
157				.001.		I
Òrgão	•	Situação Funcio	onal Nome	Dias	Inícia	Retorno
Tipo de Licença -> Lic						
SECTSESAUDE	1678264	FEEDINGS	KUTLYTT ENANDA NOVATURA MOTA	180	19/08/2014	16/02/20
SEC EST SAUDE	1660064	FEETIMO:	PATRICIA DA ROCHA SILVA	160	06/08/2014	02/02/20
SEC.EST.EDUCACAO	6487840	PRESTADOR	UZILLIMA PERLIKA DE ALMEIDA	180	18/08/2014	14/02/20
Tipo de Licença -> Lic	ença para Tra	tamento de Sa	ude			
SEC.EST.SAUDE	1629778	LITINO	JOSEMARIA DE MEDEIROS BATISTA	30	01/08/2014	31/08/20
SEC EST SAUDE	962996	FFETIVO:	VERONICA MARIA DE BARROS DA SILVA	15	19/08/2014	03/09/20
SEC.EST.SAUDE	1153111	LELIMO	MIGULE PEREIRA RIBEIRO	90	24/08/2014	22/11/20
SEC EST SAUDE	1603621	FFFTIMO:	JOAO PAULO DE MEDEIROS VANDERELLI	60	04/08/2014	03/10/20
SECLISTISEGUR E DELLESA SOC	PAL 624055	LLLINO	I RANCISCO PEREIRA GOMES	30	12/08/2014	11/09/20
SEC.EST.EDUCAÇÃO	6420923	PRESTABOR	MARIA GORETETT. DA SILVA	15	12/08/2014	27/08/20
SEC.EST.EDUCACAO	1850048		MARIA DAS NEVES DA SEVA	90		
SEC.EST.EDUCAÇÃO	1450379	LILINO	MARIA AURENI SOUSA MACEEO ALVES	60	21/08/2014	20/10/20
SEC EST CIDADAN E ADM PENI	T 672416	FEETIVO:	JOSE ALVES DE FRANÇA	90	25/08/2014	23/11/20
SEC.EST.EDUCACAO		LLLTIVO	NATERGIA MARIA DE MAGEDO	60	18/08/2014	17/10/20
SECLESTISEGUR E DELESA SOC		LILINO	DELCE REIS DE ALMEIDA	16		
SEC EST EDUCAÇÃO	1954019		ANTONIO BARBOSA JORDAO	100000	24/08/2014	
SEC.EST.SAUDE SEC.EST.EDUCAÇÃO	1613367	DRESTADOR	JOSEMARY RAMOS DAS NEVES ADEMIR MAZ DE ARALLIO	15		
SEC.EST.EDUCACAO	6774563 1790412	LILINO	THAISY LANNY DL	15		
			ALBUQUERQUE			
SEC EST EDUCAÇÃO	893331	PRESENDER	LUCIA DE FATIMA PIMENTA BARBOSA	10		
SEC EST EDUCAÇÃO	6941381	PRESTADOR	CATARINA CLARA BARBOSA SOUSA	15	13/08/2014	2 8 /08/20
SEC.EST.DESENV.AGROPEC.PE	001200	LITTIVO	CARLOS ANTONIO DE ARALUO	30	20/08/2014	19/09/20
SEC.EST.EDUCAÇÃO	1450174		MARIA MARLLIL DL MUDLIROS	_	23/08/2014	
SEC.EST.RECEITA SEC.EST.EDUCAÇÃO	824941	EFETIVO -	MARIA LEDA FERRE DA DA	90		_
	1451723		SILVA	90		
SECLES EDUCAÇÃO	893579	LILINO	JOSE HENRIQUE DA SIEVA	60		
SEC.EST.EDUCACAO	1763059	LI LTIVO	JULLIANA MAYRA BARBOSA GAYALGANTE DE ARAUJO	30	12/08/2014	11/09/20
SEC.EST.EDUCAÇÃO	1443194	LLLINO	ANLONIO BARBOSA JORDAO	60	24/08/2014	23/10/20
SECLEST LOUCACAO			MARIA LUNLUSA CARVALHO MORLIRA	30		
SEC EST EDUCACÃO	1349449	FEETIMO	MARCELO GIBSON MAUL DE ANDRADE JARBOSA	30		
9E.C.EST.EDUCACAO	1870341	LI LIIVO	VANDELITA MONIOA PEREIRA DE AEMETICA RODRIGUES	60	12/08/2014	
SEC.EST.EDUCAÇÃO	69 19219	PRESIADOR	ADRIANA DE LOURDES MOURA GRUZ	15	11/08/2014	26/08/20
SEC EST EDUCAÇÃO	1418106		MARIA DA CONCEICAO IRINEU CORREIA	90	10/08/2014	06/11/20
SECLEST CIDADAN, E ADM. PEN	17 19092		PLIRONIO ROCHA DOS SANTOS	15	11/08/2014	26/08/20
SEC EST EDUCAÇÃO	971782	FEETIVO:	INGMAM CRISTINA BATISTA SERRANO	30	29/07/2014	2 6 /08/20
SEC EST EDUCAÇÃO	1784609		ARLENE BELARMING DA SILVA		19/08/2014	
SEC.EST.EDUCAÇÃO		LLLING	MARIA MARLL IL DE MEDEIROS		23/08/2014	
SEC EST DESENVIAGROPES PE	SCA 893897	FEETING:	RIENZI AUGUSTO DE ARALJO	60	12/08/2014	11/10/20
Tipo de Licença \Longrightarrow Lic	ença por Moti	ivo de Doença	em Pessoa da Familia			
SEC.EST.SAUDE	1609122		AMANDA RAMOS RODRIGUES	30	21/08/2014	20/09/20
SEC.EST.EDUCAÇÃO	801135	LELIMO	CARLOS PLDRO MELO RIBLIRO	30	15/08/2014	14/09/20
Tipo de Licença -> Pro	rrogação Lice	ença				
SEC.EST.EDUCACAO		LILINO	SILVIO SUASSUNA SA DE NETO	60	25/08/2014	24/10/20
SEC EST EDUCAÇÃO	1415140		MARIA DE FATIMA OLIVEIRA		31/08/2014	
SECLEST PLANEJAMENTO E	993999	LILINO	ALAN DOUGLAS NERY BORGES	60	09/08/2014	08/10/20
ALSTAO BEC EST EDUCACAO		FFFTIVO -	ERICK ALIGUSTO FERREIRA DA		24/08/2014	
J. (2.1.52) 1.131(2.022.822			SILVA			
SECLIST EDUCAÇÃO SECLIST CIDADAN, E ADM. PENI	1417240	LILINO	MARIA AUXILIADORA DA SILVA JAMY PAZ MILANO		27/08/2014 14/08/2014	

GOVERNO DO ESTA					N° c	la Resenha: 386
Diretoria Executiva Vantagens	de Recursos	Humanos / Gerência	Executiva Concessão de Direit	OS É		28/08/2014
2374/GS,			le competência que lhe foi outo ca Oficial, DEFERIU os seguinte			ı nº
Òrgão	Matricula	Situação Funcional	Nome	Dlas	Início	Retorno
Tipo de Licença => Li-	cença para	Tratamento de Sac	ıde	•		
SECLES L'ALCEITA	1249762	LILINO	ANTONIO BENEVIDES SODRINIO	30	02/08/2014	01/09/2014
SEC EST EDUCAÇÃO	6749429	PRESTADOR	DISOMAR DE SOUSA MARCOLING	15	14/08/2014	29/08/2014
SECLEST LEDUCAÇÃO	1735691	LILINO	DENISE CRISTINATERR. RA	30	12/08/2014	11/09/2014
SEC.EST.SAUDE	1492551	LILIIVO	JOSELA MARIA DA CONCLICAO I MACIFI	60	12/08/2014	11/10/2014
SECLESTISEGUR E DELESA SOCIAL	1600010	LL L HVO	JONILDO RODRIGULS OLIVLIRA	90	21/08/2014	19/11/2014
SEC.EST.EDUCAÇÃO	1438352	LILIIVO	ROSIMA NOLIMIA ARACUO GLEMENTINO	60	28/08/2014	27/10/2014

SEC EST SAUDE	802166	FEETING	ANTONIO LINS DE ANDRADE	15	25/08/2014	09/09/20
SEC EST SAUDE	1676574	FEETINO	MICHELLE TRIGUEIRO SILVA	10	16/06/2014	26/06/201
SEC.EST.EDUCAÇÃO	1789821	LLETIYO	ANGÉLICA BRASILLIRO LUCENA	15	26/08/2014	10/09/20
SEC EST EDUCADAD	1766856	FEETMO	WELLINGTONLEONARDO DA SILVA	30	23/08/2014	22/09/20
SEC EST EDUCAÇÃO	6493963	PRESTADOR	FUDANISE DE OLIMFIRA XAVER	15	30/07/2014	14/08/20
SEC.EST.EDUCAÇÃO	1597051	LLETIVO	MARLENE MACARIO DE CEIVEIRA	90	23/08/2014	21/11/20
SEC EST EDUCACAO	925527	FEETMO	BERGALUCIA OLIVEIRA MEDEIROS DE ALMEIDA:	60	06/08/2014	05/10/20
SEC.EST. ADMINISTRAÇÃO	1775529	LLEHVO.	TATIANA GOMES DOS SANTOS	30	26/08/2014	25/09/20
SEC EST EDUCAÇÃO	1171020		ROSIMA NOEMIA ARALLIO CLEMENTINO	60	28/08/2014	27/10/20
SEC EST CIDADAN E ADM PUNIT:	761907	FEETMO	ARTON MARINHO ALVES	15	25/08/2014	09/09/20
SEC.EST.EDUCAÇÃO	1780514	LLETINO.	ALENE CARDOSO DA SIEVA	30	18/08/2014	17/09/20
SEC EST EDUCAÇÃO	1587579	FEETING	OLMAR VERISSIMO DA SILVA	90	27/08/2014	25/11/20
SEC.EST. ADMINISTRAÇÃO	921645	LLLINO	SALOMAO MONTEIRO	60	18/08/2014	17/10/20
SEC EST SAUDE SEC EST EDUCAÇÃO	1611020		iça em Pessoa da Familia BARBARA RECINA RAIMJADO DE SOUZA ERANCISCO DE ASSIS DA COSTA	12	03/08/2014	
Ell College Francisco	0/3//2		MEDEIROS	20	21/00/2014	20/09/20
SEC EST EDUCACAO	1270320	FEETMO	GLAUCO GERMANO TAVARES SIQUEIRA	30	04/08/2014	03/09/20
SEC EST SEGUR E DEFESA SOCIAL	738735	FEETMO	DOSILANE DE LIMA LOPES SANTOS	15	14/08/2014	29/08/20
SEC.EST.EDUCACAO	1311051	LEHVO	MARIA ANUNCIADA SILYA ARACUO LIMA	30	25/08/2014	24/09/20
Tipo de Licença -> Pro	orrogação I	icença				
SEC.EST.EDUCACAO	1440510	LLETIVO	JOSE CIBERATO DE ALENCAR NETO	30	01/08/2014	31/08/20
SEC EST EDUCAÇÃO	1291246	FFFTMO	MARIA DO SOCORRO PINHEIRO DE LUCENA	60	29/08/2014	28/10/20
SEC.EST.EDUCAÇÃO	966355	TEHVO	MARIA LUZIA DE L'ACERDA L'ARIAS COSTA	90	20/07/2014	18/10/20
SEC EST EDUCACAO	1376403	FEETMO	JANEGELE MATIAS ALVES	60	19/06/2014	18/10/20
SEC EST EDUCAÇÃO	1285556		MARIA ILZA MOREIRA FRANCO	60	25/07/2014	23/09/20
SEC.EST.SAUDE	1608822		GARLA ADRIANA MARQUES BARRETO	30	16/08/2014	15/09/20
SOCIAL	784973	TEETING	MONILTON WANDERLEY CORIOLANDO	30	15/08/2014	14/09/20
SEC.EST.EDUCACAO		LILIIVO	MARIA DO ROSARIO VELOZO ANDRADE	30	06/08/2014	05/09/20
SEC EST EDUCACAO	1310976	FEETMO	BRIGIDA FONSEGA DE OLIVEIRA	90	17/08/2014	15/11/20
SECIEST RECEITA	791512	FFFTMO	HIPERIDES RODRIGUES	90	31/08/2014	29/11/20
SECT STITIOCACAO	1729331	ELETIMO:	MARIA VITORIA BARBOSA DE MELO	60	26/08/2014	25/10/20
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO	990493	FEETMO	VALERIA REGINA DINIZ DA SILVA	60	18/08/2014	17/10/20
SECIEST EDUCACAO	1320866	FFETMO	MALDO LUZ DE SOUSA	60	24/08/2014	23/10/20
SECTE LEGICACIAO	595101	ELETIAO	OR LE DE CARVALHO DINIZ	90	11/08/2014	09/11/20
SECIEST SAUDE	796697	EEETMO:	EVANLZA DOS SANTOS SILVA	90	28/08/2014	21/11/20
SECILIST EDUCAÇÃO	634069	LILINO	RILDO GOMES DA SILVA	90	19/08/2014	17/11/20
SECILIST SAUDE	1502646	LI LTIVO	MARIA LUCIA DE ANDRADE FEITOSA SOARES	60	07/07/2014	05/09/20

SEC.EST. ANDDE	1502646 LT	F	FITOSA SUARES	190	07/07/2014	
GOVERNO DO ESTADO					Nº d	la Resenha 39
Secretaria de Estado da Diretoria Executiva de R	Administra acursos Hu	ção manos / Gerência F	xecutiva Concessão de Direito	25.6		04/09/2014
Vantagone						
O Diretor Executivo de Recurso 2374/GS.	s Humano:	s por delegação de	competência que lhe foi outor	gada p	ela Portaria	n^
datada de 18.07.88, e de acordo	ann Laud	o da Darinia Madio:	Oficial DESERVITAR Requists	n nadio	lan:	
Órgão		Situação Funcion:	250. 0.00.0	Diae	Inicio	Rotorno
			II NOMO	Dide	moto	Kolomo
Tipo de Licença → Licenç						
SEC EST EDUCACÃO		COMISSIONADO	JESSILENE SILVA PONTES		28/08/2014	
SEC.EST.SAUDE		LILINO	POLLYANNA PRISCILA SILVA	-	08/08/2014	
SEC EST EDUCAÇÃO	640 1589	PRESTADOR	MARIA DAS DORES DA STIVA ALMEIDA	180	11/08/2014	07/02/201
SECLEST SEGUR E DELESA SOCIAL	1685937	LILINO	ALBANIZA FIGUEREDO DANTAS	180	26/08/2014	22/02/201
Tipo de Licença -> Licenç	o nara 'I w	romanto da Soud	<u>.</u>			'
SEC EST SAUDE		FFETNO	MARIA DO SOCORRO PINTO	i Lare	04/00/0044	l
SEC EST SAUDE SEC EST EDUÇAÇÃO	550000000000000000000000000000000000000	FFETIVO	MOISES DE SOUSA AMORIM	1,7.5	21/08/2014	19-72-9-79-10-10-10-10-10-10-10-10-10-10-10-10-10-
SECLEST EDUCAÇÃO			VERA LUCIA COLLITO	-	27/08/2014	25/11/201
SEC.EST.EDUGAGAO		LILIMO	DI BNARDO	60	30/08/2014	29/10/201
SEC EST EDUCACÃO		FFETNO	WALDEDLIBEREIDA	-		10.100.01.00
SEC EST EDUCACAO		FFETIVO	ASSIS ALMEIDA DA CUNHA	60	02/09/2014	01/11/201
SEC.EST.SAUDE		PRESTADOR	PATRICIA EZEQUILE DA SEVA		26/08/2014	10/09/201
SEC EST SAUDE	1619942	FFETMO	JOSIANA IRENE GALDINO AYLLAR	20	25/08/2014	14/09/201
SEC EST EUDOAGAS	905830	HEE LINGS	EXPEDITA VELOSO PERES	60	21/08/2014	20/10/201
SEC EST EDUCACAG	840084	FFFTMO	HUZ AUGUSTO MARINHO DE ARALLIO	60	18/08/2014	12/10/201
SEC, EST, EDUCAÇÃO	897086	LILIMO	SANDRA VALLRIA ALVES SALES	30	30/08/2014	29/09/201
9LC.LST.9LGOR LIDLI LGA GOCIAL	1600311	LILIMO	ANTONIO LERREIRA PINTO: NETO	60	20/08/2014	19/10/201
SEC EST EDUCACAO	1445987	FFFTMO	MARIA DAG GRAGAS LOPES SANLANA	30	01/09/2014	01/10/201
SECIESTIEDUCAÇÃO	6613446	PRESTADOR	JOSINALVA PEREIRA DOS SANTOS	15	23/07/2014	07/08/201
SEC EST SAUDE		FFETMO	ANA CRISTINA DOS SANTOS MORAES COUTO	15	22/08/2014	06/09/201
SEC EST EDUCACAG	1464132	FFFTNO	MARIA RIZENDA DO RASCIMENTO	90	27/08/2014	25/11/201
SEC EST EDUCACAO		FFFTNO	TEREZA MONICA SOLANO MACEDO DE BRITO	30	21/06/2014	20/09/201
SEC EST RECEITA	930229	FFETNO	REGINA CELLBATISTA BORGES	30	27/08/2014	26/09/201
SECLEST SEGUR E DELESA SOCIAL	1684361	LILINO	RAQUEL DA SILVA MENDONÇA	15	19/08/2014	03/09/201
SEC EST EDUCAÇÃO	6799329	PRESTADOR	IDAIANA MALAQUIAS SANTOS DE ABRELL	15	19/08/2014	03/09/201
SECLEST SAUDE		LILIMO	CLUA ALVES GOMES	2-2-0	20/08/2014	

SEC EST. ADMINISTRAÇÃO	1766571	FFFTMO	MARCELO VITOR LIRA ALMEIDA DA SILVA	15	23/08/2014	07/09/2014
SEC EST SAUDE	1610015	FFETMO	TAMIRES DE ALBUQUERQUE ROCHA	8	01/09/2014	09/09/2014
OF OF SEQUE FIDEES A SOCIAL	1500054	FFFTMO	ANNA CAROLINA FERREIRA MUNTES ADISSI	30	21/08/2014	20/09/2014
Tipo de Licença = Licença	por Mot	ivo de Doença em	Pessoa da Familia			
SEC EST EDUCACAO	1275089	FFETIVO	JANETE CRISTINA GOMES SOTERO	15	30/07/2014	14/08/2014
Tipo de Licença -> Prorrog	ação Lico	ança				
опо гот присхода	1418807	FFETMO	MARIA SALETE DE SOUZA COSTA	30	12/08/2014	11/09/2014
SECLEST SECUR E DELESA SOCIAL	1548097	LILING	ARIANE CRISTINAT REIRE DE . MORAIS GESSNER	30	28/08/2014	27/09/2014
SECIEST EDUCAÇÃO	1727184	FFFTMO	EVALDO MIRANDA DE ARAÚJO	60	02/09/2014	01/11/2014
SECLIST RECEITA	1363000	LLETINO	LUIST ERNANDES DA SIEVA	30	02/09/2014	02/10/2014
SECIEST SAUDE	1620860	FEETMO	ANA KAROLINY DA GRUZ	30	23/08/2014	22/09/2014
SEGILST LEDUCACAO	1180657	LILINO	MARCOS ANTONIO BARBOSA	90	03/09/2014	02/12/2014
SECILISTIEDUCAÇÃO	660141	LLETIA0	CARLOS ALBERTO BEZERRA VILOR	90	29/08/2014	27/11/2014
SECIEST EDUCAÇÃO	1298119	FEETMO	MADIA FUZABETH TEJO SILVA	60	03/09/2014	02/11/2014
SECILISTICIDUCAÇÃO	1290843	LILINO	MARILLINE PAULO SILVA	60	10/08/2014	09/10/2014
SECILST.SAUDE	1506919	LLEHVO	RISSELA MARIA FIPOLITO E SILVA MORE DA	90	03/09/2014	02/12/2014
SECILIST DESERVIAGROPECIPESCA	903531	LLLHV0	ROSIMEIRE DE LIMA COSTA	60	20/08/2014	19/10/2014
SEGLIST LEDUCACAO	1452011	LILINO	LEIANE DE ARAUJO FIBURCIO	90	09/08/2014	07/11/2014
SEC EST GOVERNO	1283677	EEETMO	MARIO CARDOSO DA SILVA	90	04/09/2014	03/12/2014
SECLIST SAUDE	1507486	ELEUA0	ROSANGELA DE CARVALTIO SANTANA	60	21/08/2014	20/10/2014
SECIEST EDUCAÇÃO	1195166	FFFTM0	MARIA SALETE DE SOLZA COSTA	30	12/08/2014	11/09/2014
SECILISTICIDADANI E ADM. PENTT.	826804	LI LIIVO	BLEKISS ALVES GESTEIRA	60	25/08/2014	24/10/2014
SEGLIST EDUCAÇÃO	913647	LLLHV0	MARIA DE LATIMA RIBLIRO QUEDES PERE DA	60	28/08/2014	27/10/2014
SECIEST SAUDE	1486586	FFFTMO	FLAVIA COFLHO DE LIMA DUARTE	60	18/08/2014	17/10/2014

GOVERNO DO ESTADO Secretaria de Estado da	Administraç	rão .			N° d	la Resenha: 394
Diretoria Executiva de Re Vantagens	acursos Hur	nanos / Geréncia Ex	ecutiva Concessão de Direito	ns a		09/09/2014
O Diretor Executivo de Recurso 2374/GS,	s Humanos	por delegação de co	ompetência que lha foi outor	gada p	ela Portaria	ın^
datada de 15.07.85, e de acordo	com Laudo	da l'ericia Medica C	Sticial, DEFERIU os seguinte	a padio	doa:	
Örgão	Matricula	Situação Funcional	Nome	Dias	Inicio	Retorno
Tipo de Licença -> Licenç	a Maternio	tade				
SECIEST SAUDE	1615661	FFFTIVO	DANNELLE SANTIAGO DE SOUZA LLAG LLENANDES	180	04/09/2014	03/03/2015
SECT SELEXICACAC:	8311644	PRISTATOR	DURGIENE ALVERTIGATION	180	18/07/2014	14/01/2015
SECIEST EDUCAÇÃO		PRESTADOR	NAYANE XELLYNE BEROUÇAS SOARES	180	14/08/2014	10/02/2015
SECLISTEDUCAÇÃO	6022961	PRESTADOR	LRIVANE ARALUO DE LIMA	180	14/08/2014	10/02/2015
SECT SELECTION CACAD		PRISTATOR	ALINE CARLADIA SILVA COSTA	180	01/08/2014	28/01/2015
SECIEST ERUCACAO	600252 8	PRESTADOR	KAMILLY IRIANY DA SILVA NASCIMENTO	180	09/09/2014	08/03/2015
SEC EST FOUGAÇÃO	6023517	PRESTABRE	EDITENE DA SILVA FRANCISCO	150	14/08/2014	10/02/2015
SECIEST EDUCAÇÃO	6028225	PRESTADOR	MARIA DE LOURDES DOS: SANTOS SILVA	180	14/08/201/	10/02/2015
SECILSTILIDUCACAO	1637517	LITINO	CARLA JEANE SIEVA I ERREIRA E COSTA	180	28/07/2014	24/01/2015
SECIEST EDUCAÇÃO	6422870	PRESTADOR	LUANA TAMIRES DA SILVA PEREIDA	180	21/08/2014	17/02/2015
SECIEST EDUCAÇÃO	1733371	FFFTIVO	JOANA PAULA COSTA CARDOSO E ANDRADE	180	05/08/2014	01/02/2015
SECTALEDOCVOYO		PRESTABOR	MARIA DU ROSARIO ROBRIGUES DA STIV	150	14/08/2014	10/02/2015
SECIEST ERUGACAO	1637517		CARLA JEANE SILVA FERREIRA L'OOSTA		28/07/2014	
SECILISTI SAUDE	1628704	110,000,1000,000	MARIANA DE MELO SANTA CRUZ NEVES ARACUO		01/09/201/	28/02/2015
SECIEST EDUCAÇÃO	6310958	PRESTADOR	ADILLA NAFLLY SILVA FALGTINO	180	31/07/2014	27/01/2015
Tipo de Licença -> Licenç	a para Tra	tamento de Saude				
SECIEST EDUCACAO	1586866	FFFTIVO	JOSINALDO NUNES DE ARAUJO	30	26/08/2014	25/09/2014
SECLET SAUDE	1508773	LITETIVO	RENIEZA DEZERRA EEGNANDES	30	01/09/2014	31/10/2014
SECIFIST FINICACAC	1445000	FFFTIVO	ADJAIR CAVAL CANTEDOS SANTOS	90	27/0//2014	25/11/2014
SECLIST.SAUDE	1615815	LILINO	JADILSON BARBOZA DA COSTA	7	08/08/2014	15/08/2014
SECIEST COMUNIC INSTITUCIONAL	962062	FFFTIVO	JOSE ROLIM DE LIMA	80	01/09/2014	31/10/2014
SEG FOT SAUDE	673927	FFFTIVO:	FDN6LD6 FERREIRA DE ALBUQUERQUE	30	05/09/2014	05/10/2014
SECIEST EDUCACAO	1430777		MARINALMA CAMPOS DA SILMA	90	06/09/2014	05/12/2014
SECIEST ERUGAÇÃO		FFFTIVO	JOSE RAMOS DA SILVA	30	08/09/2014	07/11/2014
SECIEST EDUCAÇÃO	983632	FFFTIVO	JOHANNE MARGOT RECOTERMANN CAVALCANTE	30	01/08/2014	31/08/2014
SEC EST SEGUR E DEFESA SOCIAL	10.000.000.00	FFFTIVO	MUCIO FRANCA SOUZA	15	05/09/2014	
SECIEST SEGURIE DEFESA SOCIAL	1250906		ALZENADO MACEDO COSTA	90	26/08/2014	24/11/2014
SEC.EST.EDUCACAO	130160 8	V.	JOSE PEREIRA DO NACCIMENTO	30	04/09/2014	03/11/2014
SECIEST ERUCACAO	1437151		ELMIR BUSTOREE FEODRIPPE QUINTAO	2075	19/08/2014	18/10/2014
SECIESTIED/UGAÇÃO	1755315		PAMELA PERONGIO LETTE RAMALHO		29/08/2014	
SECIEST CIDADAN IE AUM PENIT		FFFHV()	FRANCISCO WILSON DE LIMA		30/08/2014	
SECIEST EDUCAÇÃO		PRESTADOR	LARISSA MOURA DEL FINO		31/07/2014	
SECIESTIEDUCACAO	1301845		JACINTA BATISTA DE LIMA		05/09/2014	20/09/2014
SECIEST SAUDE	1681869	FFFTIVO	MARIA DO SOCORRO DE MELO	15	03/09/2014	18/09/2014



SEC EST CIDADAN E ADMI PENIT	1639307 FFFTM0	ARI ANE DO NASCIMENTO MONTEIRO	15 28/07/2014 12/08/2014
SEC.EST.EDUCACAO	1031613 LILIIVO	MARIA JOSE DE BARROS HANTAS	90 29/08/2014 27/11/2014
SECLEST SEGUR E DEL ESA SOCIAL	1373625 LELIWO	RICARDO CARNEIRO CAMPOS	15 01/09/2014 16/09/2014
SEC.EST.EDUGAÇÃO	1441922 LILINO	MARIA DAS GRAÇAS DE SA	30 01/09/2014 01/10/2014
SEC.EST.EDUCAÇÃO	1449818 LLLIIVO	JOSE RAMOS JA SILVA	60 08/09/2014 07/11/2014
SEC.EST.EDUCAÇÃO	715816 LILIMO	MARIA DE LATIMA BARBOSA DE METO	60 30/08/2014 29/10/2014
SEC.EST.EDUCACAO	1449834 LILIIVO	MARIA BETAN A GUEDES	30 03/09/2014 03/10/2014
SEC EST EDUCAÇÃO	1876725 FFFTM0	MAIAS DE SOUSATIMA	60 01/09/2014 31/10/2014
SEC.EST.EDUCACAO	6662731 PHLSTADOR	MARIA DE LATIMA LERREIRA RAMOS	15 28/07/2014 12/08/2014
CONTROLADORIA GERAL DO I ESTADO	1471171 LLLIMO	MARIA DO SOCORRO NUNES DE ALMEIDA	45 27/08/2014 11/10/2014
SEC EST EDUCAÇÃO	1148419 FFFTM0	MARIA MARTHA FORMIGA VERISSIMO	30 05/09/2014 05/10/2014
SEC.EST.EDUCACAO	6733841 PRESTADOR	SEVERINA PEREIRA DE SOUZA	15 02/08/2014 17/08/2014
SEC EST EDUCAÇÃO	1727768 FFFTMO	MARIA DE JESUS CUNHA L'ARIAS LLITE	15 03/09/2014 18/09/2014
SEC.EST.EDUCACAO	1636324 LILIIVO	VERONICA ALVES DE LUNA	15 05/09/2014 20/09/2014
OF CITET FOLIONONO	912024 FFFTM0	ENILDA FEITOSA DE OLIVEIRA	90 07/09/2014 06/12/2014
SEC.EST.EDUCACAO	1325159 LILINO	MARIA REJANE LOPES ALVES SILVESTRE	60 24/08/2014 23/10/2014
SECLEST LEDUCACAO	878821 LILINO	MARIA JOSANETE DA SILVA FERREIRA	30 06/09/2014 06/10/2014
AEC EST EDUCACAO	6396364 PRESTABOR	LUGERI ANIA SILWA RODRIGUES LIMA	15 29/06/2014 13/09/2014
Tipo de Licença -> Licença	i por Motivo de Doença (em Pessoa da Familia	
SEC.EST.EDUCAÇÃO	1416642 LILIIVO	MARIA EDILLUSA TEMOTEO DE ABRED GARTAXO	30 08/09/2014 08/10/2014
Tipo de Licença -> Prorrog	ação Licença		
SECLEST LEDUCACAO	1303503 LILINO	CLEMA MARIA DE OLIVEIRA	45 18/08/2014 02/10/2014
SEC.EST.SEGUR E DELESA SOCIAL	910325 LILIIVO	LOVALDO PERLIRA DE OLMEIRA	60 28/08/2014 27/10/2014
SEC.EST.SAUDE	795194 LILIIVO	LABIO JOSE DE OLIVEIRA CASTOR	90 10/09/2014 09/12/2014
SECLEST SEGUR E DELESA SOCIAL	794490 LILIIVO	IT OCA FINO DOS SANTOS	60 25/08/2014 24/10/2014
SEC EST EDUCACAO	897817 FEFTMD	FRANCINEIDE SANTANA CRUZ	30 31/08/2014 30/09/2014
SEC.EST.EDUCACAO	1300351 LILIIVO	LILIAN MARIA RIBLIRO CARREIRA BARBOSA	60 07/09/2014 06/11/2014
SEC FET FOUGACAO	1417228 FEFTMO	MARIA DE EATIMA GAVALGANTE CAETANO	80 10/09/2014 10/10/2014
SEU:EST.EDUCADAU	1570803 LLCHM0	JOSE SEVERIND DUS SANTOS	30 22/07/2014 21/08/2014
SEC.EST.EDUCACAO	1250337 LILIIVO	TELES MENDES CARTAXO	60 11/09/2014 10/11/2014
SEC.EST. SEGUR E DELESA SOCIAL	1686143 LILIWO	LABIANA DE AZEVEDO NOBREGA	30 21/00/2014 20/09/2014
SEC.EST.EDUCACAO	966619 LLLIIVO	JOAQUINA ROLIM NOQUEIRA	60 13/09/2014 12/11/2014
	966619 LLLINO 931464 FFFTMO	JOAQUINA ROLIM NOQUEIRA FATIMA MARIA RAMALHO DOS SANTOS	60 13/09/2014 12/11/2014 90 31/08/2014 29/11/2014
SEC EST EDUCAÇÃO SECLEST EDUCAÇÃO	931464 FFFTM) 1417304 LILINO	FATIMA MARIA RAMALHO DOS SANTOS DOURIVAL LACERDA DE ALENCAR	90 31/08/2014 29/11/2014 60 09/09/2014 08/11/2014
9EC.E3T.EDUGACAO	931464 FFFTM0 1417304 LILINO 1430301 LILINO	FATIMA MARIA RAMAI HO DOS SANTOS LOURIVAL LACERDA DE ALENSAR MARIA SALETE DOS SANTOS	90 31/08/2014 29/11/2014 60 09/09/2014 08/11/2014 30 07/07/2014 08/08/2014
SEC EST EDUCACAO SEC.EST.EDUCACAO SEC.EST.EDUCACAO SEC.EST.EDUCACAO SEC.EST.EDUCACAO	931464 FFFTM0 1417304 LILLIMO 1430301 LILLIMO 1300792 LILLIMO	FATIMA MARIA RAMALHO DOS SANTOS LOURIVAL LACERDA DE ALENGAR MARIA SALETE DOS SANTOS JOAO JOSE BARBOSA	90 31/08/2014 29/11/2014 60 09/09/2014 08/11/2014 30 07/07/2014 08/08/2014 90 01/09/2014 30/11/2014
SEC EST EDUCACAO SEC.EST.EDUCACAO SEC.EST.EDUCACAO SEC.EST.EDUCACAO SEC.EST.EDUCACAO	931464 FFFTM0 1417304 LILINO 1430301 LILINO	FATIMA MARIA RAMAI HO DOS SANTOS LOURIVAL LACERDA DE ALENSAR MARIA SALETE DOS SANTOS	90 31/08/2014 29/11/2014 60 09/09/2014 08/11/2014 30 07/07/2014 08/08/2014 90 01/09/2014 30/11/2014
SEC EST EDUCACAO SEC.EST LEUGACAO SEC.EST LEUGACAO SEC.EST LEUGACAO SEC.EST LEUGACAO SEC.EST EDUCACAO	931454 FEFTMO 1417904 LILINO 1430301 LILINO 1300792 LILINO 1354094 LILINO 1308343 FEFTMO	FATIMA MARIA RAMAI HO DOS SANTOS LOGIAPAL LACERDA DE ALENGAR MARIA SALE LE DOS SANTOS JOAO JOSE BARDOSA CARREN DOCIONES GUERRA TOS NASSIMAIS ETO CASSIA DECINA ERPIRE DE GASTARO	90 31/08/2014 29/11/2014 60 09/09/2014 08/11/2014 50 07/07/2014 08/05/2014 90 01/07/2014 30/11/2014 30 27/08/2014 26/09/2014 90 31/08/2014 29/11/2014
SEC EST EDUCACAO SEC.EST.EDUCACAO SEC.EST.EDUCACAO SEC.EST.EDUCACAO SEC.EST.EDUCACAO SEC.EST.EDUCACAO SEC.EST.EDUCACAO	931464 FEFTMO 1417304 LILLIMO 1430301 LILLIMO 1300792 LILLIMO 1334094 LILLIMO 1308343 FEFTMO 1308343 LILLIMO	FATIMA MARIA RAMALHO DOS SANTOS LOGRIPAL LACERDA DE ALENCAR MARIA SALE LE DOS SANTOS JOAN JOSE BARBOSA CARREN DOCURLO SULPIRA HANDASHIMI EL DO CASSILA PECINA FREIRE DE GASTRO MARIA DE LOURDES MARTINS DA SILVA	90 31/08/2014 29/11/2014 60 09/09/2014 08/11/2014 30 07/07/2014 08/08/2014 90 01/09/2014 30/11/2014 30 27/08/2014 26/09/2014
SEC EST EDUCACAO SEC.EST LEUGACAO SEC.EST LEUGACAO SEC.EST LEUGACAO SEC.EST LEUGACAO SEC.EST EDUCACAO	931454 FEFTMO 1417904 LILINO 1430301 LILINO 1300792 LILINO 1354094 LILINO 1308343 FEFTMO	FATIMA MARIA RAMAI HO DOS SANTOS LACIRIVAL LACERDA DE ALENDARE MARIA SALE EL DOS SANTOS JOAO JOSE BARBOSA CARREN DECIONES SUERRA DANAS SIMILATORIO DE GASTINO MARIA DE LOURDES MARTINS	90 31/08/2014 29/11/2014 60 09/09/2014 08/11/2014 50 07/07/2014 08/05/2014 90 01/07/2014 30/11/2014 30 27/08/2014 26/09/2014 90 31/08/2014 29/11/2014
SEC EST EDUCACAO SECLESI LEDUCACAO SECLESI LEDUCACAO SECLESI LEDUCACAO SEC EST EDUCACAO SEC EST EDUCACAO SEC EST EDUCACAO SEC EST CIDADAN E ADM PENIT	931464 FEFTMO 1417304 LILLIMO 1430301 LILLIMO 1300792 LILLIMO 1334094 LILLIMO 1308343 FEFTMO 1308343 LILLIMO	FATIMA MARIA RAMAI HO DOS SANTOS LOURINAL LACERDA DE ALENGAR MARIA SALE EL DOS SANTOS JOAD JOSE BARBOSA GARREN DOCLORES GUERRA HANASSIMIENTO CASSIA REGINA EDEIRE DE GASTIAS MARIA DE LOURDES MARTINS DA SILVA JOSE IVANII DO PEREIRA DA	90 31/08/2014 29/11/201- 60 09/09/2014 08/11/201- 50 07/07/2014 08/08/201- 90 01/09/2014 30/11/201- 30 27/08/2014 26/09/201- 90 31/08/2014 29/11/201- 30 05/09/2014 05/10/201- 30 09/09/2014 09/10/201-
SEC EST EDUCACAO SEC.EST.EDUCACAO SEC.EST.EDUCACAO	931464 FFFTM0 1417904 LILLIMO 1430301 LILLIMO 1304092 LILLIMO 1304094 LILLIMO 1305832 LILLIMO 1409021 FFFTM0 1409031 FFFTM0 13059090 FFFTM0	FATIMA MARIA RAMAI HO DOS SANTOS LOURINAL LACERDA DE ALENGAR MARIA SALE IL DOS SANTOS JOAD JOSEL BARBOSA GARREN DECLORES GUERRA HANNASSIMI KETO CASSIA REGINA FREIRE DE GASTIKO MARIA DE LOURDES MARTINS DA SILVA MONETE SOARES NUNES ANA MARIA GONCALVES NAGRIO	90 31/08/2014 29/11/201- 60 09/09/2014 08/11/201- 30 07/07/2014 08/06/201- 90 01/09/2014 30/11/201- 30 27/08/2014 29/11/201- 30 05/09/2014 05/10/201- 30 09/09/2014 09/10/201- 60 01/09/2014 30/11/201- 90 12/08/2014 10/11/201
SEC EST EDUCACAO SEC.EST.EDUCACAO SEC.EST.EDUCACAO SEC.EST.EDUCACAO SEC.EST.EDUCACAO SEC.EST.EDUCACAO SEC.EST.EDUCACAO	931464 FFFTM0 1417304 LILLIMO 1430501 LILLIMO 1307872 LILLIMO 1354084 LILLIMO 1308343 FFFTM0 1308343 FFFTM0 1439921 FFFTM0 1439921 FFFTM0	EATIMA MARIA RAMAI HO DOS SANTOS LOGINIAL LACERDA DE ALENGAR MARIA SALE LE DOS SANTOS JOAO JOSE BARDOSA GARREN DOCIONES GUERRA HA NA ASTIMA EL TO CASSIA DECIDA EREIRE DE GASTRO MARIA DE LOURDES MARTINS DA SILEYA JOSE IVANII DO PEREIRA DA SILEYA MONETE SONCES NUNES ANA MARIA GONCALMES	90 31/08/2014 29/11/2014 60 09/09/2014 08/11/2014 50 07/07/2014 06/08/2014 90 01/09/2014 30/11/2014 30 27/08/2014 26/09/2014 90 31/08/2014 29/11/2014 30 05/09/2014 05/10/2014 60 01/09/2014 30/11/2014

RESENHA N° 396/2014

EXPEDIENTE DO DIA 18/09/2014

O DIRETOR EXECUTIVO DE RECURSOS HUMANOS, por delegação de competência constante na Portaria nº 2374/GS, datada de 18/07/88, resolve DEFERIR o Processo de Desaverbação de Tempo de Serviço do servidor abaixo relacionado:

LOT.	NOME	MAT.	PROC.	ORIGEM DO TEMPO	TEMPO DE SERVI	CO
2011	11011112	.,	11100		PERÍODO	DIAS
SEE	PAULO FIDELIS DA SILVA	136.384-1	14024136-1	TEMPO PRIVADO	DE 24.14.74 Å 15.02.74	22
				TEMPO PRIVADO	DE 18.10.74 À 08.03.75	141
				TEMPO PRIVADO	DE 20.01.76 À 13.02.76	24
				TEMPO PRIVADO	DE 01.06.76 À 02.03.77	275
				TEMPO PRIVADO	DE 10.03.77 À 17.07.79	858
				TEMPO PRIVADO	DE 01.11.79 À 16.01.81	441
				TEMPO PRIVADO	DE 16.02.81 À 06.08.81	171
				TEMPO PRIVADO	DE 04.01.82 À 01.03.83	423
				TEMPO PRIVADO	DE 02.05.83 À 14.09.83	133
				TEMPO PRIVADO	DE 14.01.84 À 01.12.84	318
				TEMPO PRIVADO	DE 01.06.85 À 30.12.85	210
				TEMPO PRIVADO	DE 01.01.86 À 01.05.87	486
				TEMPO PRIVADO	DE 01.08.87 À 30.10.87	90
ì				TEMPO PRIVADO	DE 01.11.87 À 12.04.89	527

RESENHA N° 399/2014

EXPEDIENTE DO DIA: 17/09/2014

O Diretor Executivo de Recursos Humanos, por delegação de competência que lhe foi outorgada pela Portaria nº 2374/GS, datada de 18.07.88 e de acordo com a Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, no artigo 89, DEFERIU os seguintes processos de LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES pelo prazo de até 03 (três) anos.

PROCESSOLOTAÇÃOMATRÍCULANOME14.023.043-2SEE129.358-3GIRLANE SILVA TORRES14.001.221-4SES167.931-7JULIA MEDEIROS FERNANDES

ANA BEATRIZ DINIZ SABINO CRUZ Diretor Executivo do Rocursos Humanos

Secretaria de Estado da Saúde

AGÊNCIA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA - AGEVISA-PB

PORTARIA Nº. 13 /2014/AGEVISA-PB

João Pessoa, 23 de Setembro de 2014.

O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA - AGEVISA-PB, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 28, § 4°, do Decreto 23.068, de 5 de junho de 2002, c/c o art. 51 e seu § 4° de Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993:

RESOLVE, designar os servidores Thiago Oliveira de Lima, Matrícula Nº.000140-6, Margareth Cristina Queiroz Ramalho Alencar, Matrícula Nº.271.156-7 e João Ozanam de Souza, Matrícula Nº. 000166-0, para sob a presidência do primeiro, constituírem a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – AGEVISA/PB, definindo como prazo de vigência da Comissão, o período de 1(um) anos, a partir da data de publicação desta portaria.

PUBLIQUE-SE.

GLACIANE MENDES ROLAND DIRETORA GERAL Glaciane Mendes Roland Diretora Geral - AGEVISA/PE Mat. 000189-9

Secretaria de Estado do Governo

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA - ARPB

Portaria nº 033/2014

João Pessoa, 16 de setembro de 2014

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA - ARPB, no uso das atribuições legais, em cumprimento ao disposto no artigo 67 da Lei Federal n.º. 8.666 de 21 de junho de 1993, R E S O L V E designar a servidora Iris Rodrigues Dantas Cavalcanti, inscrito no CPF/MF sob o n.º 010.300.044-55, portadora da matrícula n.º. 157-4 como gestora do Contrato de nº 003/2010, firmado com a empresa LOCA-LIZA RENT A CAR S.A. no processo administrativo nº 215/2014, que tramita nesta Autarquia.

YURI SIMPSON LOBATO
Diretor Presidente

Secretaria de Estado da Controladoria Geral do Estado

CONTADORIA GERAL DO ESTADO

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

AGOSTO/2014

			Valor em R\$ 1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DO MÉS	ACUMULADO
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES (I)	836.890.506,21	7.082.185.520,09
1100.00.00	Receita Tributária	409.567.548,55	3.386.700.108,86
1112.04.00	IRRE	25.104.466,97	227.994.225,01
1112.05.00	IPVA	18.156.414,22	167.957.357,14
1112.07.00	ITCD	1.490.073,90	13.392.320,51
1113.00.00	ICMS	345,286,079,60	2.822.842.538,11
	Outras Receitas Tributárias	19.530.513,86	154.513.668,09
1200.00.00	Receita de Contribuições	22.807.695,47	170.376.002,47
1300.00.00	Heceita Patrimonial	10.837.298,87	87.879.427,71
1400.00.00	Recelta Agropecuaria	0,00	0,00
1500 00 00	Receita Industrial	21 793,25	73 890,73
1600.00.00	Receita de Serviços	5.684.776,58	42.208.740,24
1700.00.00	Transferências Correntes	372.051.343,04	3.278.703.697,91
1/21.01.01	Cota Parte do FPE	275.786.884,55	2.372.272.476,66
1721.01.12	Transferências da LC 61/1989	475,607,51	3.576.424.43
1721.36.00	Transferências da I C 87/1998	350,390,83	2452 734,41
1724.01.00	Transferências de Recursos do FUNDEB	64.423.013,88	553.031.331,79
1724.02.00	Transf, de Rec. Complem. União - FUNDEB	1.634.881,80	55.257.675,16
	Outras Transferências Correntes	29,380,564,67	292,119,055,49
1900.00.00	Outras Receitas Correntes	15.920.050,45	116.243.652,14
	DEDUÇÕES (II)	227.239.895,13	1.882.025.894,81
	Transferências Constitucionais e Legais	94,615,905,25	786.606.998,13
1210.29.00	Contrib. Plano Seg. Social Servidor	22.740.428,76	169.812.503,56
1210.29.12	Contrib. p/ Custeio Pensões Militares	52.245,38	117.827,53
1922.10.00	Compensação Financ, entre Regimes Previd.	1.264.243,81	9.857.737,48
00.00.000	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	108.567.071,93	915,000,020,11
	(=) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	009.050.011,00	5.200.159.025,28
1760.00.00	(-) TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	3.554.452,31	126.925.661,03
	(=) RECEITA CORRENTE LIQUIDA - TRANSF VOLUNT	606,096,158,77	5.073.233.964,25

FONTE: Anexo 10 Fiscal e Segundade

Nota: Os valores informados estão deduzidos idas respectivas restituições

Parcelas que não compõem a Receita Ordinária	AGOSTO 2014	ACUMULADO 2014
IRRE	25.104.406,97	227.994.225,01
Receita de Contribuições	22,807,695,47	170.376.002,47
Receita Patrimonial	4.906.652,07	41.008.297,89
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receits Industrial	21.793,25	73.890,73
Receita de Serviços	5.664.776,58	42.208.740,24
Outras Transferências Correntes	28.092.934,55	283.195.444,09
Outras Receitas Comentes	9 787 295,88	49 181 959,41
Taxas vinculadas a fundos ou órgãos da Adm. Indireta	19.092.014,77	151.186.410,50
Total (A)	115.477.629,54	965.204.970,34
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (B)	80,650.611,08	5.200.159.625,28
RECEITA ORDINARIA (B - A)	494.172.981,54	4.234.954.654,94

ANA MARIA CARTANO B ALBUQUERQUE SECRETARIA CHEFE DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

Fonte: SIAF/Contadoria Geral do Estado

MARIA ELIANE VIETRA PEIXOT-CONTADORA GERAL DO ESTADO

Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão

PROJETO COOPERAR

PORTARIA N º 23/2014

O Gestor do **Projeto Cooperar do Estado da Paraíba,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos Atos Governamentais $n^{\rm o}$ 0102 de 02 /01/11, publicado no DOE de 03.01.2011 de conformidade com a Lei $n^{\rm o}$. 6.523 de 11 de setembro de 1997,publicada no DOE de 11/09/97, combinado com o Decreto $n^{\rm o}$ 29.005 de 28/12/2007.

RESOLVE:

1) Constituir uma Comissão para Tomada de Contas Especial, formada pelos servidores Maylme Felinto da Silva, matrícula 096.801-3, Otávio Nery de Morais Filho, matrícula 099,706-4, Marta Valéria Carvalho dos Santos, matrícula 078.602-1, Maria Bernadete Galvão Machado, matrícula 081.239-1 e João de Vasconcelos Claudino, matrícula 153.648-6, para sob a presidência do primeiro e suplência dos dois últimos, apurar os fatos relativos às pendências verificadas nos convênios de números: 148/12, Associação Comunitária de Mororó e Capim Flecha (Município de Barra de Santana); 105/12, Associação das Famílias Rurais de São Tomé (Município de São Sebastião de Lagoa de Roça); 92/12, Cooperativa de Mineradores de Nova Palmeira (Município de Nova Palmeira); 065/13, Associação Comunitária Rural de Várzea Comprida dos Oliveiras (Município de Pombal); 204/12, Associação dos Agricultores do Assentamento Nova Vida I (Município de Aparecida); 220/12, Associação Comunitária Novo Mundo (Município de Pedra Branca); 205/12, Associação dos Criadores de Ovinos do Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa (Município de Sousa); 216/12, Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores Rurais do Assentamento Nova Vida LTDA (Município de Pitimbú); 210/12, Associação Comunitária Rural do Núcleo I de São Gonçalo (Município de Sousa); 185/11, Associação dos Pescadores Artesanais de Santa Helena (Município de Santa Helena); 049/13, Associação Comunitária Rural do Sítio Gado Bravo (Município de Pombal); 050/12, Associação dos Trabalhadores Rurais do Sítio Gravatá (Município de Monte Horebe); 255/12, Associação Comunitária dos Agropecuaristas do São Joaquim (Município de Pombal); 038/13, Associação Comunitária Rural de Malhada dos Alves (Município de Sousa).

2) Determinar o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para a conclusão dos trabalhos.

Publique-se e cumpra-se.

Cabedelo, 22 de setembro de 2014.



Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia

CONSELHO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

DELIBERAÇÃO Nº 3578

O CONSELHO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - COPAM, em sua 567ª.ª Reunião Ordinária, realizada em 23 de Setembro de 2014, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Estadual de 1989, pela Lei n.º 4.335, de 16 de dezembro de 1981, modificada pela Lei n.º 6.757, de 08 de julho de 1999, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 21.120, de 20 junho de 2.000, tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, de 12 de no vembro de 1981.

DELIBERA:

Art. 1° Homologar as seguintes licenças emitidas AA N° 2630/2014 - CLEMENTINO ALVES DA SILVA - SUDEMA - 2014-005303/TEC/AA-2596; LO N° 2658/2014 - POSTO DE COMBUSTIVEIS BELA VISTA LTDA - SUDEMA - 2014-005046/TEC/LO-8163; AA N° 2666/2014 - POSTO DIESEL SÃO JOSÉ LTDA - SUDEMA - 2014-004600/TEC/AA-2330; LP N° 2673/2014 - CELL SITE SOLUTIONS CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS SA - SUDEMA - 2013-006233/TEC/LP-1833; AA N° 2718/2014 - JOSÉ FELIX SOBRINHO - SUDEMA - 2014-005265/TEC/AA-2586; AA N° 2719/2014 - RICARDO JOSE FERNANDES SUDEMA - 2014-005272/TEC/AA-2590; LO N° 2720/2014 - JOSEILTON SANTOS MUNIZ - SUDEMA - 2014-005428/TEC/LO-8239; AA N° 2723/2014 - FRANCISCO EDLEUSON LOURENÇO DE SOUSA - SUDEMA - 2014-005595/TEC/AA-2726; LI N° 2737/2014 - FLAVIO HENRIQUE RAMALHO BRUNET MEDEIROS - SUDEMA - 2014-002142/TEC/LI-2989; LI

Nº 2738/2014 - FLAVIO HENRIQUE RAMALHO BRUNET MEDEIROS - SUDEMĄ - 2014-002143/TEC/LI-2990; **LO Nº 2744/2014** - AJA- INDUSTRIA DE PRODUTOS SINTÉTICOS E MADEIRA LTDA - SUDEMA - 2014-005562/TEC/LO-8264; **AA Nº 2876/2014** - ERNANI ANDRADE DE MEDEIROS - SUDEMA - 2014-005704/TEC/AA-2780; AA Nº 2878/2014 -CARLOS GUSTAVO GOMES DE OLIVEIRA - SUDEMA - 2014-005819/TEC/AA-2837; AA Nº 2882/2014 - ELIOMAR CARLOS MORENO - SUDEMA - 2014-005824/TEC/AA-2841; AA Nº 2886/2014 - MARMUTHE DE SOUZA CAVALCANTI - SUDEMA - 2014-005922/TEC/AA-2878; AA Nº 2888/2014 - SEVERINO DO RAMO DE ANDRADE - SUDEMA - 2014-005937/ TEC/AA-2882; AA Nº 2890/2014 - FRANCISCA FERNANDES DA SILVA - SUDEMA - 2014-005490/TEC/AA-2663; AA N° 2891/2014 - FRANCISCO JOSÉ TIMOTEO DE SOUZA SUDEMA - 2014-005495/TEC/AA-2665; AA Nº 2900/2014 - JOSE ARNALDO DA SILVA (DEPUTADO ESTADUAL) - SUDEMA - 2014-005776/TEC/AA-2816; AA Nº 2903/2014 -GUTIERRE FABRICIO MOURA PINHO - SUDEMA - 2014-005860/TEC/AA-2850; AA Nº 2904/2014 - RANYFABIO CAVALCANTE DE MACEDO - SUDEMA - 2014-005653/TEC/AA-2761; AA Nº 2905/2014 - THIAGO COSTA IDELFONSO - SUDEMA - 2014-005686/TEC/AA-2775; AA Nº 2907/2014 - CONSTRUTORA BRTEC LTDA-EPP - SUDEMA - 2014-005758/ TEC/AA-2804; AA Nº 2908/2014 - ALUISO ALVES DA SILVA - SUDEMA - 2014-005773/TEC/ AA-2815; AA Nº 2910/2014 - ADEILTON FERNANDES SOARES - SUDEMA - 2014-005857/ TEC/AA-2849; AA N° 2915/2014 - WESLEY WANDERLEY DE HOLANDA - SUDEMA -2014-005917/TEC/AA-2876; AA Nº 2918/2014 - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-004755/TEC/AA-2365; AA Nº 2919/2014 - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-004757/TEC/AA-2366; AA Nº 2920/2014 -LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-004771/TEC/AA-2378; AA Nº 2921/2014 - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-004772/TEC/AA-2379; AA Nº 2922/2014 - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME -SUDEMA - 2014-004773/TEC/AA-2380; AA Nº 2926/2014 - JOSE LUIZ PEREIRA GONÇAL-VES - SUDEMA - 2014-005669/TEC/AA-2766; AA Nº 2927/2014 - LENILSON LOURENÇO DE PAIVA - SUDEMA - 2014-005772/TEC/AA-2814; AA Nº 2928/2014 - JOSE MENDES DO NASCIMENTO - SUDEMA - 2014-005968/TEC/AA-2886; AA Nº 2930/2014 - LUCIMARY LINS DE LUCENA FALCAO - SUDEMA - 2014-006009/TEC/AA-2901; AA Nº 2931/2014 -GILSANDRA MOURA SOARES - SUDEMA - 2014-006010/TEC/AA-2902; AA Nº 2932/2014 -GILSANDRA MOURA SOARES - SUDEMA - 2014-006012/TEC/AA-2904; AA Nº 2933/2014 -GILSANDRA MOURA SOARES - SUDEMA - 2014-006013/TEC/AA-2905; AA Nº 2934/2014 -GILSANDRA MOURA SOARES - SUDEMA - 2014-006016/TEC/AA-2906; AA Nº 2935/2014 -ELIOMAR DOS SANTOS BARBOSA - SUDEMA - 2014-006057/TEC/AA-2929; AA Nº 2936/ 2014 - SEVERINO DO RAMO DO NASCIMENTO - SUDEMA - 2014-006059/TEC/AA-2930; AA Nº 2937/2014 - RAPHAEL JOSE DO N FONSECA - SUDEMA - 2014-006073/TEC/AA-2937**; AA Nº 2954/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-004758/TEC/AA-2367; AA Nº 2955/2014 - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME -SUDEMA - 2014-004760/TEC/AA-2368; AA Nº 2956/2014 - LOURENÇO ROMAO DOS SAN-TOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-004762/TEC/AA-2369; AA Nº 2957/2014 - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-004770/TEC/AA-2377; LO Nº 2958/ 2014 - JOCELINO NENEIM VILAR NETO - SUDEMA - 2014-005426/TEC/LO-8238; LO Nº 2959/2014 - GRAN MOTO CAMPINA GRANDE MOTORES LTDA - SUDEMA - 2014-004350/ TEC/LO-8006; LO Nº 2960/2014 - TADEU SUPERMERCADO LTDA. - SUDEMA - 2014-004383/TEC/LO-8018; LO Nº 2961/2014 - RONALDO CANDIDO DO NASCIMENTO - SUDEMA - 2014-004490/TEC/LO-8051; LO Nº 2962/2014 - IONALDO CARDOSO FERREIRA - SUDEMA - 2014-004496/TEC/LO-8056**; LO Nº 2963/2014** - JOSINEIDE DA CRUZ - SUDEMA - 2014-003798/TEC/LO-7855**; LO Nº 2964/2014** - CARLOS ADAIR GONÇAVES DE LIMA -SUDEMA - 2014-004505/TEC/LO-8057; **LO Nº 2966/2014** - SUPER COMÉRCIO DE ÁGUA E GÁS LTDA - SUDEMA - 2014-005151/TEC/LO-8183; **LO Nº 2967/2014** - GILLES FRANÇOIS FERNAND ISKARIA - SUDEMA - 2014-005906/TEC/LO-8321; LO Nº 2968/2014 - MARIA GORET DE SOUZA ALMEIDA ARAÚJO - SUDEMA - 2014-005186/TEC/LO-8190; AA Nº **2969/2014** - J. W. C. COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - SUDEMA - 2014-005224/TEC/ AA-2553; LO Nº 2970/2014 - N3 COMPUTADORES PERIFÉRICOS E ELETRÔNICA LTDA. SUDEMA - 2014-005278/TEC/LO-8203; **LO Nº 2971/2014** - THERMO INJET INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SOLADOS INJETADOS DA PARAÍBA LTDA - SUDEMA - 2014-005283/ TEC/LO-8206; LI Nº 2972/2014 - REPRESENTAÇÃO ADMINISTRAÇÃO E VENDAS DE BENS E SERVIÇOS LTDA-ME - SUDEMA - 2014-004095/TEC/LI-3211; AA Nº 2973/2014 -QUEIROZ E SOUZA LTDA - SUDEMA - 2014-005365/TEC/AA-2626; LO Nº 2974/2014 -ODAIR ROCHA SANTOS - SUDEMA - 2014-005661/TEC/LO-8279; LO Nº 2975/2014 -FARMACIA SANTA SOFIA LTDA - SUDEMA - 2014-005288/TEC/LO-8207; **LI Nº 2976/2014** - PEDRO MEIRA DA SILVA - SUDEMA - 2014-005715/TEC/LI-3409; LP Nº 2977/2014 -NOSSA CASA CONSTRUCAO, LOTEAMNETO E INCORPORACAO IMOBILIARIA LTDA -SUDEMA - 2014-005766/TEC/LP-2194**; LO № 2978/2014** - POSTO DE SERVIÇOS RANIERI MAZILLI LTDA - SUDEMA - 2014-000326/TEC/LO-6866; LO Nº 2979/2014 - WAGNER GOMES DE ARAÚJO - SUDEMA - 2014-001366/TEC/LO-7137; LO Nº 2980/2014 - MARIA DO SOCORRO DINIZ MENDES E SILVA - SUDEMA - 2014-001387/TEC/LO-7144; LOP Nº **2981/2014** - MINERAÇÃO BOA VISTA LTDA. - SUDEMA - 2014-001927/TEC/LOP-0168; LI Nº 2982/2014 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS - SUDEMA - 2014-002815/TEC/LI-3049; LI Nº 2983/2014 - FLAVIO HENRIQUE DE F. CRISPIM - SUDEMA - 2014-005509/ TEC/LI-3390; LO Nº 2984/2014 - MAGMATEC ENGENHARIA LTDA - SUDEMA - 2014-005529/TEC/LO-8259; LO Nº 2985/2014 - MARCOS ANTONIO VIRGOLINO DA SILVA -SUDEMA - 2014-005532/TEC/LO-8261; LO Nº 2986/2014 - J BATISTA RAMOS DE CARVA-LHO COMERCIO - SUDEMA - 2014-005540/TEC/LO-8262; LO Nº 2987/2014 - CÉSAR ENGENHARIA LTDA - SUDEMA - 2014-005701/TEC/LO-8287; LO Nº 2988/2014 -TANTALITA EXTRAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIO LTDA - SUDEMA - 2014-005790/ POSTO DE COMBUSTIVEIS LTDA - SUDEMA - 2014-005890/TEC/AA-2863; LO Nº 2990/2014 - FRANCINALDO DE OLIVEIRA - SUDEMA - 2014-005439/TEC/LO-8243; LO Nº 2991/2014 - LEANDRO CAR-DOSO DE OLIVEIRA - SUDEMA - 2013-000102/TEC/LO-4513; LO Nº 2992/2014 - CAMPI-NA ETIQUETAS INDUSTRIA LTDA-ME - SUDEMA - 2014-004103/TEC/LO-7944; LI Nº **2993/2014** - VILLE CONST.INC. E ADM. DE IMOVEIS LTDA - SUDEMA - 2014-004974/ TEC/LI-3341; LO Nº 2994/2014 - RONIELSON SANTOS OLIVEIRA - SUDEMA - 2014-005710/TEC/LO-8289; LO Nº 2995/2014 - ELIZABETE CAMPELO DO NASCIMENTO -SUDEMA - 2013-005072/TEC/LO-5822; LO Nº 2996/2014 - THAISE DA SILVA BRITO -SUDEMA - 2014-003023/TEC/LO-7643; LO № 2997/2014 - ALPARGATAS S/A - SUDEMA -



2014-004446/TEC/LO-8036; LO Nº 2998/2014 - PLANC JARDIM LUNA EMP. IMOB. SPE LTDA - SUDEMA - 2014-005161/TEC/LO-8184; LI Nº 2999/2014 - UNIÃO E EMPREENDI-MENTOS IMOBILIÁRIOS E CONTRUÇÃO LTDA-ME - SUDEMA - 2014-004134/TEC/LI-3213; LO Nº 3000/2014 - POSTO DE COMBUSTIVEIS MUNIZ LTDA - SUDEMA - 2014-002905/TEC/LO-7607**: LO Nº 3001/2014** - ROSA MARIA LOPES DE CALDAS CIRILO -SUDEMA - 2014-002848/TEC/LO-7592; **LO N° 3002/2014** - VITORIA EMPREENDIMENTOS LTDA - SUDEMA - 2012-008934/TEC/LO-1357; **LI N° 3003/2014** - CSL CONSTRUÇOES CIVIS LTDA - EPP - SUDEMA - 2014-006014/TEC/LI-3427; **LO N° 3004/2014** - IVANILDA COSTA - SUDEMA - 2014-005510/TEC/LO-8252; LO Nº 3005/2014 - JANILDO CUNHA SILVA - SUDEMA - 2014-005374/TEC/LO-8232; LO Nº 3006/2014 - EDUARDO ANTERO FIDELES - SUDEMA - 2014-005375/TEC/LO-8233; **AA N° 3007/2014** - CREGINALDA SOA-RES DE SOUSA - SUDEMA - 2014-004392/TEC/AA-2310; **LP N° 3008/2014** - CONSTRUTO-RA HEMA LTDA - SUDEMA - 2014-004640/TEC/LP-2168; LP Nº 3009/2014 - SUPLAN SUPERINTENDENCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO -SUDEMA - 2014-005063/TEC/LP-2183; LO Nº 3010/2014 - HC PETRÓLEO COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS EIRELI-EPP - SUDEMA - 2013-005249/TEC/LO-5873; LA Nº 3011/2014 -HC PETRÓLEO COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS EIRELI-EPP - SUDEMA - 2013-005250/ TEC/LA-0358; LO N° 3012/2014 - JOSE MAURO DE LIMA - SUDEMA - 2014-001212/TEC/LO-7118; LO N° 3013/2014 - JOILSON ROCHA AZEVEDO - SUDEMA - 2014-003991/TEC/ LO-7914; AA Nº 3014/2014 - SEVERINO ROSA DOS SANTOS - SUDEMA - 2014-006122/ TEC/AA-2960; AA Nº 3015/2014 - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005541/TEC/AA-2689; AA N° 3016/2014 - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FI-LHO-ME - SUDEMA - 2014-005542/TEC/AA-2690; AA N° 3017/2014 - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005543/TEC/AA-2691; **AA Nº 3018/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005544/TEC/AA-2692; AA Nº 3019/2014 - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005545/TEC/AA-2693; AA Nº 3020/2014 - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME -SUDEMA - 2014-005546/TEC/AA-2694; AA N° 3021/2014 - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005546/TEC/AA-2694; AA N° 3021/2014 - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005547/TEC/AA-2695; AA N° 3022/2014 - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005548/TEC/AA-2696; AA N° 3023/2014 - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005549/TEC/AA-2697; AA N° 3024/2014 - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005551/TEC/AA-2698; AA Nº 3025/2014 - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME -SUDEMA - 2014-005552/TEC/AA-2699; **AA N° 3026/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005553/TEC/AA-2700; **AA N° 3027/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005554/TEC/AA-2701; **AA N° 3028/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005555/TEC/AA-2701; **AA N° 3028/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005555/TEC/AA-2701; **AA N° 3028/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005555/TEC/AA-2701; **AA N° 3028/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005555/TEC/AA-2701; **AA N° 3028/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005555/TEC/AA-2701; **AA N° 3028/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005555/TEC/AA-2701; **AA N° 3028/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005555/TEC/AA-2701; **AA N° 3028/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005555/TEC/AA-2701; **AA N° 3028/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005555/TEC/AA-2701; **AA N° 3028/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005555/TEC/AA-2701; **AA N° 3028/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005555/TEC/AA-2701; **AA N° 3028/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005555/TEC/AA-2701; **AA N° 3028/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005555/TEC/AA-2701; **AA N° 3028/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005555/TEC/AA-2701; **AA N° 3028/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005555/TEC/AA-2701; **AA N° 3028/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005555/TEC/AA-2701; **AA N° 3028/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005555/TEC/AA-2701; **AA N° 3028/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005555/2TEC/AA-2701; **AA N° 3028/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005555/2TEC/AA-2701; **AN N° 3028/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005555/2TEC/AA-2701; **AN N°** 2702; AA Nº 3029/2014 - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005557/TEC/AA-2704; AA Nº 3030/2014 - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME -SUDEMA - 2014-005559/TEC/AA-2706; **AA N° 3031/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005560/TEC/AA-2707; **AA N° 3032/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005561/TEC/AA-2708; AA Nº 3033/ 2014 - JOÃO FERNANDES DA SILVA - SUDEMA - 2014-006176/TEC/AA-2983; LO Nº 3034/2014 - POSTO SERAFIM COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA (POSTO SERAFIM) -2014 - FOSTO SERAFIM COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LIDA (POSTO SERAFIM) - SUDEMA - 2011-001242/TEC/LO-0394; LA № 3035/2014 - PICUÍ COMBUSTIVEIS LIDA. - SUDEMA - 2012-006995/TEC/LA-0227; LA № 3036/2014 - POSTO SERAFIM COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LIDA (POSTO SERAFIM) - SUDEMA - 2012-007005/TEC/LA-0231; LI № 3037/2014 - C.M. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LIDA SUDEMA - 2013-001873/TEC/LI-1531; AA № 3038/2014 - PSO ENGENHARIA DE INFRAESTRIJIURA LIDA - SUDEMA - 2014 004204/TEC/LA 2211-XX № 2020/2014 INFRAESTRUTURA LTDA - SUDEMA - 2014-004394/TEC/AA-2311; LI N° 3039/2014 - JOSÉ RAMOS DA SILVA - SUDEMA - 2014-001443/TEC/LI-2908; AA N° 3040/2014 - ROMERO AUGUSTO DA SILVA MAIA - SUDEMA - 2014-005721/TEC/AA-2792; LO N° 3041/2014 - WALQUIRIA DA COSTA MIRANDA - SUDEMA - 2014-005674/TEC/LO-8281; AA N° 3042/ 2014 - JOSE NILTON DA SILVA - POSTO JOTAO - SUDEMA - 2014-004929/TEC/AA-2427; **AA N° 3043/2014** - FRANCIMARY OLIVEIRA CABRAL - SUDEMA - 2014-003960/TEC/AA-2294; **LO N° 3044/2014** - HOSPITAL REGIONAL DE CAJAZEIRAS - SUDEMA - 2014-004123/TEC/LO-7950; **AA N° 3045/2014** - RCW PIONEIRA DE COLETAS DE OLEO LTDA-ME - SUDEMA - 2014-005211/TEC/AA-2550; LO Nº 3046/2014 - QUATTRO ENGENHA-RIA LTDA - SUDEMA - 2014-005684/TEC/LO-8283; **LO Nº 3047/2014** - LUCIANA JOSE DE BRITO - SUDEMA - 2014-004308/TEC/LO-7997; **LO Nº 3048/2014** - LUIZ VALE & CIA LTDA - SUDEMA - 2014-004309/TEC/LO-7998; **LI Nº 3049/2014** - MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S/A - SUDEMA - 2014-004159/TEC/LI-3214; LO N° 3050/2014 - MARCE-NARIA ARCO LTDA - SUDEMA - 2014-005262/TEC/LO-8199; LI N° 3051/2014 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRAS DE FOGO - SUDEMA - 2014-005300/TEC/LI-3386; LO N° 3052/2014 - COSTA DISTRIBUIDOR DE MAT. DE CONST. E ELETRICOS LTDA - SUDEMA - 2014-004240/TEC/LO-7981; AA N° 3053/2014 - ROBERTO PEREIRA DA COSTA. - SUDEMA - 2014-005990/TEC/AA-2891; AA N° 3054/2014 - MADSON LUCIEILDO CRUZ DA COSTA - SUDEMA - 2014-006060/TEC/AA-2931; AA N° 3055/2014 - FRANCISCO JÁCIO DA SILVA - SUDEMA - 2014-005879/TEC/AA-2855; AA N° 3050/2014 - FRANCISCO JÁCIO DA SILVA - SUDEMA - 2014-00590/TEC/AA-2855; AA N° 3050/2014 - JORGE LUCIMENTO VIANA - SUDEMA - 2014-005900/TEC/AA-2870; AA Nº 3057/2014 - JORGE LUCIMERIO DE OLIVEIRA - SUDEMA - 2014-006035/TEC/AA-2918; AA N° 3058/2014 - JOSÉ EDILSON DO NASCIMENTO - SUDEMA - 2014-006028/TEC/AA-2914; AA N° 3059/2014 - RICHELDSONWALKER BEZERRA SOZA - SUDEMA - 2014-006036/TEC/AA-2919; AA N° 3060/2014 - GILSON PEREIRA DOS SANTOS - SUDEMA - 2014-006037/TEC/AA-2920; AA Nº 3061/2014 - JOÃO CORREIA FILHO - SUDEMA - 2014-006139/TEC/AA-2969; AA Nº 3062/2014 - JOÃO CORREIA FILHO - SUDEMA - 2014-006137/TEC/AA-2968; AA Nº 3063/ 2014 - SEVERINO CARLOS DE ANDRADE NETO - SUDEMA - 2014-006063/TEC/AA-2932; **AA Nº 3064/2014** - JOSE RONALDO DA SILVA - SUDEMA - 2014-006038/TEC/AA-2921; **AA** Nº 3065/2014 - JOSÉ WILSON DA SILVA - SUDEMA - 2014-006133/TEC/AA-2966; AA Nº 3066/2014 - ERINALDO BEZERRA MELO - SUDEMA - 2014-005982/TEC/AA-2889; AA № 3067/2014 - ANDRE ARAGAO BATISTA - SUDEMA - 2014-006094/TEC/AA-2948; AA N° 3068/2014 - GILMAR FRANÇA SOARES - SUDEMA - 2014-006092/TEC/AA-2946; AA N° 3069/2014 - ELISANGELA DOS SANTOS PINTO - SUDEMA - 2014-006185/TEC/AA-2986; LO Nº 3070/2014 - IRACILDES ROBERTO DA SILVA - SUDEMA - 2014-006225/TEC/LO-8396; AA Nº 3071/2014 - FRANCISCO EDLEUSON LOURENCO DE SOUSA - SUDEMA -2014-004989/TEC/AA-2451; AA Nº 3072/2014 - MARCELO HERMINIO DO N. FILHO -SUDEMA - 2014-006042/TEC/AA-2924; LO Nº 3073/2014 - PICUÍ COMBUSTIVEIS LTDA

- SUDEMA - 2012-006997/TEC/LO-3795; LO Nº 3074/2014 - SANDRA LIMA DA SILVA 07711894783 - SUDEMA - 2014-001151/TEC/LO-7102; **LO Nº 3075/2014** - FUNDAÇAO FLAVIO RIBEIRO COUTINHO - SUDEMA - 2014-002901/TEC/LO-7605: LO Nº 3076/2014 - NERCON INDUSTRIA COMERCIO E TRANSPORTE LTDA - SUDEMA - 2014-003618/ TEC/LO-7812; LA Nº 3077/2014 - J. MACIEL DA SILVA E CIA LTDA - SUDEMA - 2014-003683/TEC/LA-0451; **LO** N° 3078/2014 - VIVIANE CARLA LIMA DA COSTA - SUDEMA - 2014-004073/TEC/LO-7932; **LOP** N° 3079/2014 - JOÃO BEZERRA FILHO - SUDEMA - 2014-004595/TEC/LOP-0191; **AA** N° 3080/2014 - JUNIELLY DUARTE CANDEIA - SUDEMA - 2014-005445/TEC/AA-2642; AA Nº 3081/2014 - RAQUEL FARIAS DE ASSIS GARCIA -SUDEMA - 2014-005615/TEC/AA-2742; LO N° 3082/2014 - LEANDRO DUARTE GUEDES - SUDEMA - 2014-005903/TEC/LO-8320; LO N° 3083/2014 - DER DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA PARAIBA - SUDEMA - 2013-006271/TEC/LO-2537; LO № 3084/2014 - LEITE E ALMEIDA COMBUSTÍVEIS LTDA ME - SUDEMA - 2011-001142/TEC/LO-0367; LA N° 3085/2014 - LEITE E ALMEIDA COMBUSTÍVEIS LITDA ME - SUDEMA - 2012-007003/TEC/LA-0230; LO N° 3086/2014 - PANDINE ALIMENTOS LTDA - SUDEMA - 2014-005070/TEC/LO-8168; LO N° 3087/2014 - JOSÉ FIRMINO DA CRUZ FILHO - SUDEMA - 2014-005377/TEC/LO-8234; AA N° 3088/2014 - PREFEITURA MUNI-CIPAL DE ALHANDRA - SUDEMA - 2014-002531/TEC/AA-2255; LO N° 3089/2014 - AGROINDUSTRIA - FABRICACAO DE CACHACA ENGENHO BELA VISTA LTDA - SUDEMA 2014-005524/TEC/LO-8257; LO Nº 3090/2014 - LETICCE INDÚSTRIA DE INSTRUMEN-TO MUSICAIS LTDA-ME - SUDEMA - 2014-003981/TEC/LO-7910; LO Nº 3091/2014 - ART TINTAS COMÉRCIO DE TINTAS LTDA - SUDEMA - 2014-005660/TEC/LO-8278; LO N° 3092/2014 - RAFAEL HENRIQUE PORTO ESTRELA -ME (RECICLAGEM DE BORRACHA) SUDEMA - 2014-005807/TEC/LO-8301; LO Nº 3093/2014 - IND. E COM. DE CALÇADOS ADRIANA LTDA - SUDEMA - 2014-005929/TEC/LO-8334; LO Nº 3094/2014 - MARINALDO BARRETO DOS SANTOS - SUDEMA - 2014-005953/TEC/LO-8338; LO Nº 3095/2014 - REVENDEDORA DE GAS DO BRASIL LTDA - SUDEMA - 2014-006145/TEC/LO-8368; LO Nº 3096/2014 - JOAO FERREIRA DA SILVA - SUDEMA - 2014-003465/TEC/LO-7766; LO Nº 3097/2014 - RESINFORTE INDÚSTRIA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAL DE CONSTRU-ÇÃO LTDA-ME - SUDEMA - 2014-004395/TEC/LO-8023; LO Nº 3098/2014 - MICHELE VALDENIA DO NASCIMENTO-ME - SUDEMA - 2014-006177/TEC/LO-8375; AA Nº 3107/ 2014 - JOSÉ LUCIANO DE OLIVEIRA - SUDEMA - 2014-005654/TEC/AA-2762; AA N° 3112/ 2014 - JANDILSON VIEIRA FEITOSA - SUDEMA - 2014-005407/TEC/AA-2638; LO N° 3113/2014 - BENEDITO DE MORAIS SOARES - SUDEMA - 2014-004492/TEC/LO-8052; LO N° 3114/2014 - MOZART ALVES DE ARAUJO - SUDEMA - 2014-004468/TEC/LO-8044; LO N° 3115/2014 - BENEDITO DE MORAIS SOARES - SUDEMA - 2014-004485/TEC/LO-8046; AA N° 3116/2014 - SEVERINO GALDINO DA SILVA - SUDEMA - 2014-005622/TEC/AA-2744; AA Nº 3117/2014 - GILMAR AURELIANO DE LIMA - SUDEMA - 2014-006032/TEC/ AA-2917; **AA** N° **3118/2014** - LOURENÇO ROMÃO DOS SANTOS FILHO - SUDEMA - 2014-006294/TEC/AA-3036; **AA** N° **3119/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME -SUDEMA - 2014-005777/TEC/AA-2817; **AA N° 3120/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005781/TEC/AA-2821; **AA N° 3121/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-006367/TEC/AA-3062; **AA Nº 3122/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-006366/TEC/AA-3061; **AA Nº 3123/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-006364/TEC/AA-3059; AA N° 3124/2014 - CARLOS MARQUES CASTRO JUNIOR - SUDEMA - 2014-006216/TEC/AA-2995; AA N° 3125/2014 - LOURENÇO ROMÃO DOS SANTOS FILHO - SUDEMA - 2014-006296/TEC/AA-3038; AA N° 3126/2014 - FRANCISCO DE ASSIS LUCIANO DE SOUSA SILVA - SUDEMA - 2014-006125/TEC/AA-2962; AA N° 3137/2014 - JOSE RICARDO DA SILVA - SUDEMA - 2014-006277/TEC/AA-2962; AA N° 3138/2014 CARLOS ALBERTO DA SILVA - SUDEMA - 2014-005934/TEC/AA-2881; **AA N° 3139/2014** - ANTONIO RAIMUNDO DA SILVA - SUDEMA - 2014-006093/TEC/AA-2947; **AA N° 3141/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005780/TEC/AA-2820; AA Nº 3142/2014 - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-006365/TEC/AA-3060; **AA Nº 3143/2014** - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-005786/TEC/AA-2826; **AA Nº 3144/2014** - MOABI ALVES PORPINO - SUDEMA - 2014-004584/TEC/AA-2328; **AA Nº 3145/2014** - ALDEMIR RAMOS DINIZ - SUDEMA - 2014-006318/TEC/AA-3044; **AA Nº 3147/2014** - JOANICIO GALDINO DE ALMEIDA - SUDEMA - 2014-005696/TEC/AA-2776; AA N° 3149/2014 - FRANCIVALDO SANTOS DE ARAÚJO - SUDEMA - 2014-006227/TEC/AA-2999; AA N° 3151/2014 - FRANCISCO CARLOS LIRA DA SILVA - SUDEMA - 2014-006189/TEC/AA-2990; AA N° 3152/2014 - ANTONIO MARCIO ARAUJO DA SILVA - SUDEMA - 2014-004652/TEC/AA-2340; AA N° 3152/2014 - ANTONIO MARCIO ARAUJO DA SILVA - SUDEMA - 2014-006502/TEC/AA-2340; AA N° 3152/2014 - ANTONIO MARCIO ARAUJO DA SILVA - SUDEMA - 2014-006502/TEC/AA-2340; AA N° 3152/2014 - ANTONIO MARCIO ARAUJO DA SILVA - SUDEMA - 2014-005602/TEC/AA-2372- AA N° 3152/2014 3153/2014 - NILDO PAULO DE LIMA - SUDEMA - 2014-005902/TEC/AA-2872; AA N° 3155/2014 - VALTER ARRUDA DA SILVA - SUDEMA - 2014-006188/TEC/AA-2989; AA N° 3156/2014 - GEBSON GABRIEL INOCÊNCIO - SUDEMA - 2014-006882/TEC/AA-2857; AA N° 3157/2014 - VALME ANÍSIO DOS SANTOS SUDEMA - 2014-00604/TEC/AA-2857; AA N° 3157/2014 - VALMIR ANÍSIO DOS SANTOS - SUDEMA - 2014-006084/TEC/AA-2942; AA LP Nº 3174/2014 - SUPLAN SUPERINTENDENCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOL-VIMENTO DO ESTADO - SUDEMA - 2014-005359/TEC/LP-2189; LO N° 3175/2014 - PEX ENGENHARIA LTDA - SUDEMA - 2014-004332/TEC/LO-8004; LI N° 3176/2014 - DER DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA PARAIBA - SUDEMA -2014-003268/TEC/LI-3113; LO Nº 3177/2014 - VALE DOS VENTOS GERADORA EÓLICA S/ A - SUDEMA - 2014-003057/TEC/LO-7656; LO N° 3178/2014 - VALE DOS VENTOS GERA-DORA EÓLICA S/A - SUDEMA - 2014-003058/TEC/LO-7657; **LO № 3180/2014** - VALE DOS VENTOS GERADORA EÓLICA S/A - SUDEMA - 2014-003060/TEC/LO-7659; LO N° 3181/ **2014** - VALE DOS VENTOS GERADORA EOLICA S/A - SUDEMA - 2014-003061/TEC/LO-7660; LO Nº 3182/2014 - INDÚSTRIA ALIMENTICIA DO VALE LTDA - SUDEMA - 2014-000115/TEC/LO-6801; LO Nº 3183/2014 - DELEON FRANCISCO DA SILVA - SUDEMA -2014-000954/TEC/LO-7047; LO Nº 3184/2014 - ASCOL - ASSESSORIA E CONSTRUÇÃO LTDA - SUDEMA - 2014-004972/TEC/LO-8148; **LO Nº 3185/2014** - ANDRADE MARINHO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - SUDEMA - 2014-006205/TEC/LO-8386; LI N° 3186/2014 - CONSTRUTORA PADRÃO LTDA - SUDEMA - 2014-004225/TEC/LI-3229; LO N° 3187/2014 - NELSON FARIAS DE SOUZA JUNIOR - SUDEMA - 2014-005530/TEC/ LO-8260; LO Nº 3188/2014 - PARAIBA TURISMO LTDA - SUDEMA - 2014-005658/TEC/ LO-8277: LO Nº 3189/2014 - GMI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-EPP - SUDEMA - 2014006119/TEC/LO-8361; LI Nº 3190/2014 - COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO PO-PULAR - CEHAP - SUDEMA - 2014-003308/TEC/LI-3122; LO Nº 3191/2014 - SUELENE CUNHA DA SILVA (PANIFICADORA GOUVEIA GOMES) - SUDEMA - 2014-005738/TEC/LO-8294; LO Nº 3192/2014 - AUTO POSTO DE COMBUSTIVEL JACUMA LTDA - SUDEMA -2011-004378/TEC/LO-1474; LO Nº 3193/2014 - CARAJAS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA - SUDEMA - 2014-000903/TEC/LO-7033; LO Nº 3194/2014 - JOSE ROBERTO GONZAGA - SUDEMA - 2014-002199/TEC/LO-7389; LA Nº 3195/2014 - TRIUNFO COMBUSTIVEIS LTDA - SUDEMA - 2014-003728/TEC/LA-0452; LO Nº 3196/2014 - TRI-UNFO COMBUSTIVEIS LTDA - SUDEMA - 2013-001056/TEC/LO-4778; AA Nº 3197/2014 -JOSIAS TAVARES DE SOUSA-ME - SUDEMA - 2014-006143/TEC/AA-2972; LO Nº 3198/ 2014 - ANA MARIA ONEDINA PASCOAL NOGUEIRA - SUDEMA - 2014-006061/TEC/LO-8349; AA Nº 3199/2014 - NGC COMBUSTIVEIS LTDA - SUDEMA - 2014-006046/TEC/AA-2926; LO Nº 3200/2014 - POSTO ALTERNATIVA DE COMBUSTIVEIS E SERVIÇOS -SUDEMA - 2010-002308/TEC/LO-0744; LI Nº 3201/2014 - SEBASTIÃO ZUZU DOS SAN-TOS FILHO-ME - SUDEMA - 2014-002974/TEC/LI-3078; LO Nº 3202/2014 - R. FERNANDES & CIA LTDA - ENGENHO SAO PAULO - SUDEMA - 2014-004675/TEC/LO-8100; LO \mathbf{N}^{o} 3203/2014 - INEZITA RIBEIRO PEREIRA DE QUEIROZ - SUDEMA - 2014-004180/TEC/LO-7963; LO Nº 3204/2014 - AUTO POSTO MÃE JOANINHA LTDA - SUDEMA - 2011-001213/ TEC/LO-0388; LS Nº 3205/2014 - ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLADO DE BONITO DE SANTA FÉ- ASCAMAR - SUDEMA - 2014-004621/TEC/LS-0140; AA Nº 3206/2014 - FRANCISCO MARIO SOBRINHO - SUDEMA - 2014-005713/TEC/ AA-2788; AA N° 3207/2014 - FRANCISCO DE ASSIS CASIMIRO - SUDEMA - 2014-005711/ TEC/AA-2786; AA Nº 3208/2014 - LUIZ FERNANDES DA SILVA - SUDEMA - 2014-005709/ TEC/AA-2785; AA Nº 3209/2014 - PABLO DANILO CLEMENTINO DA SILVA - SUDEMA -2014-005705/TEC/AA-2781; AA Nº 3210/2014 - CARLOS AUGUSTO FERREIRA SARMENTO - SUDEMA - 2014-005703/TEC/AA-2779; AA Nº 3211/2014 - MARCIO CABOCLO - SUDEMA - 2014-005379/TEC/AA-2631**; AA Nº 3212/2014** - RAILSON DINIZ VIEIRA - SITIO GENIPAPO DOS LUCIOS - SUDEMA - 2014-005099/TEC/AA-2509; AA Nº 3213/2014 - LUIZ ROSENDO DA SILVA FILHO - SUDEMA - 2014-006481/TEC/AA-3095; AA N° 3214/2014 - VANDEILTON ALVES ROSA - SUDEMA - 2014-006020/TEC/AA-2909; AA Nº 3215/2014 - FRANCELY MARIA DA SILVA - SUDEMA - 2014-006018/TEC/AA-2908; AA Nº 3216/2014 - FERNANDA GONÇALVES DE LIMA - SUDEMA - 2014-006017/TEC/AA-2907; AA Nº 3217/2014 - FRAN-CISCO ROGERIO SANTANA DO NASCIMENTO - SUDEMA - 2014-005996/TEC/AA-2894; AA Nº 3218/2014 - LUCIANA SOUZA DE ABREU - SUDEMA - 2014-005995/TEC/AA-2893; AA Nº 3219/2014 - CHARLES ROBERTO DA SILVA - SUDEMA - 2014-005931/TEC/AA-2880; LO Nº 3220/2014 - HV PRODUÇÕES E SERVIÇOS - SUDEMA - 2014-005925/TEC/LO-8331; LO Nº 3221/2014 - HV PRODUÇÕES E SERVIÇOS - SUDEMA - 2014-005926/TEC/LO-8332; LO Nº 3222/2014 - HV PRODUÇÕES E SERVIÇOS - SUDEMA - 2014-005924/TEC/LO-8330; AA Nº 3223/2014 - UMBERTO FERREIRA DOS SANTOS - SUDEMA - 2014-005892/ TEC/AA-2865; AA Nº 3224/2014 - ANTONIO EDIPO PALITO DINIZ - SUDEMA - 2014-005825/TEC/AA-2842; AA Nº 3225/2014 - ADRIANO PEREIRA ALVES - SUDEMA - 2014-005821/TEC/AA-2839; AA Nº 3226/2014 - CÍCERO MARCOLINO PEREIRA - SUDEMA -2014-005784/TEC/AA-2824; AA N° 3227/2014 - JOSE ANASTACIO AVELINO - SUDEMA -2014-005714/TEC/AA-2789; AA Nº 3228/2014 - JOSÉ VIANA ALECRIM - SUDEMA - 2014-006027/TEC/AA-2913; AA Nº 3229/2014 - FRANCINEIDE DE ALMEIDA - SUDEMA - 2014-006022/TEC/AA-2910; AA Nº 3230/2014 - JOSÉ FRANCISCO SILVINO - SUDEMA - 2014-005226/TEC/AA-2555; AA Nº 3231/2014 - ARIONILDO GONÇALVES DE MORAIS - SUDEMA · 2014-005640/TEC/AA-2755; AA Nº 3232/2014 - ADJACKISON RODRIGUES DO NASCI-MENTO - SUDEMA - 2014-005838/TEC/AA-2847; AA Nº 3233/2014 - MAURICIO SALVA-DOR - SUDEMA - 2014-005919/TEC/AA-2877; AA Nº 3234/2014 - RAIMUNDO ANTONIO BATISTA DE ARAUJO - SUDEMA - 2014-005957/TEC/AA-2885; AA Nº 3235/2014 -EUGENÁRIO DINIZ DOS SANTOS - SUDEMA - 2014-006264/TEC/AA-3019; AA Nº 3236/ **2014** - LÁSARO SOARES DA SILVA - SUDEMA - 2014-006280/TEC/AA-3027; **AA Nº 3237**/ 2014 - ANTONISIO PEREIRA DA SILVA - SUDEMA - 2014-006285/TEC/AA-3029; AA Nº 3238/2014 - ROBERTO DE SOUSA DAVID (CARRO DE SOM) - SUDEMA - 2014-006338/ TEC/AA-3051; AA Nº 3239/2014 - BRUNO FERREIRA ALVES - SUDEMA - 2014-006339/ TEC/AA-3052; LO Nº 3240/2014 - MOURA DE ALMEIDA E CIA LTDA - SUDEMA - 2013-006144/TEC/LO-6114; AA Nº 3241/2014 - NATAL JOSE BARBOSA DA SILVA - SUDEMA -2014-006087/TEC/AA-2944; AA Nº 3242/2014 - VERA CONCEIÇÃO FERREIRA DA SILVA -SUDEMA - 2014-006039/TEC/AA-2922; AA Nº 3243/2014 - JOSÉ CECÍLIO MARTINS NETO · SUDEMA - 2014-006435/TEC/AA-3077; AA Nº 3244/2014 - HERMES FERREIRA COSTA JÚNIOR - SUDEMA - 2014-006299/TEC/AA-3040; AA Nº 3245/2014 - ALEX DE AMORIM BARBOSA - SUDEMA - 2014-006085/TEC/AA-2943; AA Nº 3246/2014 - JOSENILSON ALCANTARA - SUDEMA - 2014-006045/TEC/AA-2925; LO Nº 3247/2014 - FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS FILHO - SUDEMA - 2014-006387/TEC/LO-8427; AA Nº 3248/2014 - SEVERINO DIÁRIO DE ASSUNÇÃO - SUDEMA - 2014-006363/TEC/AA-3058**; AA Nº 3249**/ 2014 - JOCILDO BEZARRA DE MESQUITA - SUDEMA - 2014-006287/TEC/AA-3031; AA Nº 3250/2014 - RAFAELLA BERNARDO DE MEDEIROS - SUDEMA - 2014-006252/TEC/AA-3016; AA Nº 3251/2014 - FRANCISCO DE MEDEIROS PORTO - SUDEMA - 2014-006250/ TEC/AA-3015; LO Nº 3253/2014 - EDN CONSTRUCOES-EIRELI - SUDEMA - 2014-006327/ TEC/LO-8414**; AA Nº 3254/2014** - JOSE CLODOALDO ALVES DE SOUZA - SUDEMA - 2014 006005/TEC/AA-2899; AA Nº 3255/2014 - RAPHAEL JOSE DO N FONSECA - SUDEMA -2014-006223/TEC/AA-2996; AA N° 3256/2014 - JOSE SILVA PINHEIRO - SUDEMA - 2014-006240/TEC/AA-3007; LO Nº 3257/2014 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUA PURIFIC LTDA-ME - SUDEMA - 2014-005677/TEC/LO-8282: AA Nº 3258/2014 - GENIVAL SULA DA SILVA - SUDEMA - 2014-006379/TEC/AA-3065; AA Nº 3259/2014 - EFRAIM DE ARAÚJO MORAES FILHO - SUDEMA - 2014-006468/TEC/AA-3088; AA Nº 3260/2014 - SEVERINO BENICIO DE PONTES - SUDEMA - 2014-006255/TEC/AA-3017; AA Nº 3261/2014 - COSME RANIERY JUSTINO BASILIO DE SOUSA - SUDEMA - 2014-006081/TEC/AA-2939; AA Nº

3262/2014 - MARCELO DA COSTA GADELHA - SUDEMA - 2014-006570/TEC/AA-3118; AA Nº 3263/2014 - MARIA ROSELLE DINIZ - SUDEMA - 2014-006100/TEC/AA-2951; AA Nº 3264/2014 - MARIA ROSELLE DINIZ - SUDEMA - 2014-006101/TEC/AA-2952; AA Nº 3265/ 2014 - MARIA ROSELLE DINIZ - SUDEMA - 2014-006104/TEC/AA-2954; AA N° 3266/2014 - MARIA ROSELLE DINIZ - SUDEMA - 2014-006105/TEC/AA-2955; AA Nº 3267/2014 -GILDASIO JOSÉ DA SILVA - SUDEMA - 2014-006106/TEC/AA-2956; AA Nº 3268/2014 -MARIA ROSELLE DINIZ - SUDEMA - 2014-006107/TEC/AA-2957; AA Nº 3269/2014 -ALEXANDRE ALVES NOBREGA - SUDEMA - 2014-006142/TEC/AA-2971; AA Nº 3270/ 2014 - JOSÉ LINO DA SILVA JUNIOR - SUDEMA - 2014-006193/TEC/AA-2992; AA № 3271/ 2014 - MARIA GLORIETE DA SILVA SOARES - SUDEMA - 2014-006195/TEC/AA-2994; AA Nº 3272/2014 - GERUSA LUCENA MARTINS DE MEDEIROS - SUDEMA - 2014-006246/ TEC/AA-3012; AA Nº 3273/2014 - VALDECI MEDEIROS DE ARAUJO - SUDEMA - 2014-006244/TEC/AA-3011; **AA N° 3274/2014** - THIEGO BORGES MACHADO - SUDEMA - 2014-005810/TEC/AA-2835; **LO N° 3275/2014** - MARIA DA CONCEICAO DE SOUSA MONTEIRO-ME - SUDEMA - 2014-006116/TEC/LO-8359; LP Nº 3276/2014 - SUPLAN SUPERINTENDENCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO -SUDEMA - 2014-005360/TEC/LP-2190; LP N° 3277/2014 - SUPLAN SUPERINTENDENCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO - SUDEMA - 2014-005357/ TEC/LP-2188; LO Nº 3278/2014 - POSTO DE COMBUSTIVEIS ALAGOA GRANDENSE LTDA - SUDEMA - 2014-003680/TEC/LO-7828; AA Nº 3279/2014 - POSTO ESTRELA DA BR 101 LTDA - SUDEMA - 2014-005452/TEC/AA-2644; LO Nº 3280/2014 - JOSEFA DE OLIVEIRA GOMES (POSTO SÃO FRANCISCO) - SUDEMA - 2014-006155/TEC/LO-8372; LO Nº 3281/2014 - CIMEKIL MADEIRAS E PORTAS LTDA - SUDEMA - 2014-006257/TEC/ LO-8399; AA Nº 3282/2014 - CARLOS GUSTAVO GOMES DE OLIVEIRA - SUDEMA - 2014-005820/TEC/AA-2838; AA Nº 3283/2014 - PAULO RICARDO B.DE ARAUJO - SUDEMA -2014-006102/TEC/AA-2953; AA Nº 3284/2014 - MAX WILLIAN SANTOS FELIX - SUDEMA - 2014-006342/TEC/AA-3053; AA Nº 3285/2014 - RITA DOS SANTOS SILVA - SUDEMA -2014-006368/TEC/AA-3063; AA Nº 3286/2014 - MARCOS AURELIO DOS SANTOS - SUDEMA - 2014-006373/TEC/AA-3064; AA Nº 3287/2014 - GENILDO FRANCISCO DA SILVA - SUDEMA - 2014-006451/TEC/AA-3082**; AA N° 3288/2014** - JANEILZA DE OLIVEIRA MORAIS IZIDRO - SUDEMA - 2014-006493/TEC/AA-3098; AA Nº 3289/2014 - MAILTON JOSE DOS PRAZE-RES - SUDEMA - 2014-006542/TEC/AA-3107; AA Nº 3290/2014 - ANTONIO FRANCISCO DE SOUZA FILHO - SUDEMA - 2014-006390/TEC/AA-3069; LA Nº 3291/2014 - NOVA ASSUNCÃO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - SUDEMA - 2014-001448/TEC/LA-0412; LI Nº 3292/2014 - EVERARDO DOS SANTOS FARIAS - SUDEMA - 2014-000819/TEC/ LI-2846; AA Nº 3293/2014 - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FILHO-ME - SUDEMA -2014-004896/TEC/AA-2410; AA Nº 3294/2014 - LOURENÇO ROMAO DOS SANTOS FI-LHO-ME - SUDEMA - 2014-004956/TEC/AA-2439; AA Nº 3295/2014 - LOURENÇO ROMÃO DOS SANTOS FILHO - SUDEMA - 2014-005501/TEC/AA-2671; AA Nº 3296/2014 - LOU-RENÇO ROMÃO DOS SANTOS FILHO - SUDEMA - 2014-005503/TEC/AA-2673; AA Nº 3297/2014 - LOURENÇO ROMÃO DOS SANTOS FILHO - SUDEMA - 2014-005504/TEC/AA-2674; AA Nº 3298/2014 - LOURENÇO ROMÃO DOS SANTOS FILHO - SUDEMA - 2014-005508/TEC/AA-2678; AA Nº 3299/2014 - LOURENÇO ROMÃO DOS SANTOS FILHO -SUDEMA - 2014-005516/TEC/AA-2683

 $Art.\ 2^{o}~$ Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Maria de Fallma Murais Marosine Secretaria Executiva do COPAM

Nilson Ferraz di Almeida Junio Presidente Substi**al Fi**do COPAM

Secretaria de Estado da Infraestrutura

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DA PARAIBA – DER/PB

PORTARIA Nº 168 DE 02 DE SETEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DA PARAIBA – DER/PB, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art.º 9º do Decreto n.º. 7.682, de 07 de Agosto de 1978, e de acordo com o Processo de nº 3562/2014. RESOLVE:

Art. 1° - Designar o Servidor **FRANCISCO EUMENES MARTINS**, Engenheiro Civil, matrícula 2195-4, n° CREA 1607582228 CPF n° 131.477.144-20, para a execução dos serviços de Pavimentação na Rodovia PB-035, Trecho: prolongamento da rua principal de acesso ao Distrito de Cravaçu, em Rio Tinto/PB, na qualidade de Gestor do Contrato PJ n° 032/2014, em conformidade com os Artigos 8°, 9° e 10° do Decreto n° 30610, de 25 de agosto de 2009.

Art. 2º – O profissional designado nesta Portaria deverá registrar no Livro de Ocorrências (Livro de Ordem) todos os fatos relacionados com a execução do contrato objeto da obra fiscalizada, a teor do Art. 67, & 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e a Resolução nº 1024, de 21 de agosto de 2009. Do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.

Art. 3° – O não cumprimento das disposições contidas nesta Portaria acarretará ao servidor designado, a aplicação das sanções previstas na Lei Complementar n° 58/2003 (Estatuto dos Servidores Civis do Estado da Paraíba), sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação pátria.

Art. 4° – O presente Ato entra em vigor a partir de sua Publicação em Diário

, //

Eng. a Carlos Pereira de Carvalho e Silva Diretor Superintendente

REPUBLICAR POR INCORREÇÃO

Oficial do Estado da Paraíba.



Secretaria de Estado da Receita

Decisão nº 007/2014 - SER Recurso Hierárquico nº 007/2014 Processo nº 0668982012-2

Recorrente: CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Recorrido: INSTÂNCIA ESPECIAL

Autuada: NYEDVA ROSA NUNES SANTOS ME Preparadora: RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA

Autuante: QUINTILIANO BEZERRA LIMA

INSTÂNCIA ESPECIAL. RECURSO HIERÁRQUICO. PROVIMENTO PARCIAL. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. DIVERGÊNCIA DE INFORMA-ÇÕES ENTRE DOCUMENTOS FISCAIS E ARQUIVO MAGNÉTICO. APLICABILIDADE DA PENALIDADE PREVISTA NA LEI. REFORMADA A DECISÃO RECORRIDA. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

Apresentar arquivos magnéticos cujo conteúdo contenha informações divergentes das constantes nas notas fiscais do contribuinte constitui-se em descumprimento de obrigação acessória, punível com multa específica disposta em lei.

MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO

CORREGEDORIA FISCAL

PORTARIA Nº 010/2014-CF/SER

João Pessoa, 22 setembro de 2014

O COORDENADOR DA CORREGEDORIA FISCAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 131 da Lei Complementar Nº

58, de 30 de dezembro de 2003, c/c o art. 14, do Decreto nº 32.811, de 09 de março de 2012, e Considerando o que consta no processo número 1404172014-1 e nos docu-

mentos números 03378020148 e 03377920145, nos quais constam ofícios oriundos da Casa da Cidadania e da Recebedoria de Rendas de João Pessoa, encaminhando informações de que o servidor Henrique Silveira Rosa trata mal aos usuários daquela repartição;

Considerando as provas apresentadas e despachos do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Receita;

Considerando que o fato configura, em tese, falta funcional prevista em Lei,

Art. 1º Instaurar Sindicância Administrativa Disciplinar para apurar eventual responsabilidade funcional do servidor HENRIQUE SILVEIRA ROSA, Auditor Fiscal Tributário Estadual, matrícula nº 147941-5, pela acusação de ter tratado mal aos usuários da Casa da Cidadania, o que, se devidamente comprovado, configura falta de urbanidade, infração disciplinar prevista nos artigo 106, inciso XI, da Lei Complementar nº 58/2003 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba).

Art. 2º Designar os servidores GIVALDO LEAL DE MENEZES JUNIOR. matrícula nº 159.542-3, JOSÉ GALDINO LOPES NETO, matrícula nº 077.668-8 e LEONAR-DO DE SABOIA XAVIER, matrícula nº 161.174-7, para sob a presidência do primeiro, procederem a apuração do fato em toda sua extensão, devendo ser assegurado ao acusado as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Art. 3º Publique-se e Cumpra-se.



PORTARIA Nº 016/2014 - GRN-3

Campina Grande, 15 de setembro de 2014.

O GERENTE REGIONAL DO 3º NÚCLEO, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 61, inciso IX, do Decreto nº 25.826, de 15 de abril de 2005, c/c o artigo 119, § 2°, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930/97, e tendo em vista o que consta no Processo nº 0721712014-4- Campina Grande.

RESOLVE:

I - COMUNICAR o extravio do talão de NFVC série "D" mod. 02, nº 000.501 a 000.750, em nome da firma: PAULO CESAR PINHEIRO BATISTA - ME, Inscrição Estadual nº 16.150.193-1, estabelecido a Rua: Doutor Vasconcelos nº 988, Loja 01/02 BL Caixa D''agua -Empasa - Campina Grande - P/B..

II - CANCELAR, para todos os efeitos legais, servindo de prova apenas perante a Fazenda Estadual, o extravio do talão de, NFVC série "D", mod. 02, nº 000.501 a 000.750, conforme Certidão de Ocorrência Policial de Protocolo nº 002444/13.

III - DETERMINAR, a Fiscalização como um todo a apreensão das mercadorias acompanhadas com a documentação inserta no item II desta Portaria.. PUBLIQUE-SE

PORTARIA Nº 017/2014 - GRN-3

Campina Grande, 15 de setembro de 2014.

O GERENTE REGIONAL DO 3º NÚCLEO, no uso das suas atribuições que lhe

são conferidas pelo Art. 61, inciso IX, do Decreto nº 25.826, de 15 de abril de 2005, c/c o artigo 119, § 2°, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930/97, e tendo em vista o que consta no Processo nº 1098462014-1- Campina Grande.

RESOLVE:

I - COMUNICAR o extravio do talão de Notas Fiscais Mod. 01, nº 001.051 à 001.250, em nome da firma : B & V COMÉRCIO DE EMBALAGENS LTDA, Inscrição Estadual nº $16.154.931\text{--}4, estabelecido\ a\ Rua:\ Dom\ Anselmo\ Pietrulla\ n^{o}\ 60\ -\ Liberdade\ -\ Campina\ Grande\ -\ P/B.$

II - CANCELAR, para todos os efeitos legais, servindo de prova apenas perante a Fazenda Estadual, o extravio do talão de Notas Fiscais Mod. 01, nº 001.051 à 001.250 conforme Certidão de Ocorrência Policial de Protocolo nº 012270/14.

III - DETERMINAR, a Fiscalização como um todo a apreensão das mercadorias acompanhadas com a documentação inserta no item II desta Portaria... PUBLIQUE-SE

PORTARIA Nº 019/2014 – GRN-3

Campina Grande, 15 de setembro de 2014.

O GERENTE REGIONAL DO 3º NÚCLEO, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 61, inciso IX, do Decreto nº 25.826, de 15 de abril de 2005, c/c o artigo 119, § 2°, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930/97, e tendo em vista o que consta no Processo nº 1647012013-0- Campina Grande.

RESOLVE:

I - COMUNICAR o extravio do talão de NFVC série"D" Mod 02 de nº000.001 à $001.000~\rm em$ nome da firma : MARCOS ANTONIO LUCENA DOS SANTOS, Inscrição Estadual nº 16.114.774-7, estabelecido a Rua: Arrojado Lisboa nº 641 - Monte Santo - Campina Grande - P/B..

II - CANCELAR, para todos os efeitos legais, servindo de prova apenas perante a Fazenda Estadual, o extravio do talão de NFVC série"D" Mod 02 de nº 000.001 à 001.000, conforme Certidão de Ocorrência Policial de Protocolo nº 201311019274.

III - DETERMINAR, a Fiscalização como um todo a apreensão das mercadorias acompanhadas com a documentação inserta no item II desta Portaria..

PUBLIQUE-SE

SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA - SER C. E. DE GUARABIRA

PORTARIA Nº 01432/2014/CAD

3 de Setembro de 2014

O Coletor Estadual da C. E. DE GUARABIRA, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 140, §3°, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997,

Considerando que foi regularizado os motivos que originaram o cancelamento;

RESOLVE: I.RESTABELECER, a(s) inscrição(ões) e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais, da(s) firma(s) constante na relação em anexo a esta Portaria.

II.Declarar a(s) firma(s) referida(s) no item anterior como apta(s) no Cadastro de Contribuintes do ICMS.

III.Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 03/09/2014.

1463900 - DANIEL RIBEIRO DO CARMO

Anexo da Portaria Nº 01432/2014/CAD

SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA - SER C. E. DE GUARABIRA

PORTARIA Nº 01476/2014/CAD

9 de Setembro de 2014

O Coletor Estadual da C. E. DE GUARABIRA, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 140, §3º, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997, Considerando que foi regularizado os motivos que originaram o cancelamento;

> **RESOLVE:** I.RESTABELECER, a(s) inscrição(ões) e o uso de talonários de notas fiscais e/ou

cupons fiscais, da(s) firma(s) constante na relação em anexo a esta Portaria. II.Declarar a(s) firma(s) referida(s) no item anterior como apta(s) no Cadastro de Contribuintes do ICMS.

III.Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 09/09/2014.

1463900 - DANIEL RIBEIRO DO CARMO

Anexo da Portaria Nº 01476/2014/CAD

	Inscrição Estadual		Endereço	Município / UF	Regime de Apuração
Γ	16.165.052-0			MARI / PB	SIMPLES NACIONAL
	16.040.706-0		PATIO DO MERCADO PUBLICO MUNICIPAL, № s/n - CENTRO	MARI / PB	SIMPLES NACIONAL
			R PREFEITO MANOEL LORDAO, № 463 - CENTRO	GUARABIRA / PB	SIMPLES NACIONAL
		JOSE DE ARIMATEIA SILVA	PATIO DO MERCADO PUBLICO MUNICIPAL, № s/n - CENTRO	MARI / PB	SIMPLES NACIONAL
		WANDERLEY HENRIQUE CAVALCANTE	R JOAO SUASSUNA, № 74 - CENTRO	MARI / PB	SIMPLES NACIONAL
		ANTONIO SERAFIM DA SILVA FILHO	R PEDRO LEITE, Nº 00183 - CENTRO	MARI / PB	SIMPLES NACIONAL

SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA - SER C. E. DE ITABAIANA

PORTARIA Nº 01448/2014/CAD

5 de Setembro de 2014

O Coletor Estadual da C. E. DE ITABAIANA, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 140, §3°, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997,

Considerando que foi regularizado os motivos que originaram o cancelamento; **RESOLVE:**

 $\label{eq:like_like_like_like} \textbf{I.RESTABELECER}, \ a(s) \ inscrição(ões) \ eo uso \ de talonários \ de notas fiscais e/ou cupons fiscais, \ da(s) \ firma(s) \ constante \ na \ relação \ em \ anexo \ a \ esta \ Portaria.$

II.Declarar a(s) firma(s) referida(s) no item anterior como apta(s) no Cadastro de Contribuintes do ICMS.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retro ativo a 05/09/2014.



Anexo da Portaria Nº 01448/2014/CAD

Inscrição Estadual	Razão Social	Endereço	Município / UF	Regime de Apuração
16.176.650-1	LEONARDO LINO DA SILVA	SIT URUCU DE CIMA, Nº S/N -ZONA RURAL	GURINHEM / PB	SIMPLES NACIONAL
10.170.030-1	05186771414	DIT OROCO DE CIMA, Nº 3/Nº -2014 KORAL	GORINILIWI / FB	OIIVIFLE 3 IVACIOIVAL

SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA - SER C. E. DE ITABAIANA

PORTARIA Nº 01485/2014/CAD

a 10/09/2014.

10 de Setembro de 2014

O Coletor Estadual da C. E. DE ITABAIANA, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 140, §3°, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997, Considerando que foi regularizado os motivos que originaram o cancelamento; RESOLVE:

I.RESTABELECER, a(s) inscrição(ões) e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais, da(s) firma(s) constante na relação em anexo a esta Portaria.

II.Declarar a(s) firma(s) referida(s) no item anterior como apta(s) no Cadastro de Contribuintes do ICMS.

III.Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo

1463578 - ARLINDO LOPES DE AQUINO

Anexo da Portaria Nº 01485/2014/CAD

ı	Inscrição Estadual	Razão Social	Endereço	Município / UF	Regime de Apuração
	16.146.830-6	GILVAN FERREIRA DA SILVA LEITE DE MELO	PC VENANCIO NEIVA, Nº 2 - CENTRO	ITABAIANA / PB	SIMPLES NACIONAL

SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA - SER C. E. DE ITABAIANA

PORTARIA Nº 01527/2014/CAD

16 de Setembro de 2014

O Coletor Estadual da C. E. DE ITABAIANA, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 140, §3°, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997, Considerando que foi regularizado os motivos que originaram o cancelamento; RESOLVE:

I.RESTABELECER, a(s) inscrição(ões) e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais, da(s) firma(s) constante na relação em anexo a esta Portaria.

cupons fiscais, da(s) firma(s) constante na relação em anexo a esta Portaria.

II.Declarar a(s) firma(s) referida(s) no item anterior como apta(s) no Cadastro

de Contribuintes do ICMS.

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo

a 16/09/2014.

1463578 - ARLINDO LOPES DE AQUINO

Anexo da Portaria Nº 01527/2014/CAD

Inscrição Estadual	Razão Social	Endereço	Município / UF	Regime de Apuração
	SEVERINO DOS RAMOS VASCONCELOS	R PRESIDENTE JOAO PESSOA, Nº 51 - CENTRO	MOGEIRO / PB	SIMPLES NACIONAL

SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA - SER C. E. DE JUAZEIRINHO

PORTARIA Nº 01407/2014/CAD

2 de Setembro de 2014

O Coletor Estadual da C. E. DE JUAZEIRINHO, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 140, incisos VII, c/c os seus §§ 1º e 2º, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997,

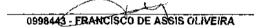
Considerando que consta(m) no(s) processo(s) nº 1388962014-0, 1388952014-6;
Considerando que o(s) contribuinte(s) relacionado(s) no anexo desta portaria está(ão) em situação irregular, em razão de não apresentação, durante 03 (três) meses consecutivos, ao(s) seu(s) domicílio(s) fiscal(is), da Escrituração Fiscal Digital - EFD;

Considerando, ainda, a necessidade de atualização perante o Cadastro de Contribuintes do ICMS e das informações econômico-fiscais por ele(s) gerada(s);

RESOLVE: I.CANCELAR, *ex-officio*, a(s) inscrição(ões) e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais da(s) firma(s) relacionada(s) no anexo desta portaria;

II.Declarar a(s) firma(s) referida(s) no item anterior como não inscrita(s) no Cadastro de Contribuinte do ICMS, ficando passíveis de apreensão as mercadorias que estiverem em poder da(s) mesma(s) ou que lhe(s) forem destinadas, bem como fichas de inscrição cadastral, livros e demais documentos fiscais, onde forem encontrados;

III. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retro ativo a 02/09/2014.



Anexo da Portaria Nº 01407/2014/CAD

Inscrição Es	tadual	Razão Social	Endereço	Município / UF	Regime de Apuração
16.177.37	1-0	MARILENE CLEMENTINO SOARES	R SIQUEIRA CAMPOS, Nº S/N - CENTRO	JUAZEIRINHÔ / PB	NORMAL
16.194.17	8-8	DANTAS & DANTAS LTDA	R MANOEL VITAL, Nº 124 - CENTRO	JUAZEIRINHO / PB	NORMAL

SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA - SER C. E. DE JUAZEIRINHO

PORTARIA Nº 01417/2014/CAD

3 de Setembro de 2014

O Coletor Estadual da C. E. DE JUAZEIRINHO, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 140, §3°, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997,

Considerando que foi regularizado os motivos que originaram o cancelamento; **RESOLVE:**

I.RESTABELECER, a(s) inscrição(ões) e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais, da(s) firma(s) constante na relação em anexo a esta Portaria.

 $II.Declarar\; a(s)\; firma(s)\; referida(s)\; no\;\; item\;\; anterior\;\; como\;\; apta(s)\;\; no\;\; Cadastro\;\; de\;\; Contribuintes\;\; do\;\; ICMS.$

III.Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 03/09/2014.

0998443 - FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA

Anexo da Portaria Nº 01417/2014/CAD

Inscrição Estadual	Razão Social	Endereço	Município / UF	Regime de Apuração
16.218.730-0	FRANCISCA IREMA RODRIGUES	R SENADOR RUI CARNEIRO, Nº 356 - CENTRO	SERIDO / PB	SIMPLES NACIONAL
16.223.053-2	CONSTRUTORA R & R LTDA	AV JULIMAR DE SOUZA, Nº 10 - CENTRO	CUBATI / PB	NORMAL
16.107.556-8	EDMAR DA SILVA SOUTO	R JOAQUIM GOMES DE ARAUJO, № 05 - CENTRO	SOLEDADE / PB	NORMAL

SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA - SER C. E. DE JUAZEIRINHO

PORTARIA Nº 01421/2014/CAD

3 de Setembro de 2014

O Coletor Estadual da C. E. DE JUAZEIRINHO , usando das atribuições que são conferidas pelo art. 140, inciso VI, c/c os seus §§ 1º e 2º, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997,

Considerando o que consta(m) no(s) processo(s) nº 1174302014-7, 1174392014-8, 1174422014-0, 1174442014-9 ;

Considerando que o(s) contribuinte(s) relacionado(s) no anexo desta portaria, através de processo administrativo regular cometeu irregularidade no fornecimento de informações referentes a(s) inscrição(ões);

Considerando, ainda, a necessidade de atualização perante o Cadastro de Contribuintes do ICMS e das informações econômico-fiscais por ele(s) gerada(s);

RESOLVE:



I.CANCELAR, "ex-offício", a(s) inscrição(ões) e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais da(s) firma(s) relacionada(s) no anexo desta portaria.

II.Declarar a(s) firma(s) referida(s) no item anterior como não inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS, ficando passíveis de apreensão as mercadorias que estiverem em poder da(s) mesma(s) ou que lhe(s) forem destinadas, bem como fichas de inscrição cadastral livros e demais documentos fiscais, onde forem encontrados.

III.Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 03/09/2014.

0998443 - FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA

Anexo da Portaria Nº 01421/2014/CAD

Inscrição Estadual	Razão Social	Endereço	Município / UF	Regime de Apuração
16.160.816-7	ABEILTON MAURICIO MARIANO	R MODESTO JOSE, № 454 - CENTRO	SERIDO / PB	SIMPLES NACIONAL
16.145.098-9		R PRESIDENTE GETULIO VARGAS, № 36 - CENTRO	SERIDO / PB	SIMPLES NACIONAL
	MARIA DO SOCORRO FERNANDES COSTA	R SAO SEVERINO, № 00142 - CENTRO	CUBATI/PB	SIMPLES NACIONAL
	JOAO PAULO CARDOSO DE ALMEIDA	R JOSE FAUSTINO, № 138 - CENTRO	CUBATI/PB	SIMPLES NACIONAL

SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA - SER C. E. DE JUAZEIRINHO

PORTARIA Nº 01461/2014/CAD

8 de Setembro de 2014

O Coletor Estadual da C. E. DE JUAZEIRINHO , usando das atribuições que são conferidas pelo art. 140, incisos I, c/c os seus §§ 1º e 2º, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997,

Considerando o que consta(m) no(s) processo(s) nº 1409062014-7, 1409082014-6, 1409102014-3, 1409202014-7, 1409372014-2, 1409452014-7, 1409872014-0, 1410532014-9, 1410592014-6, 1411062014-7, 1410752014-5, 1411492014-5, 1411372014-2, 1411852014-1, 1412072014-4, 1417112014-4, 1417072014-8, 1417052014-9, 1417042014-4, 1417132014-3, 1417062014-3, 1409012014-4;

Considerando que o(s) contribuinte(s) relacionado(s) no anexo desta portaria está(ão) em situação irregular, em razão de não apresentação, durante 06(seis) meses consecutivos, ao(s) seu(s) domicílio(s) fiscal(is), da Guia de Informação Mensal – GIM;

Considerando, ainda, a necessidade de atualização perante o Cadastro de Contribuintes do ICMS e das informações econômico-fiscais por ele(s) gerada(s);

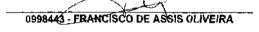
RESOLVE:

I.CANCELAR, "ex-offício", a(s) inscrição(ões) e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais da(s) firma(s) relacionada(s) no anexo desta portaria;

II.Declarar a(s) firma(s) referida(s) no item anterior como não inscrita(s) no Cadastro de Contribuinte do ICMS, ficando passíveis de apreensão as mercadorias que estiverem em poder da(s) mesma(s) ou que lhe(s) forem destinadas, bem como fichas de inscrição cadastral, livros e demais documentos fiscais, onde forem encontrados;

III.Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo

a 08/09/201.



Anexo da Portaria Nº 01461/2014/CAD

Inscrição Estadua	Razão Social	Endereço	Município / UF
16,034,9 5 2-1	JOAO ALVES DE OLIVEIRA	R DOUTOR GOUVEIA NOBREGA, Nº 00098 - CENTRO	SOLEDADE / PB
16.128.986-0	PEDRO FERRE RA DE ALVICIDA	R MERCADO PUBLICO, Nº III CENTRO	SOLEDADE / PB
16.136.343-1	HOZANA AMARC MOREIRA	R TEREZA BALDUINO DA NOBREGA, № 168 - CENTRO	ASSUNCAO / PB
16.142.882-7	LACTICINIO GRUPIARA LTDA	FAZ GARNAUBA, Nº s/n - ZONA RURAL	TAPEROA / PB
16.151.865-6	JANETE SOARES AVELINO-ME	R JOSE FRANCISCO DOS SANTOS, Nº 395 SAG JOSE	SOLEDADE / PB
16.153.292-6	LIRA E RODRIGUES LTDA	R JOSE COSME, № 105 - CENTRO	JUAZEIRINHO / PB
18.154.204-2	GINALDO SALES DA CUNHA	R JOAQUIM BELARMINO DE LIMA, Nº 34 CENTRO	SOLEDADE / PB
16.154.727-3	VITAL AZEVEDO JUNIOR	R DOUTOR GOUVEIA NOBREGA, Nº 146 - CENTRO	SOLEDADE / PB
16.157.5 6 3- 6	JOSELMA DE FATIMA SUARES:	R JOSE CASTOR DE ARAUJO, № 16 -	SOLEDADE / PB
16.111.596-6	MARIA DE FATIMA DOS SANTOS	RUCSE MAR INSIDE OLIVEIRA, Nº 00061 - CENTRO	CUBATT/ PB
16.182.481-2	JOELNA DE SOUZA OLIVEIRA	RIGERMINIANO LIMEIRA, Nº S/N - SAO JOSE.	TAPEROA / PB
16.171.786-1	MARGILENE DE OLIVEIRA RAMOS NUNES ME	R MANDEL AVELIND DE SOUSA, № 23 - CENTRO	SOLEDADE / PB
16.150.392 0	SANDRA MARIA PAULING	FAZ BARRA Nº SN ZONA RURAL	JUAZEIRINHO / PB
16.171.513 3	ADRIAND YGOR MENDONGA BOARES & CIA LTDA - ME	ROD BR 230 KM 218, Nº 1 CENTRO	SOLEDADE/PB
16.157.043-1	ANDREA SANTOS DE LIRA C3870192437	AV JULIMAR DE SCUZA, № 04 - GENTRO	CUBATI / P3
16.172.705 0	SERVIGOS DE INFORMATICA.	AV PREFEITO INACIO CLAUDINO, № 47 - SANTA TEREZA	SOLEDADE / PB
16.184.768-4	RANUBÍA DA COSTA 58475311172	R JOSE ARAUJO DANTAS, Nº 340 - JOSE PINHEIRO	CUBATI / P3
16.219.745 4	DOUGLAS FERRE RA GE L MA	R IZIDORO PEREIRA DE ARAUJO, Nº 0 GOUVEIAO	SOLEDADE/PB
16,198,222-0	20327145404	R VENANCIO MARTINS SAMPAIO, Nº 35 - JARDIM CRUZEIRO	SOLEDADE / PB
16.191.780-1	PEDRO LU Z CORDEIRO FALCAD 10365380440	AV PREFEITO INACIO CLAUDINO, № 113 - SANTA TEREZA	SOLEDADE / PB
16.168.559-4	ERIVALDO GONCALO DA SILVA	R DOGIVAL VILAR, Nº S/N - CENTRO	TAPEROA / PB
		R DOGIVAL VILAR, Nº S/N - CENTRO	22
16 107 179-9	MARIA DE LOURDES BALBINO PASCOAL	RIANTONIO MARINHEIRO INº 90 - CENTRO	JUAZEIRINHO/PB

SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA - SER C. E. DE JUAZEIRINHO

PORTARIA Nº 01469/2014/CAD

9 de Setembro de 2014

O Coletor Estadual da C. E. DE JUAZEIRINHO , usando das atribuições que são conferidas pelo art. 140, inciso III, c/c os seus $\S\S$ 1° e 2°, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997,

Considerando o que consta(m) no(s) processo(s) nº 1418062014-6;

Considerando que através de processo administrativo tributário regular, ficou comprovado que o(s) contribuinte(s) relacionado(s) no anexo desta portaria não mais exerce(m) sua(s) atividade(s) no endereço cadastrado junto a esta Órgão e não solicitou(aram) qualquer alteração do(s) seu(s) domicílio(s) fiscal(is);

Considerando, ainda, a necessidade de atualização perante o Cadastro de Contribuintes do ICMS das informações-fiscais por ele(s) gerada(s);

RESOLVE:

I.CANCELAR, "ex-offício", a(s) inscrição(ões) e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais da(s) firma(s) relacionada(s) no anexo desta portaria.

II.Declarar a(s) firma(s) referida(s) no item anterior como não inscrita(s) no Cadastro de Contribuinte do ICMS, ficando passíveis de apreensão as mercadorias que estiverem em poder da(s) mesma(s) ou que lhe(s) forem destinadas, bem como fichas de inscrição cadastral, livros e demais documentos fiscais, onde forem encontrados.

III.Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo

a 09/09/2014.



Anexo da Portaria Nº 01469/2014/CAD

Inscrição Estadual	Razão Social	Endereço	Município / UF	Regime de Apuração
16.143.591-2	JOSE GERONIMO DO	R NOVA BRASILIA, Nº 267 - CENTRO	SERIDO / PB	SIMPLES NACIONAL

SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA - SER C. E. DE CABEDELO

PORTARIA Nº 01444/2014/CAD

4 de Setembro de 2014

O Coletor Estadual da C. E. DE CABEDELO, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 140, inciso III, c/c os seus §§ 1º e 2º, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997,

Considerando o que consta(m) no(s) processo(s) nº 1353572014-1;

Considerando que através de processo administrativo tributário regular, ficou comprovado que o(s) contribuinte(s) relacionado(s) no anexo desta portaria não mais exerce(m) sua(s) atividade(s) no endereço cadastrado junto a esta Órgão e não solicitou(aram) qualquer alteração do(s) seu(s) domicílio(s) fiscal(is);

Considerando, ainda, a necessidade de atualização perante o Cadastro de Contribuintes do ICMS das informações-fiscais por ele(s) gerada(s);

RESOLVE:

I.CANCELAR, "ex-offício", a(s) inscrição(ões) e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais da(s) firma(s) relacionada(s) no anexo desta portaria.

II.Declarar a(s) firma(s) referida(s) no item anterior como não inscrita(s) no Cadastro de Contribuinte do ICMS, ficando passíveis de apreensão as mercadorias que estiverem em poder da(s) mesma(s) ou que lhe(s) forem destinadas, bem como fichas de inscrição cadastral, livros e demais documentos fiscais, onde forem encontrados.

III.Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo

a 04/09/2014.



Anexo da Portaria № 01444/2014/CAD

Inscrição Estadual	Razão Social	Endereço	Município / UF	Regime de Apuração
16.215.090-3	THIAGO GALVAO DOS SANTOS - ME	R GOLFO DE DANZIG, № 216 - INTERMARES	CABEDELO / PB	NORMAL

SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA - SER C. E. DE CABEDELO

PORTARIA Nº 01453/2014/CAD

5 de Setembro de 2014

O Coletor Estadual da C. E. DE CABEDELO, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 140, inciso III, c/c os seus §§ 1º e 2º, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997,

Considerando o que consta(m) no(s) processo(s) nº 1390232014-1;

Considerando que através de processo administrativo tributário regular, ficou

comprovado que o(s) contribuinte(s) relacionado(s) no anexo desta portaria não mais exerce(m) sua(s) atividade(s) no endereço cadastrado junto a esta Órgão e não solicitou(aram) qualquer alteração do(s) seu(s) domicílio(s) fiscal(is);

Considerando, ainda, a necessidade de atualização perante o Cadastro de Contribuintes do ICMS das informações-fiscais por ele(s) gerada(s);

RESOLVE:

I.CANCELAR, "ex-offício", a(s) inscrição(ões) e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais da(s) firma(s) relacionada(s) no anexo desta portaria.

II.Declarar a(s) firma(s) referida(s) no item anterior como não inscrita(s) no Cadastro de Contribuinte do ICMS, ficando passíveis de apreensão as mercadorias que estiverem em poder da(s) mesma(s) ou que lhe(s) forem destinadas, bem como fichas de inscrição cadastral, livros e demais documentos fiscais, onde forem encontrados.

III.Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 05/09/2014.



Anexo da Portaria Nº 01453/2014/CAD

Inscrição Estadual	Razão Socia I	Endereço	Município / UF	Regime de Apuração
16.176.249-2		AV GOV FLAVIO RIBEIRO COUTINHO, № 220 - PARQUE VERDE	CABEDELO / PB	SIMPLES NACIONAL

SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA - SER C. E. DE GUARABIRA

PORTARIA Nº 01416/2014/CAD

3 de Setembro de 2014

Municipio / LIE

O Coletor Estadual da C. E. DE GUARABIRA, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 140, incisos I, c/c os seus §§ 1º e 2º, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997,

Considerando o que consta(m) no(s) processo(s) nº 1391722014-8;

Considerando que o(s) contribuinte(s) relacionado(s) no anexo desta portaria está(ão) em situação irregular, em razão de não apresentação, durante 06(seis) meses consecutivos, ao(s) seu(s) domicílio(s) fiscal(is), da Guia de Informação Mensal – GIM;

Considerando, ainda, a necessidade de atualização perante o Cadastro de Contribuintes do ICMS e das informações econômico-fiscais por ele(s) gerada(s);

RESOLVE:

Razān Social

I.CANCELAR, "ex-offício", a(s) inscrição(ões) e o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais da(s) firma(s) relacionada(s) no anexo desta portaria;

II.Declarar a(s) firma(s) referida(s) no item anterior como não inscrita(s) no Cadastro de Contribuinte do ICMS, ficando passíveis de apreensão as mercadorias que estiverem em poder da(s) mesma(s) ou que lhe(s) forem destinadas, bem como fichas de inscrição cadastral, livros e demais documentos fiscais, onde forem encontrados;

III.Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo

a 03/09/2014

Inacricão Estadual

1463900 - DANIEL RIBEIRO DO CARMO

Anexo da Portaria Nº 01416/2014/CAD

inacnção Estaduai	Razao Social	Endereço	Municipio / UF
16.040.706-0	JOSE ANTONIG DE ALMEIDA	PATIC DO MERCADO PUBLICO MUNICIPAL Nº 3/n - CENTRO	MARI / PB
16,169,785-2	MARTA MARQUES MEDEIROS -	RIDO COMERCIO, Nº 61 - CENTRO	CUITEGI? ≏B
16.179.604-4	FRANCISCA FEL PE DA SILVA 04252992429	R ABDON PAIVA, Nº 160 - ESPLANADA	GUARABIRA / PB
16.186.442-2	JOALLYSON DE MEDEIROS BESERRA 08454625435	R PREFEITO MANDEL LORDAD, № 463 - CENTRO	GUARAD RA / PB
16.18ā.169-6	SERGIO CAMILO VIANA ME	R PEDRO BATISTA, № 55 - CENTRO	ARACAG / PB
16,191,165-0	MARIA PRAXEDES DE ARAUJO MI	ER AREIA BRANCA, Nº S/N - AREIA BRANCA	GUARAB RA / PB
16.020.890 4	SEVERINA ALVES	RIQUINZE DE NOVEMBRO, Nº 49 I CENTRO	GUARAB RA / PB
16.072.219-8	MIRGILIO ALVES FERREIRA FILLIO	R QUINZE DE JANEIRO, № 875 - CENTRO	MARI / PB
16.086.341-4	SIMONE PA VA DOB SANTOS SILVA - ME	R DR JOAO SJASSUNA, Nº 205 - CENTRO	MARL/ PB
16,115,519-7	PAULISCAR COMERCIO DE AUTO. PECAS LIDA	AV PADRE NACIO DE ALME DA, Nº 00187 - CENTRO	GUARAB RA / PB
16.127.493-5	ELIZANGELA VITORINO DE CARVALHO	R FRANCISCA PEREIRA FRANCA, Nº 235 - CENTRO	MARI / PB
16.136.509 4	J.R.P. CONSTRUCCES E COMERCIO LTDA	ROD PB 055, N° ZONA RURAL	GUARAB RA / PB
16.137.382-8	MARIA DE CATIMA CERNANDES DE CARVALHO	RIDOMEIO Nº 51 - CENTRO	ALAGCA GRANDE / F
16.148. 8 54-4	JOSINALDO MARCELINO	R JOSE ALVARES TRIGUEIRO, Nº 09/2 - CENTRO	GUARAB RA / PB
16.15ē.112-9	MARIA HELENA PEREIRA DA	R PROFESSOR ANTONIO BENVINDO, Nº 722 - CENTRO	ALAGCA GRANDI / P
16.171.342-4	PATRICIA COMES ALVES 04977911458	R IZABEL TEREZA DE JESUS, Nº 35 - GONJUNTO SANTO AMARO	ARACAG / PB
16.174.876-7	MARICELIO DE LIMA PEREIRA 05051151400	R HENRIQUE PACIFICO, Nº 196 - PRIMAVERA	GUARAB RA / PB
16.175,593-3	ELIDIANO ALVES DE MELO 04393730429	R PRES JOAO FESSOA № S/N - CENTRO	JUAREZ TAVORA / PE
16.176.604-4	FRANCISCA FEL PE DA SILVA 04253998429	R ABDON PAIVA. Nº 160 - ESPLANADA	CUARAB RA / PB
	LEANDRO LUIZ DE OL VEIRA-ME		GUARABIRA / PB
16,209,885-5	UOSE EDVANDO CAMPOS DA	AV OTACILIC LIRA CABRAL, Nº 589 -	GUARAB RA / PB

	ME	RCSARIO	
16.211 498-5	LUCIANO TEOFILO DA SILVA	R JOAO ALVES CABRAL, Nº S/N - CENTRO	MULUNGU / FB
16.216 409-2	MARIA JOSE EDJANE FRE TAS MARTINIANO	AV ANTONIC DE LUNA FRE RE, Nº 782 - GENTRO	MARI / PB
16.216 645-1	MARCOS SALES DE ARAJJO-ME	R JOCA ATA DE, № 105 - NOVO	GUARABIRA / 26
16,032,408,0	ANTONIO SERAFIM DA SILVA FILHO	R PEDRO LEITE, № 20183 GENTRO	MARI/PB
16.042.956-0	FRANCISCO COSTA DE LLCENA	R SABINIANO MAIA, Nº 868 - CENTRO	CUARABIRA / PB
16,048 366-2 16,078 219-9	ELINA BRAZ DE OLIVEIRA VIRGILIO ALVES FERREIRA FILHO	R SEVERINO CLAUD O Nº 00005 - CENTRO R QUINZE DE JANEIRO, Nº 875 - GENTRO	MARI/PB MARI/PB
16.084 602-1	GEISE BANDEIRA DE MELO AQUINO ME	R DO COMERCIC, Nº 81 - CENTRO	CUITEGI / PB
16.586 341-4	SIMONE FAIVA DOS SANTOS SILVA - ME	R DR JCAC SUASSUNA, Nº 205 - CENTRO	MARI / PB
18,105 576-1	JUCINEIDE FERRE RA ARAJJO	R 15 DE NOVEMBRO, Nº S/N - CENTRO	CUARABIRA / PB :
16.115 519-7	PECAS _TDA	AV PADRE INACIO DE ALMEIDA, № 00187 - CENTRO	GUARABIRA / PB
16.119 652-4	JIK INDUSTRIA DE CONFECCIOES L'IDA	STI CANASISTULA, Nº SIN - ZONA RUBAL	ARACAGI/ PR
16.124.251-0	JOSE DE ARIMATEIA SILVA	PATIO DO MERCADO PUBLICO MUNICIPAL Nº Mr CENTRO.	MARI / PB
16. 12 5 758-5	FATIMA ROSCANE PERE RA DE ALMEIDA	R PREFEITO MANGEL JORDAO, Nº 304 - CENTRO	GUARABIRA/PB
16,125 808-5	WANDERLEY HENRIQUE	R JOAG SUASSUNA Nº 74 - CENTRO	MARI / PB
16,128 385-3	KLEWERSON LEAL CUNHA	RIJOAO NEPOMUDENO, Nº 780 - CONJUNTO FREI DAMIAO	ALAGOA GRANDE / F
16.129.872.9	SOL MAR VIAGENS E TURISMO L'TDA EPP	R JOAO PIMENTE, FILHO, Nº 172 CENTRO	GUARABIRA / ≥6
16.138 428-5	CICERA ANDRADE DE CLIVEIRA	TV DA EMPRESA, Nº 00091 - CENTRO	MARI/ PB
16.142.041-9	JOANA DARG PEDROSA DE FREITAS MALHEIROS SERRANC	RIGETHI I O VARGAS IN1122 - GENTRO	GUARABIRA / PB
16,143 359-8		R QUINZE DE NOVEMBRO, Nº 067 - CENTRO	GUARABIRA / PB
16.145.542-5	M. EMPREENDIMENTOS E LAZER L. DA	RUU PB C41, Nº SN - PERIMETRU CRBANU	GUARABIRA / PB
16.150 117 8	PALICIO A DA SILVA NASCIMENTO - ME	R OFFICE WOODHOV K. C2. CENTRO	ALAGOA GRANDE / F
16,152,010,0	DANIEL LUIZ GA SILVA	RCC PB C55, Nº SN ITAMATAI	GUARABIRA / PB
16.153 772-3	WILLYDELANE LUCENA DE MORAES MARINHO	R COSTA BEIRIZ. Nº 106 - CENTRO	GUARABIRA / PB
16.154.203-4	JAFLSON DA SILVA MUNIZ	R PAULINO PINTO, № 70 - NORDESTE	CUARABIRA / PB
16.155 155-8	PLANTEL PLANEJAMENTO PROJETOS & CONSTRUCCES	R EULINA DE ALMEIDA, Nº 570 - CENTRO	GUARABIRA / PB
16,155 828-3	STOP PLACAS LTDA	R RUI BARBOSA, № 616 - CENTRO	GUARABIRA / PB
16.158 455 1	EDNA DA SILVA BEZERRA	AV OTACIL O LIRA CABRAL Nº 000 - ROSARIO	GUARA3IRA / ≥B
16,160 235-5	MAISON DE IVEL L'DA	RCC PB C74, Nº 5/N - ZONA RURAL	GUARABIRA / PB
16,163,275-0	MARIA DA LLZ PERFIRA DA SILVA - CONFECCOES	AV DOM PEDRO I, Nº 175 - GENTRO	GUARABIRA / PB
16,164 233-3	JOSE CARLOS EMIDIO DA SILVA	R MANCEL DE FRETTAS PESSOA, №86 - NOVO	GUARABIRA/PB
16,164 597-8	FRANCISCO DE ASSIS BARRETO	R JOAO PESSOA, Nº 104 - CENTRO	MULUNGU / PB
16,165 052-0	ANTONIO CARLOS DE SANTANA	R LORENGO ASSUNCAO, Nº 91 - CENTRO	MARL: PB

SECRETARIA DE ESTADO DA RECEITA - SER C. E. DE ITAPORANGA

PORTARIA Nº 01454/2014/CAD

8 de Setembro de 2014

O Coletor Estadual da C. E. DE ITAPORANGA, usando das atribuições que são conferidas pelo art. 137, §7°, inciso III, do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 18.930, de 19 de junho de 1997,

Considerando o que consta(m) no(s) processo(s) nº 1408412014-6, 1408442014-0; Considerando que o(s) contribuinte(s) relacionado(s) no anexo desta Portaria, reiteradamente, deixou(aram) de atender atos de ofício do Fisco, relacionados com a falta de exibição de livros e documentos fiscais, com vista à apuração e ao recolhimento de imposto;

LSUSPENDER, "ex-offício", a(s) inscrição(ões) da(s) firma(s) relacionada(s) no anexo referido, bem como o uso de talonários de notas fiscais e/ou cupons fiscais, determinando o seu recolhimento à sede desta Coletoria Estadual, até ulterior deliberação.

II.Declarar o(s) contribuinte(s) referido(s) no item anterior como não inscrito(s) no Cadastro de Contribuintes do ICMS, ficando passíveis de apreensão as mercadorias que estiverem em poder do(s) mesmo(s) ou que lhe(s) for(em) destinada(s), bem como fichas de inscrição cadastral, livros e demais documentos fiscais, onde forem encontrados.

III.Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 08/09/2014.

9711985 - VICTOR FELIPE DOS SANTOS

Anexo da Portaria Nº 01454/2014/CAD

Inscrição Estadual	Razão Social	Endereço	Município / UF	Regime de Apuração
16.162.999-7	GENIVAL JUNIOR DE SOUZA	R MASCARENHAS DE MORAIS, Nº 572 - CENTRO	PIANCO / PB	SIMPLES NACIONAL
16.144.041-0	MANOEL FERREIRA DE CALDAS NETO ME	R CAPITAO ABDON LEITE, Nº 14 - CENTRO	ITAPORANGA / PB	NORMAL

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Processo nº 086.675.2011-0

Acórdão 304/2014

Recursos HIE/VOL/CRF-326/2012

1ª RECORRENTE: 2ª RECORRENTE: GERÊNCIA EXEC. DE JULGAMENTO DE PROCES-SOS FISCAIS.COMERCIO DE BEBIDAS SANTA ROSA LTDA.

1ª RECORRIDA: COMERCIO DE BEBIDAS SANTA ROSA



LTDA.GERÊNCIA EXEC. DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS.
PREPARADORA: RECEBEDORIA DE RENDAS DE CAMPINA GRANDE.

AUTUANTE: MARCOS VIEIRA LIMA.

RELATOR: CONS. ROBERTO FARIAS DE ARAÚJO

AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS SUJEITAS À SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA SEM NOTA FISCAL E COM RECEITAS OMITIDAS. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. NOTA FISCAL NÃO LANÇADA. OMISSÃO DE SAÍDAS PRETÉRITAS. LEVANTAMENTO FINANCEIRO. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO. RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.

O Levantamento Quantitativo evidenciou a existência de mercadorias, sujeitas à Substituição Tributária, adquiridas sem a nota fiscal correspondente, o que acarreta a cobrança do imposto e multa correspondentes. Além disso, a entrada dessas mercadorias sem documentação fiscal confirma que os recursos utilizados para a sua aquisição derivaram de receitas de origem não comprovada, salvo prova em contrário, que, no caso, não foi apresentada pelo contribuinte. A constatação de notas fiscais de aquisição sem a devida contabilização nos livros próprios evidencia a presunção relativa de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto correspondente. O procedimento de auditoria utilizado pela fiscalização no exame da escrita fiscal do contribuinte fez confirmar a ocorrência de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, detectada através do Levantamento Financeiro. Aplicam-se ao presente julgamento as disposições da recente legislação, que alteraram o valor da multa referente ao descumprimento das infrações em comento.

Processo nº 001.748.2011-9 Acórdão 305/2014 Recurso HIE/CRF-029/2014

RECORRENTE: RECORRIDA: GERÊNCIA EXEC. DE JULG. PROC. FISCAIS -

GEJUP.ELLO -PUMA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S.A.

PREPARADORA: AUTUANTE: COLETORIA ESTADUAL DE CABEDELOJOSÉ HERBERT

DO N. SOUZA

Relator: Consa. DOMÊNICA COUTINHO DE SOUZA FURTADO.

FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS ST. LEVANTA-MENTO QUANTITATIVO. CÁLCULO INCORRETO. FAL-TA DE RECOLHIMENTO DO ICMS. CRÉDITO INDEVIDO. PRELIMINAR CERCEAMENTO DE DEFESA REJEITADA. REDUÇÃO DA MULTA. APLICAÇÃO DE LEI MAIS BENÉ-FICA. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCE-DENTE. ALTERADA A DECISÃO RECORRIDA QUANTO AOS VALORES. RECURSO HIERÁRQUICO DESPRO-VIDO.

Estoque a descoberto detectado em levantamento quantitativo de combustíveis denota aquisição de mercadorias sem nota fiscal, sujeitando o contribuinte ao recolhimento do imposto devido por substituição tributária.

Parte do crédito tributário restou sucumbente em razão de ajustes efetuados no processo revisional e da redução da multa em decorrência de aplicação de lei nova mais benéfica ao contribuinte.

Processo nº 066.452.2009-0 Acórdão 306/2014 Recurso HIE/CRF-288/2013

RECORRENTE: GERÊNCIA EXEC. DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS.

RECORRIDA: OSAKA RESTAURANTE LTDA

PREPARADORA: RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA.

AUTUANTE: ANTÔNIO ANDRADE LIMA

RELATOR: CONS. FRANCISCO GOMES DE LIMA NETTO

DECLARAÇÃO DE VENDAS EM VALORES INFERIORES AOS FORNECIDOS PELAS OPERADORAS DE CARTÕES DE CRÉDITO/DÉBITO. CONTRIBUINTE DO SIMPLES NACIONAL. ALÍQUOTA. AUMENTO DO VALOR DO IMPOSTO. TERMO DE INFRAÇÃO CONTINUADA. AJUSTES. REDUÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. PAGAMENTO PARCIAL. PENALIDADE. LEI MAIS BENIGNA. APLICAÇÃO. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. ALTERADA QUANTO AOS VALORES A DECISÃO MONOCRÁTICA. RECURSO HIERÁRQUICO. PARCIAL PROVIMENTO.

A diferença a menor no valor das vendas declaradas pelo contribuinte em confronto com as informações fornecidas pelas administradoras de cartões de crédito/débito, com as quais a declarante opera, autoriza a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, ressalvado à acusada a prova da improcedência da acusação. Ajustes promovidos na alíquota do imposto acarretaram aumento no seu valor e demandaram a lavratura de Termo de Infração Continuada. No entanto, após as correções promovidas pelo Fisco, no levantamento fiscal, com vistas a atender as novas orientações da GOFE, houve redução no valor do crédito tributário, que teve uma parte recolhida pelo contribuinte. A exceção ao princípio da irretroatividade da lei impõe a aplicação *de ofício* da multa por infração disciplinada na lei estadual posterior que estabelece sanção menos severa que a prevista na

norma vigente ao tempo da prática do ato delituoso.

Processo nº 102.509.2010-7 Acórdão 307/2014 Recurso VOL/CRF-311/2013

RECORRENTE: GUSTAVO SAMPAIO DE QUEIROZ

RECORRIDA: GERÊNCIA EXECUTIVA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS

REPARTIÇÃO: COLETORIA ESTADUAL DE CABEDELO AUTUANTE : EVARISTO DE ALMEIDA HOLANDA RELATOR: FRANCISCO GOMES DE LIMA NETTO

OMISSÃO DE SAÍDAS DE MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS. CONTA MERCADORIAS E LEVANTAMENTO FINANCEIRO. AJUSTES. ALTERADA A DECISÃO RECORRIDA QUANTO AOS VALORES. REDUÇÃO DA PENALIDADE. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.

O procedimento de auditoria utilizado pela fiscalização no exame da escrita fiscal do contribuinte fez confirmar a ocorrência de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, detectada através do Levantamento da Conta Mercadorias.

Em razão de se ter considerada a omissão de saídas de mercadorias não tributadas, isentas e sujeitas à substituição tributária, para efeito de exclusão da diferença tributável constatada no Levantamento Financeiro, deu-se redução do montante tributado na peça acusatória.

Aplicam-se ao presente julgamento as disposições da recente legislação, que alterou o valor da multa referente ao descumprimento da infração em comento.

Processo nº 129.321.2012-3 Acórdão 308/2014 Recurso VOL/CRF-193/2013

RECORRENTE: F. NUNES PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA.
RECORRIDA: GERÊNCIA EXEC. DE JULGAMENTO DE PROC.FISCAIS - GEJUP
REPARTIÇÃO: RECEBEDORIA DE RENDAS DE CAMPINA GRANDE

AUTUANTE: MARCOS VIEIRA LIMA

RELATOR: CONSª. DOMÊNICA COUTINHO DE SOUZA FURTDAO

CARTÃO DE CRÉDITO. PRESUNÇÃO LEGAL DE OMISSÃO DE SAÍDAS DE MERCADORIAS TRIBUTADAS. AJUSTES REALIZADOS. REDUÇÃO DA PENALIDADE PELA APLICABILIDADE DE LEI MAIS BENÉFICA. REFORMADA DECISÃO RECORRIDA. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.

Quando as vendas de cartão de crédito declaradas pelo contribuinte são inferiores aos valores informados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, surge a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis.

Ajustes realizados pela utilização dos valores dispostos na Ficha Financeira do contribuinte autuado.

Aplicam-se ao presente julgamento as disposições da recente legislação, que alterou o valor da multa referente ao descumprimento da infração em comento- Lei nº. 10.008/2013.

Processo nº 060.985.2011-9 Acórdão 309/2014 Recurso EBG/CRF-743/2014

EMBARGANTE: DURAPLAST INDÚSTRIA DE INJETADOS TERMOPLÁTICOS LTDA.

EMBARGADO: CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS - CRF PREPARADORA: RECEBEDORIA DE RENDAS DE CAMPINA GRANDE AUTUANT: MARCOS VIEIRA LIMA

RELATORA: CONSª. DOMÊNICA COUTINHO DE SOUZA FURTADO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. CONTRADIÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. MANTIDA A DECISÃO EMBARGADA.

Os argumentos trazidos à baila pela embargante, e que tem por cerne a existência de contradição na decisão exarada neste Colendo Tribunal Administrativo, não encontram fundamentos de fato e de direito no Acórdão vergastado, impossibilitando, pois, sucesso por parte da interessada. Mantidas, portanto, as razões de decidir do Acórdão questionado.

Processo nº 042.208.2014-2 Acórdão 310/2014 Recurso AGR/CRF-718/2014

Agravante: KAREN CHRISTINE CAVALCANTI ALBUQUERQUE
Agravada: RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA
Preparadora: RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA

Autuante: FÁBIO LIRA SANTOS

Relatora: CONS.ª DOMENICA COUTINHO DE SOUZA FURTADO

RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO. DEFESA INTEMPESTIVA.

O Recurso de Agravo tem o condão de analisar prazos processuais, não podendo ser utilizado para persecução do mérito na defesa. Reclamação interposta fora do prazo.

Processo nº 134.752.2011-3 Acórdão 311/2014 Recurso HIE/CRF-243/2013

RECORRIDA: GERÊNCIA EXEC. DE JULGAMENTO DE PROC. FISCAIS.

Preparadora: RECEBEDORIA DE RENDAS DE CAMPINA GRANDE

Autuante: GILDETT DE MARILLAC A.M. DO REGO RELATORA: CONS^a. DOMÊNICA COUTINHO S. FURTADO

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. USO DO POS - Point of Sale - PERMITIDO EM CASOS EXCEPCIONAIS POR PORTARIA DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA RECEITA DA PARAÍBA. PRINCÍPIO DA RETROATIVIDADE BENIGNA

DA LEI. MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA. AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE. RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.

O contribuinte que utiliza o POS- Point of Sale - para atendimento ao público, em vez do TEF (sistema de Transferência Eletrônica de Fundos) interligado ao ECF (equipamento Emissor de Cupom Fiscal), nas operações de vendas com cartões de crédito/débito para pessoa física ou jurídica, não contribuintes do imposto estadual, deve ser punido com multa por descumprimento de obrigação acessória.

O art.106, II do Código Tributário Nacional possibilita a aplicação de legislação posterior mais benéfica a fatos pretéritos, desde que pendentes de julgamento definitivo. Logo, ficou desconfigurado o descumprimento de obrigação acessória, em razão de incidência de legislação tributária superveniente que ampliou o prazo de adaptação ao uso de POS- Point of Sale- para atendimento ao público.

Processo nº 122.522.2011-2 Acórdão 312/2014

Recursos HIE/VOL/CRF-056/2013

1ª RECORRENTE: GERÊNCIA EXEC. DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS.

1ª RECORRIDA: INTEGRATEC – COMÉRCIO E SOLUÇÃO EM TECNOLOGIA LIDA

2ª RECORRIDA: INTEGRATEC – COMÉRCIO E SOLUÇÃO EM TECNOLOGIA LIDA

2ª RECORRIDA: GERÊNCIA EXEC. DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS.

PREPARADORA: RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA AUTUANTE: MANOEL PIRES DE MEDEIROS XANDOCA

RELATORA: CONS^a. DOMENICA COUTINHO DE SOUZA FURTADO

CIÊNCIA INEFICAZ. INSCRIÇÃO ESTADUAL BAIXA-DA. CERCEAMENTO DE DEFESA. ANULAÇÃO DA DECI-SÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. RECURSO HIERÁR-QUICO DESPROVIDO E VOLUNTÁRIO PROVIDO.

No caso dos autos, comprova-se a ineficácia da citação adotada pela repartição preparadora que comprometeu o contraditório e a ampla defesa, cabendo a realização de nova ciência do auto de infração, desta vez, citando os sócios, considerando que o contribuinte se encontrava com sua inscrição estadual baixada, no momento da ciência da peça basilar, inquinando de incerteza a ciência realizada por Aviso de Recebimento – AR, em face da legislação aplicável.

Processo nº 021.425.2012-0

Acórdão 313/2014

Recurso VOL/CRF-209/2013

RECORRENTE: FRANCISCO LOPES MÁQUINAS -ME

RECORRIDA: GERÊNCIA EXEC. DE JULGAMENTO DE PROC.FISCAIS - GEJUP REPARTIÇÃO: RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA

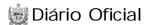
AUTUANTE: MAXWELL SIQUEIRA UMBUZEIRO

RELATOR: CONS. FRANCISCO GOMES DE LIMA NETTO

OMISSÃO DE SAÍDAS DE MERCADORIAS TRIBUTA-DAS. CARTÃO DE CRÉDITO. AJUSTES REALIZADOS NO PERCENTUAL DA MULTA. REFORMADA DECISÃO RECORRIDA. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMEN-TE PROVIDO.

Quando as vendas de cartão de crédito declaradas pelo contribuinte são inferiores aos valores informados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, surge a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis.

No caso, ocorreu medida de saneamento com majoração da alíquota, cabendo a complementação do imposto em observância à legislação aplicável às demais pessoas jurídicas para as



empresas enquadradas no regime do Simples Nacional. Redução da multa em decorrência da Lei nº 10.008/2013.

Processo nº 129.922.2010-8 Acórdão 314/2014

Recursos HIE/VOL/CRF-545/2013

1ªRECORRENTE: GERÊNCIA EXECUTIVA DE JULG. DE PROCESSOS FISCAIS – GEJUP 1ª RECORRIDA: 2ª RECORRENTE: 2ª RECORRIDA: LUIZ GUEDES SOBRINHO.LUIZ GUEDES SOBRINHO.GERÊNCIA EXECUTIVA DE JULG. DE PRO-**CESSOS FISCAIS – GEJUP**

Preparadora: COLETORIA ESTADUAL DE PATOS

RONALDO RAIMUNDO MEDEIROS/WALDIR GOMES FERREIRA Autuante:

Relator: Cons. GLAUCO CAVALCANTI MONTENEGRO

> FALTA DE LANÇAMENTO DE NOTA FISCAL DE AQUISI-ÇÃO. PARTE MANTIDA. PASSIVO FICTÍCIO. AFASTA-DO. REDUÇÃO DA MULTA DECORRENTE DE LEI NOVA. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. ALTERADA A DECISÃO RECORRIDA QUANTO AOS VALORES. RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO E VOLUNTÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.

> A constatação de notas fiscais de aquisição sem a devida contabilização nos livros próprios evidencia a presunção legal de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem o pagamento do imposto. Provas contundentes, embasando o lançamento contábil de parte das notas fiscais, evidenciaram que os pagamentos foram efetuados com o Caixa escritural da empresa, acarretando a insubsistência de parte do crédito tributário levantado.

> A manutenção no passivo de obrigações pagas ou inexistentes autoriza a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção. A infração fica caracterizada no momento do pagamento da obrigação sem a correspondente baixa na contabilidade. O Passivo Fictício não pode ser comprovado sem a apresentação do Balanço Patrimonial.

> Ajustes efetuados referentes à não comprovação do Passivo Fictício, à comprovação do registro de notas fiscais nos livros próprios e à redução da multa decorrente de lei mais benéfica ao contribuinte, acarretaram a sucumbência de parte do crédito tributário.

Processo nº 148.781.2011-8 Acórdão 315/2014 Recurso VOL/CRF-042/2013

Autuante:

RECORRENTE: RECORRIDA: **ELETROSHOPPING** AMARELA

LTDA.GERÊNCIA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS – GEJUP

Preparadora: RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA

ÁLVARO DE SOUZA PRAZERES Relator: Cons. GLAUCO CAVALCANTI MONTENEGRO

> OMISSÕES DE VENDAS CARTÃO DE CRÉDITO. REDU-CÃO DA MULTA APLICADA. REFORMADA A DECISÃO RECORRIDA. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. RECURSO VOLUNTÁRIO PARCIALMEN-

TE PROVIDO.

A acusação de omissão de saídas tributáveis decorrente das vendas declaradas pelo contribuinte serem inferiores aos valores informados pelas administradoras de cartão de crédito encontra amparo no art. 646 do RICMS-PB.

A redução da multa aplicada em face da mudança da legislação acarretou a sucumbência de parte do crédito tributário.

Processo nº 134.641.2011-2 Acórdão 316/2014

Recurso HIE/CRF-289/2013

RECORRENTE: GERÊNCIA EXEC. DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS. RECORRIDA: PORTO 5 COMERCIO DE CALCADOS LTDA.

RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA. PREPARADORA:

AUTUANTES: SYLVIO ROBERTO X. M. REGO/EDUARDO CAVALCANTI DE MELLO. RELATOR: CONS. ROBERTO FARIAS DE ARAÚJO.

> OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. ADAPTAÇÃO DO APLICATIVO PAF-ECF. DESCUMPRIMENTO. RETROATIVIDADE BENIGNA DA LEGISLAÇÃO. MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA. AUTO DE INFRA-ÇÃO IMPROCEDENTE. RECURSO HIERÁRQUICO DES-PROVIDO.

> O descumprimento de uma obrigação acessória a todos imposta pelo RICMS/PB gera uma infração, punível com multa. No caso em tela, a conduta da autuada, que motivou a ação fiscal, deixou de ser infringente, diante do advento de legislação posterior que prorrogou o prazo para os contribuintes se adaptarem aos requisitos do PAF-ECF, aplicando-se, assim, a retroatividade benigna amparada pelo Código Tributário Nacional.

Processo nº 134.699.2011-7 Acórdão 317/2014 Recurso HIE/CRF-143/2013

RECORRENTE: GERÊNCIA EXEC. DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS. RECORRIDA: CARVALHO COMERCIO DE ARTIGOS ALIMENTICIOS LTDA.

RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA. PREPARADORA:

AUTUANTES: CINTIA MECEDO P. DA COSTA/ADRIANA MACEDO H. M. COUTINHO. RELATOR: CONS. ROBERTO FARIAS DE ARAÚJO.

> OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. ADAPTAÇÃO DO APLICATIVO PAF-ECF. DESCUMPRIMENTO. RETROATIVIDADE BENIGNA DA LEGISLAÇÃO. MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA. AUTO DE INFRA-ÇÃO IMPROCEDENTE. RECURSO HIERÁRQUICO DES-**PROVIDO**

> O descumprimento de uma obrigação acessória a todos imposta pelo RICMS/PB gera uma infração, punível com multa. No caso em tela, a conduta da autuada, que motivou a ação fiscal, deixou de ser infringente, diante do advento de legislação posterior que prorrogou o prazo para os contribuintes se adaptarem aos requisitos do PAF-ECF, aplicando-se, assim, a retroatividade benigna amparada pelo Código Tributário Nacional.

Processo nº 135.020.2011-6 Acórdão 318/2014

Recurso HIE/CRF-247/2013

RECORRENTE: GERÊNCIA EXEC. DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS.

RECORRIDA: EA COMERCIO DE CALÇADOS LTDA.

PREPARADORA: RECEBEDORIA DE RENDAS DE CAMPINA GRANDE.

AUTUANTE: HÉLIO VASCONCELOS.

RELATOR: CONS. FRANCISCO GOMES DE LIMA NETTO.

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. ADAPTAÇÃO DO APLICATIVO PAF-ECF. DESCUMPRIMENTO. RETROATIVIDADE BENIGNA DA LEGISLAÇÃO. MANTIDA A DECISÃO RECORRIDA. AUTO DE INFRA-ÇÃO IMPROCEDENTE. RECURSO HIERÁRQUICO DES-PROVIDO.

O descumprimento de uma obrigação acessória a todos imposta pelo RICMS/PB gera uma infração, punível com multa. No caso em tela, a conduta da autuada, que motivou a ação fiscal, deixou

de ser infringente, diante do advento de legislação posterior que prorrogou o prazo para os contribuintes se adaptarem aos requisitos do PAF-ECF, aplicando-se, assim, a retroatividade benigna amparada pelo Código Tributário Nacional.

Processo nº 123.430.2010-8 Acórdão 319/2014 Recurso HIE/CRF-057/2013

Recorrente: GERÊNCIA EX. DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS - GEJUP

Recorrida: CARLOS ANTONIO DA SILVA

Preparadora: RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA

Autuante: WILSON DE OLIVEIRA FILHO

Relator: CONS. JOAO LINCOLN DINIZ BORGES

FALTA DE REGISTROS DE NOTAS FISCAIS DE AQUISIÇÃO. PARCIALIDADE. CONTA MERCADORIAS. AJUSTES NECESSÁRIOS. CONTABILIDADE NÃO COMPROVADA. LEVANTAMENTO FINANCEIRO. PROCEDENTE. OMISSÃO DE SAÍDAS DE MERCADORIAS TRIBUTÁVEIS. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. ALTERADA QUANTO AOS VALORES A DECISÃO RECORRIDA. RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.

- 1 Mantida a exação fiscal constatada pela ocorrência de aquisições de mercadorias com receitas oriundas de omissão de saídas pretéritas, tendo em vista a comprovação de falta de registro de lançamento de notas fiscais de entrada nos livros próprios, com exceção sobre a acusação apurada no exercício de 2010.
- 2 Comprovação de déficit financeiro em decorrência das despesas incorridas superarem a receitas declaradas, eclodindo a presunção prevista pela legislação de regência.
- 3- Prevalece o procedimento fiscal denominado de Levantamento da Conta Mercadorias, quando o contribuinte não vier a perfilhar escrita contábil regular, fato ocorrido no exercício fiscalizado, com ajuste quanto à tipificação das operações que são sujeitas a incidência normal do imposto, materializando, de forma parcial, a ocorrência de omissão de saídas de mercadorias tributáveis.
- 4 Multa por infração reduzida na forma disposta pela Lei n° 10.008/2013.

Processo nº 112.215.2012-1 Acórdão 320/2014 Recurso VOL/CRF-175/2013

RECORRENTE: JOSÉ ALDAIR NÓBREGA DE SOUSA - EPP

RECORRIDA: GERÊNCIA EXEC. DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS. PREPARADORA: RECEBEDORIA DE RENDAS DE JOÃO PESSOA

AUTUANTE: LUIZ MÁRCIO DE BRITO MARINHO RELATOR: CONS. JOÃO LINCOLN DINIZ BORGES

OMISSÃO DE VENDAS. DECLARAÇÃO DE VENDAS EM VALORES INFERIORES AOS FORNECIDOS PELAS OPERADORAS DE CARTÕES DE CRÉDITO/DÉBITO. ATENDIMENTO DE NOTIFICAÇÃO ANTES DA MEDIDA FISCAL. ESPONTANEIDADE. AUTO DE INFRAÇÃO IMPROCEDENTE. REFORMA DA DECISÃO RECORRIDA. RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.

É pacificado o entendimento acerca da existência de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, quando se constatar a ocorrência de diferença entre o valor das vendas declaradas pelo contribuinte em confronto com as informações fornecidas pelas administradoras de cartões de crédito/débito com as quais a declarante operacionalizou o meio de pagamento de suas vendas. Nos autos, a relatoria reconhece a ocorrência de espontaneidade do sujeito passivo que atendeu a notificação expedida pela fiscaliza-

ção em data anterior a lavratura do auto de infração saneando os fatos apurados pela fiscalização.

Processo nº 144.516.2011-2 Acórdão 321/2014 Recurso HIE/CRF-114/2013

RECORRENTE: GERÊNCIA EXEC. DE JULGAMENTO DE PROCESSOS FISCAIS.

RECORRIDA :AGRESTE CONSTRUÇÕES LTDA.

PREPARADORA: RECEBEDORIA DE RENDAS DE CAMPINA GRANDE.

AUTUANTE: TIBÉRIO TEIXEIRA DE OLIVEIRA.
RELATORA: CONS^a. MARIA DAS GRAÇAS D. O. LIMA.

OMISSÃO DE SAÍDAS TRIBUTÁVEIS. LEVANTAMENTO DA CONTA MERCADORIAS. CONCORRÊNCIA DE INFRAÇÕES. LEVANTAMENTO FINANCEIRO. AJUSTES. PENALIDADE. LEI POSTERIOR MENOS GRAVOSA. APLICABILIDADE. AUTO DE INFRAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE. ALTERADA QUANTO AOS VALORES A DECISÃO SINGULAR. RECURSO HIERÁRQUICO DESPROVIDO.

- A existência de outro lançamento de ofício cuja acusação, julgada procedente na Instância Prima, é baseada no Levantamento Financeiro, que concorre com a denúncia alicerçada no resultado negativo apontado no Levantamento da Conta Mercadorias, também do mesmo exercício fiscal, denunciada em auto de infração ainda pendente de julgamento definitivo, acarreta a insubsistência deste, haja vista que sua manutenção ensejaria aplicação do instituto do bis in idem, não recepcionado pelo ordenamento tributário brasileiro.

Confirmada a regularidade de uma parte da exigência do ICMS oriundo da delação que tem suporte no Levantamento da Conta Mercadorias, referente a exercício distinto, em decorrência de ajustes que promoveram redução do valor do imposto originalmente lançado.

Mantida a exigência do ICMS não pago e detectado por meio do Levantamento Financeiro, relativo a exercício diverso e, por isso, não gravado pela concorrência de infrações, diante do não afastamento da presunção da existência do seu resultado.

- Em face do princípio da legalidade administrativa e por força de lei posterior que abranda a penalidade, impõe-se sua aplicação.

Processo nº 147.251.2011-1 Acórdão 322/2014 Recurso EBG/CRF-754/2014

EMBARGANTE: COSAN COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES S.A.
EMBARGADO: CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS - CRF
PREPARADORA: COLETORIA ESTADUAL DE CABEDELO.
AUTUANTE: HÉLIO JOSÉ DA SILVEIRA FONTES.

RELATORA: CONS^a. MARIA DAS GRAÇAS D. DE OLIVEIRA LIMA.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. OMIS-SÃO NÃO CONFIGURAÇÃO. MANTIDA A DECISÃO EMBARGADA.

Os argumentos trazidos à baila pela embargante, e que tem por objeto a existência de omissão na decisão exarada neste Colendo Tribunal Administrativo não encontram fundamento de fato e de direito no Acórdão vergastado, ficando, pois, fulminada a possibilidade de sucesso por parte da interessada. Mantidas, portanto, as razões de decidir do Acórdão questionado.

GIANNICUNHA DA HEVETRA CAVALCANTE PRESIDENTE



PBPrev - Paraíba Previdência

RESENHA/PBPREV/GP/N° 503-2014

O Presidente da **PBprev-Paraíba Previdência**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos incisos I, II e III do art. 11 da Lei nº 7.517, de 30 de dezembro de 2003, **DEFERIU** o(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

	PROCESSO	NOME	MATRÍCULA
1.	10170-12	SALETE MARTINS FONSECA	951.617-4
	Jo	ão Pessoa 23 de setembro de 2014.	

RESENHA/PBPREV/GP/ Nº 866/2014

O Presidente da **PBprev-Paraíba Previdência**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos incisos I, II e III do art. 11 da Lei 7.517, de 30 de dezembro de 2003. **INDEFERIU** o (s) processo (s) abaixo relacionado (s):

	Processo	Re que ren te	MATRÍCULA	Assunto	
01	4676-14	EDINALDO MARIANO DE LIMA	88.773-1	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA	
02	2644-14	JULIETA ARAGÃO VIEIRA	71.423-2	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA	
03	5877-14	MARIA DO ROSARIO ROCHA NUNES	92.731-7	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA	
04	5111-14	PAULA PEREIRA CLARINDO	131.408-4	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA	
	João Pessoa, 23 de setembro de 2014.				

RESENHA/PBPREV/GP/ Nº 868/2014

O Presidente da **PBprev-Paraíba Previdência**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos incisos I, II e III do art. 11 da Lei 7.517, de 30 de dezembro de 2003. **DEFERIU** o (s) processo (s) abaixo relacionado (s):

DI	DEFERIO (s) processo (s) abaixo refacionado (s).					
	Processo	Re que ren te	MATRÍCULA	Assunto		
01	7784-14	ANTONIO VIANA GONÇALVES DA CRUZ	966.878-1	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA		
02	5924-14	BRAULIO TERCEIRO DALBUQUERQUE CHAVES	976.581-6	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA		
03	5442-14	CONSTANTINA EDI DE MEDEIROS	56.878-3	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA		
04	5101-14	FRANCISCA RODRIGUES LEITE	92.187-4	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA		
05	5445-14	HERALDO TEIXEIRA DE CARVALHO	3729-0	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA		
06	6600-14	JEANE FERNANDES ALVES FORMIGA DE QUEIROZ	470.988-8	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA		
07	6249-14	IVANILTON DE FREITAS ALBUQUERQUE	22.831-1	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA		
08	6466-14	MARCOS CELIO DO NASCIMENTO	69.039-2	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA		
09	7386-14	MISAEL EUSTÁQUIO MENDES DE LUCENA	970.035-8	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA		
10	5066-14	NADIR PEREIRA DA SILVA	83.934-5	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA		
11	6809-14	RAIMUNDO CANDIDO DE ARRUDA	468.798-1	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA		
12	6008-14	REGINA ELIZABETH MACIEL FRANCA	367.707-9	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA		
13	6499-14	SEVERINO FERREIRA CAVALCANTE	27.926-9	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA		
	João Pessoa, 23 de setembro de 2014.					

RESENHA/PBPREV/GP/ Nº 870/2014

O Presidente da **PBprev-Paraíba Previdência**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos incisos I, II e III do art. 11 da Lei 7.517, de 30 de dezembro de 2003. **DEFERIU** o (s) processo (s) abaixo relacionado (s):

וע	DEFERIO 6 (8) processo (8) abaixo reractoriado (8).					
	Processo	Requerente	MATRÍCULA	Assunto		
01	5161-14	ANTONIO BARBOSA LUCENA	92.842-9	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA		
02	14220-13	ARIONALDO VIANA DE AZEVEDO MAIA	974.400-2/974.403-7	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA		
03	6138-14	EDNA DE FATIMA ALVES LAURITZEN	74.775-1	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA		
04	6067-14	DENISE MARIA DA CRUZ NETTO SCHULER	976.925-1	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA		
05	5027-14	GERALDA RODRIGUES SABINO	56.770-1	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA		
06	4171-14	JEOVAH MEDEIROS	29.217-6	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA		
07	6235-14	JOSE DE SOUSA NEVES	81.966-2	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA		
08	1009-14	MANOEL LUIS GOMES	501.520-1	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA		
09	6449-14	MANOEL SOARES MONTEIRO	460.404-1	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA		
10	5396-14	MARIA VALMIRA OLIVEIRA DE CARVALHO	966.384-3	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA		
11	5228-14	MARIA DO CARMO ALVES RODRIGUES	87.862-6/976010-5	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA		
12	6080-14	MARIA ILZANETE GOMES FORMIGA BARROS	975.114-9	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA		
13	4586-14	MARIA NAZARETH BATISTA TORRES	141.853-0	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA		
14	4791-14	ODETE LEANDRO DE OLIVEIRA	120.555-2	ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA		
	João Pessoa, 23 de setembro de 2014.					

RESENHA/PBPREV/GP/nº. 0872/2014

O Presidente da **PBPREV-Paraíba Previdência**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos incisos **I, II e III do art. 11 da Lei nº 7.517, de 30 de dezembro de 2003**,

resolve Cancelar Aposentadoria do processo abaixo relacionado(s):

	Processo	Requerente	Matrícula
01	07853-14	JOAQUIM MOREIRA DE PAIVA	92.894-1
02	05966-14	MARIA LÚCIA FURTADO NOGUEIRA	59.272-2
03	07517-14	RODE PEREIRA DA SILVA	146.424-8
		João Pessoa, 22 de setembro de 2014.	

RESENHA/PBPREV/GP/nº. 0874/2014

O Presidente da **PBPREV - Paraíba Previdência**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos incisos **I, II e III do art. 11 da Lei nº 7.517, de 30 de dezembro de 2003, <u>INDEFERIU</u> o(s) processo(s) de REVISÃO DE APOSENTADORIA**, abaixo relacionado(s):

2000, 210 Ditte o(5) processo(5) de 112 (15110 Di 112 OSDI (112 OS					
	Processo	Requerente	Matrícula		
01	07065-14	FRANCISCA LINS DE ALBUQUERQUE	68.555-1		
02	11947-13	MARIA DO SOCORRO NUNES DE ALMEIDA	147.117-1		
03	06527-14	JOSÉ SANTANA FILHO	100.554-5		
04	07841-14	IVALDO ROSENDO DE SOUSA	9.100-6		
05	07567-14	CREUSA DE MOURA SILVA	9.185-5		
06	05923-14	ALBERTINO JULIO DE SALES	100.256-2		
07	07388-14	ARIOSVALDO PEREIRA CAMPOS	2.126-1		
08	07553-14	MARIA DORA RUIZ TEMOCHE	120.263-4		
		João Pessoa, 23 de setembro de 2014.			

RESENHA/PBPREV/GP/nº. 0876/2014

O Presidente da **PBPREV - Paraíba Previdência**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos incisos **I, II e III do art. 11 da Lei nº 7.517, de 30 de dezembro de 2003, <u>DEFERIU</u> o(s) processo(s) abaixo relacionado(s):**

Processo	Requerente	Matrícula
01 11738-11	TEREZINHA QUEIROZ RODRIGUES	37.758-9
	João Pessoa, 23 de setembro de 2014.	

Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Portaria nº 511/2014/DS

João Pessoa, 19 de setembro de 2014.

O Diretor Superintendente do Departamento Estadual de Trânsito do Estado da Paraíba - DETRAN/PB, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 24, do Decreto Estadual nº 9.760/1979; com respaldo na Lei 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, no artigo 63 da Lei Estadual n.º 9.433/05, nas Resoluções 466/13, de 11 de dezembro de 2013 e 496/14, de 25 de junho de 2014, do CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer normas e procedimentos para disciplinar o credenciamento de empresas para realização de vistorias automotivas com registro óptico da numeração do chassi, do motor e da placa de identificação na parte traseira do veículo, bem como a vistoria técnica, conforme preceitua o Artigo 12, X, Artigo 19, VI e Artigo 22, III e X, da Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), Resoluções números 14/1988, 282/2008 e 466/2013 do Conselho Nacional de Trânsito, no âmbito do DETRAN-PB;

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º da Resolução nº. 466 do CONTRAN, que designa a responsabilidade sobre as vistorias de transferência de propriedade ou de domicílio intermunicipal e interestadual aos órgãos e entidades executivos de trânsito, sendo o laudo único de vistoria de identificação veicular válido apenas no âmbito do Sistema de Controle de Laudos de Vistoria – SCLV;

CONSIDERANDO a necessidade de controle e fiscalização sobre as empresas públicas ou privadas, sejam elas de atividade-fim de vistoria ou de atividade-meio de fornecimento de tecnologia, para as quais serão concedidos acessos restritos a informações veiculares do RENAVAM e BIN AMPLIADA;

CONSIDERANDO o objetivo da aplicação de tecnologias como OCR, Biometria e Filmagem, como meio de conceder ao Órgão Executivo de Trânsito instrumentos de fiscalização para inibição de fraudes e consequente necessidade de atuar preventivamente para a segurança veicular objetivando a preservação da vida e a segurança do cidadão no trânsito;

CONSIDERANDO o objetivo institucional de contribuir com ações, serviços e novas tecnologias para combater as fraudes envolvendo transferências irregulares de veículos, imputação de notificações e multas de trânsito a veículos "clonados" causando danos aos cidadãos e empresas proprietárias de veículos automotores;

CONSIDERANDO a necessidade de contribuir para a repressão do comércio ilegal de peças de origem ilícita, geralmente oriundas de veículos furtados ou roubados;

CONSIDERANDO a necessidade de oferecer a prestação de um serviço com maior eficiência e comodidade para a sociedade, possibilitando o aumento de postos e opções de atendimento;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização dos sistemas de cadastros de veículos do Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba;

CONSIDERANDO a obrigação estatal de promover a proteção da vida de todos os membros da sociedade, fiscalizando com precisão as condições de segurança dos veículos em circulação nas vias e rodovias do Estado;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 0043/2000-DS da Diretoria Superintendente do DETRAN-PB;

CONSIDERANDO o prazo fixado pelo CONTRAN para início da vigência da Resolução 466/2013, fixado pela Resolução 496/2014, a partir de 1º de novembro de 2014;

COSNSIDERANDO a necessidade de dotar as pessoas jurídicas de direito público ou privado de prazo para habilitação que assegure o cumprimento da data delimitada pelo CONTRAN;

CONSIDERANDO a deliberação constante no OFÍCIO-CIRCULAR nº 029/2014, de 03 de setembro de 2014, oriundo do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN;

RESOLVE:

- Art. 1º Esta Portaria estabelece procedimentos para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular a ser realizada pelo Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba, ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, habilitada para a prestação dos serviços de vistoria veicular.
- §1º A habilitação para a realização do serviço de que trata esta Portaria constitui atribuição exclusiva do Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba.
- §2º O Departamento Estadual de Trânsito poderá exercer diretamente a atividade de vistoria de veículos automotores por meio de servidores públicos especialmente designados.
- Art. 2º A vistoria de identificação veicular, por ocasião da transferência de propriedade ou de domicilio intermunicipal ou interestadual do proprietário do veículo, é de responsabilidade do órgão executivo de trânsito do Estado e poderá ser realizada por pessoa jurídica de direito público ou privado previamente habilitada.
- § 1º A emissão do laudo único de vistoria de identificação veicular será realizada exclusivamente por meio eletrônico e só terá validade no âmbito do Sistema Nacional de Trânsito se registrado no Sistema de Certificação de Segurança Veicular e Vistorias SISCSV, mantido pelo DENATRAN.
 - § 2º A vistoria de identificação veicular tem como objetivo verificar:
 - I a autenticidade da identificação do veículo e da sua documentação;
 - II a legitimidade da propriedade;
 - III se os veículos dispõem dos equipamentos obrigatórios, e se estes estão

funcionais:

- IV se as características originais dos veículos e seus agregados foram modificados e, caso constatada alguma alteração, se esta foi autorizada, regularizada e se consta no prontuário do veículo na repartição de trânsito.
- § 3º Os equipamentos obrigatórios são aqueles previstos pelo Código de Trânsito Brasileiro CTB, Resoluções do CONTRAN e Portarias do DENATRAN.
- § 4º É vedada a realização de vistoria de identificação veicular em veículo sinistrado com laudo pericial de perda total.
- Art. 3º No âmbito da circunscrição do Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba, independentemente das demais exigências normativas relativas as vistorias de identificação veicular, será exigida, na transferência de propriedade ou de domicilio intermunicipal ou interestadual do proprietário do veículo, a realização de 2 etapas de vistoria:
- a) la etapa: exame químico metalográfico do chassi, através da competente pessoa jurídica de direito público (Instituto de Polícia Científica da Paraíba) ou a leitura espectral do chassi e motor, realizada através da verificação, leitura e decodificação da imagem coletada por pessoa jurídica de direito privado ou público habilitada pelo DETRAN/PB nos termos desta Portaria:
- b) 2ª. etapa: vistoria complementar dos demais requisitos obrigatórios previstos na legislação do CTB, Resoluções do CONTRAN, Portarias do DENATRAN e DETRAN/PB, a ser realizada pelo próprio DETRAN/PB, através de seu quadro de vistoriadores, ou por pessoa jurídica de direito privado ou público habilitada pelo DETRAN/PB nos termos desta Portaria.

Parágrafo único. O equipamento de leitura espectral de chassi e motor de ve possuir módulo de leitura OCR que permita a leitura da imagem gravada referente ao código do chassi e módulo de decodificação de chassi, utilizando a imagem coletada e efetivando a verificação do padrão mundial de montagem veicular de acordo com sua respectiva montadora através do VIN (Vehicle Identification Number).

- Art. 4º A pessoa jurídica habilitada pelo DETRAN/PB somente poderá operar em vistoria de identificação veicular após a concessão do acesso ao SISCSV, devendo o órgão executivo estadual de trânsito responsável pelo credenciamento fiscalizar da conformidade dos serviços prestados.
- Art. 5º A habilitação da pessoa jurídica de direito público ou privado para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular perante o DETRAN/PB dar-se-á mediante cumprimento dos seguintes requisitos:
 - I documentação relativa à habilitação jurídica:
- a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores, devendo constar do objeto social a atividade exclusiva de vistoria de identificação veicular, excetuando-se as pessoas jurídicas de direito público que se dediquem à atividade de ensino e pesquisa técnico-científica;
- b) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir:
 - c) cópia da lei de criação, em se tratando de pessoa jurídica de direito público. II - documentação relativa à regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira:
 - a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ;

- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo à sede da pessoa jurídica, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual ou estatutário:
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) comprovação, na forma da lei, de regularidade na entrega da Relação Anual de Informações Sociais RAIS ao Ministério do Trabalho e Emprego MTE;
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452/1943;
- g) certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data do início do processo administrativo de habilitação, acompanhada de prova da competência expedida por cartório distribuidor.
 - III documentação relativa à qualificação técnica:
- a) comprovação de possuir em seu quadro de pessoal permanente, vistoriadores com qualificação comprovada por meio de certificado ou diploma de conclusão de curso de treinamento em vistoria de identificação veicular, regulamentado pelo DENATRAN;
 - b) Licença ou Alvará de Funcionamento, com data de validade em vigor, expedido pela Prefeitura do Município;
 - c) comprovação de canal aberto de ouvidoria ou serviço de atendimento ao

consumidor;

- d) Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional, segurada no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), e em vigor durante o prazo de validade do contrato de exercício dos serviços de vistoria de identificação veicular, em nome da contratada, para eventual cobertura de danos causados ao consumidor pela pessoa jurídica habilitada;
 - e) comprovante de quitação do seguro contratado;
- f) comprovação da atuação exclusiva no mercado de vistoria de identificação veicular, mediante certidão emitida pelo órgão competente e cópia do contrato social vigente;
- g) declaração de abster-se de envolvimentos comerciais que possam comprometer a isenção no exercício da atividade de vistoria de identificação veicular, assinada pelo representante legal da pessoa jurídica.
 - IV documentação relativa à infraestrutura técnico-operacional:
- a) projeto atual aprovado e registrado pelo Município e fotos atualizadas do estabelecimento identificando a existência de local adequado para estacionamento de veículos, com dimensões compatíveis para realizar as vistorias de identificação veicular em áreas cobertas, possibilitando o desenvolvimento das vistorias de identificação veicular ao abrigo das intempéries, sendo vedado o uso de estruturas provisórias. No caso de veículos pesados, com peso bruto total superior 4.536 Kg, as vistorias de identificação veicular poderão ser realizadas em área descoberta no pátio da empresa;
- b) deter controle informatizado através de tecnologia de biometria para a emissão do laudo único padronizado pelo SISCSV e demais exigências técnicas determinadas por regulamentação específica do DENATRAN e descritas no manual do sistema, em especial relativas à segurança, identificação e rastreabilidade;
- c) Certificado de Sistema de Qualidade, padrão ISO 9001:2008, com validade atestada pela entidade certificadora, acreditada pelo INMETRO ou signatária de acordos internacionais de reconhecimento mútuo no campo da acreditação;
- d) deter equipamentos de leitura espectral de chassi e motor para pessoas jurídicas de direito privado ou equipamentos para realização de exame químico metalográfico do chassi para pessoas jurídicas de direito público.
- § 1º A Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional e o Certificado ISO9001:2008 devem ter caráter individual e intransferível, não sendo aceitos apólices de seguros e certificados coletivos.
- § 2º Nos termos da legislação do CONTRAN ficará a pessoa jurídica de direito público dispensado do cumprimento dos requisitos dispostos neste artigo, com exceção da documentação descrita na alínea "d" doinciso I, na alínea "a" do inciso II, nas alíneas "b", "c" e "g" do inciso III e nas alíneas "a" e"b" do inciso IV, do presente artigo.
- § 3º É proibida a participação de sócio ou proprietário de pessoa jurídica habilitada para a prestação de serviços de vistoria veicular, que exerça outra atividade empresarial regulamentada pelo CONTRAN ou DENATRAN.
- Art. 6º O DETRAN/PB reserva-se ao direito de condicionar a concessão do credenciamento de unidades em áreas populacionalmente mais densas e financeiramente viáveis à instalação e credenciamento de unidades de vistoria em áreas de menor densidade demográfica e financeiramente pouco viáveis ou mesmo inviáveis, com o propósito de capilarizar os pontos de atendimento ao público em geral.
- Art. 7°. A habilitação deverá ser realizada no prazo de 10 (dez) dias contado da publicação desta Portaria, e em sendo preenchidos todos os requisitos e condições, será concedida o credenciamento pelo Superintendente do DETRAN/PB, após parecer favorável da Comissão Especial de Credenciamento e Fiscalização.
- § 1º. A empresa credenciada terá um prazo de 6 (seis) meses para proceder a instalação das unidades em no mínimo todas as cidades elencadas nesta Portaria, sob pena de cancelamento do credenciamento.
- § 2º Deverá ser realizada inspeção no local definitivamente indicado, pela Comissão Especial de Credenciamento e Fiscalização, aonde funcionará cada unidade da empresa solicitante da habilitação.
- Art. 8°. A vistoria consistirá da inspeção do local, das instalações físicas eequipamentos e observará a satisfação dos requisitos constantes desta Portaria e Resoluções do CONTRAN em vigor, que estabelecam normas para realização de vistorias veiculares.

Art. 9°. O DETRAN/PB realizará vistoria anual em todas as empresas credenciadas ou, a qualquer tempo, quando julgar necessário.

Art. 10. Os pedidos de credenciamento serão apreciados quanto ao preenchimento dos requisitos estabelecidos nesta Portaria, relativos a:

Documentação;

Instalação e equipamentos;

Quadro técnico e administrativo;

§ 1º O exame da intenção de credenciamento compete a uma Comissão Especial de Credenciamento e Fiscalização, designada pelo Superintendente do DETRAN/PB.

§ 2º Serão indeferidos os pedidos de credenciamento de interessados que tiverem vínculo profissional ou consanguíneo até 2º grau com pessoas que exerçam atividade empresarial regulamentada pelo CONTRAN ou DENATRAN, ou junto ao DETRAN/PB;

§ 3º A atuação das empresas credenciadas será limitada à circunscrição em que for admitido o seu credenciamento, devendo ser observado o disposto no artigo 29 desta Portaria.

§ 4º Serão indeferidos os pedidos de credenciamento dos interessados que não apresentarem a documentação exigida nesta Portaria, após concessão de prazo de 10 (dez) días úteis para complementar a documentação.

§ 5º Preenchidos todos os requisitos estabelecidos nesta Portaria, a Comissão opinará pelo deferimento ou indeferimento do pedido de credenciamento.

§ 6º O julgamento do pedido e a publicação do ato do credenciamento compete ao Superintendente do DETRAN/PB.

Art. 11. Depois de saneado e devidamente instruído com o preenchimento dos requisitos obrigatórios e o parecer da Comissão de Credenciamento e Fiscalização, o processo de credenciamento será encaminhado ao Superintendente do DETRAN/PB, para julgamento final, homologação do pedido e posterior publicação do Ato de Credenciamento no Diário Oficial do Estado.

Art. 12. Do ato autorizador constará:

indicação da empresa com o respectivo CNPJ;

delimitação da área de atuação;

local de funcionamento;

Prazo de validade;

data e hora do protocolo do pedido.

Art. 13. A renovação do credenciamento dependerá da observância das seguintes

exigências: a) apresentação do pedido de renovação com antecedência de 30 (trinta) dias da

data de vencimento do credenciamento, acompanhado de toda a documentação exigida. b) não ter sido a empresa credenciada reincidente em infração sujeita à aplicação da penalidade de suspensão por período superior a 30 (trinta) dias;

c) não haver sofrido a empresa credenciada penalidade de cancelamento do credenciamento;

d) não ter sido os participantes do quadro societário da empresa credenciada condenado por prática de ilícito penal, com sentença transitada em julgado, que torne incompatível o exercício da atividade ora disciplinada;

§ 1º O pedido de renovação sujeitar-se-á às mesmas regras estabelecidas para o

§ 2º A falta de apresentação do pedido de renovação, no prazo estipulado neste artigo, será considerada como renúncia tácita ao credenciamento, sendo permitido novo pleito de credenciamento, atendidos os demais requisitos previstos nesta Portaria, após o devido processo legal.

Art. 14. Fica vedada a realização de vistoria automotiva fora dos locais autorizados e habilitados pelo DETRAN para o procedimento.

Art. 15. No caso de reprovação do veículo no processo de vistoria, o DETRAN e as credenciadas deverão registrar as inconformidades, cabendo ao proprietário a reapresentação do veículo no mesmo local até a solução das não conformidades.

Art. 16. Compete ao DETRAN/PB:

I - publicar no Diário Oficial do Estado o extrato do credenciamento da pessoa jurídica de direito público ou privado habilitada para exercer a vistoria de identificação veicular, nos termos desta Portaria;

II – disponibilizar, permanentemente e em destaque, no seu sítio eletrônico, a relação atualizada das pessoas jurídicas habilitadas para a atividade de vistoria de identificação veicular, incluindo nome, endereço, telefones para contato, CNPJ, área geográfica de atuação, prazo de vigência do contrato e nome do preposto responsável;

III - informar ao DENATRAN a relação de empresas que podem executar a atividadede vistoria de identificação veicular, com nome, endereço, CNPJ, prazo de vigência do contrato e nome do preposto responsável;

IV - monitorar e controlar todo o processo de vistoria de identificação veicular, inclusive a emissão do laudo e qualquer documento eletrônico disponível na central SISCSV, seja quando realizada por meios próprios ou por meio de pessoa jurídica de direito público ou privado, utilizando-se de tecnologia da informação adequada que realize a integração dos dados necessários, conforme regulamentação específica do DENATRAN;

V- fiscalizar, anualmente, a pessoa jurídica habilitada no exercício da atividade de vistoria de identificação veicular, "in loco" e por meio do SISCSV, independentemente de solicitação do DENATRAN ou de notificação judicial ou extrajudicial, podendo requisitar documentos, esclarecimentos, e ter livre acesso a todas as instalações da empresa:

VI - zelar pela uniformidade e qualidade das vistorias de identificação veicular;

VII - advertir, suspender ou cassar a pessoa jurídica habilitada nos casos de irregularidades previstas nesta Resolução, informando antecipadamente ao DENATRAN, por meio de ofício, a data de início e término da imposição da penalidade:

VIII - celebrar o instrumento jurídico necessário, com a autoridade policial competente, para acesso às informações registradas no SISCSV e prover os meios para disponibilização dessas informações eletronicamente;

IX - Comunicar à Polícia Civil do Estado da Paraíba qualquer identificação veicular suspeita de fraude ou irregularidades, na forma do disposto no art. 311 do Código Penal;

X - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares da atividade de vistoria

Art. 17. Compete à pessoa jurídica de direito público ou privado habilitada para

o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular: I - prestar serviço adequado, na forma prevista nas resoluções, normas e regula-

mentos técnicos aplicáveis à vistoria de identificação veicular; II - atualizar o inventário e o registro dos bens vinculados à contratação da pessoa

jurídica;

III - cumprir as normas técnicas pertinentes à atividade de vistoria de identifica-

ção veicular;

IV - permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, aos equipamentos e às instalações integrantes da vistoria de identificação veicular, aos registros operacionais e aos registros de seus empregados;

V - manter atualizada a documentação relativa à regularidade fiscal, nas esferas municipal, estadual e federal, permitindo aos encarregados da fiscalização livre acesso aos documentos comprobatórios;

VI - comunicar previamente ao DETRAN/PB qualquer alteração, modificação ou introdução técnica capaz de interferir na execução da atividade de vistoria de identificação veicular, e ainda, referente aos seus instrumentos constitutivos, bem como a decretação do regime de falência:

VII - informar ao DETRAN/PB as falhas constatadas na emissão dos laudos de vistoria de identificação veicular;

VIII - responder civil e criminalmente por prejuízos causados em decorrência das informações e interpretações inseridas no laudo de vistoria de identificação veicular, salvo aquelas oriundas do banco de dados BIN/RENAVAM/RENAMO, independentemente do limite da apólice de seguro prevista nesta Portaria;

IX - comunicar imediatamente à autoridade policial quando detectar veículo cuja identificação seja suspeita de fraude ou irregularidades insanáveis, para fins de apuração criminal.

X – comprovar, anual mente, perante o DETRAN/PB, o cumprimento dos requisitos de habilitação fixados nesta norma.

§ 1° O serviço adequado previsto no inciso I deste artigo corresponde àquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade e cortesia na sua prestação.

§ 2º A atualidade compreende a modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

§ 3º A pessoa jurídica de direito público ou privado habilitada somente poderá emitir laudos de vistoria de identificação veicular referentes às placas de veículos dos municipios abrangidos por sua habilitação, ou a serem transferidos para os respectivos municípios.

Art. 18. A pessoa jurídica de direito público ou privado habilitada para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular sujeitar-se-á às seguintes sanções administrativas, conforme a gravidade da infração e sua reincidência, aplicadas pelo DETRAN/PB, observada a ampla defesa e o contraditório:

I - advertência por escrito;

II - suspensão das atividades por 30, 60 ou 90 dias;

III - cassação do credenciamento.

§ 1º A aplicação das sanções de suspensão das atividades por 30, 60 ou 90 dias acarretará, automaticamente, a suspensão do acesso ao SISCSV pelo respectivo tempo.

§ 2º As irregularidades serão apuradas junto aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, mediante processo administrativo, observando-se a

legislação aplicável, bem como o direito à ampla defesa e ao contraditório. Art. 19. Constituem infrações passíveis de advertência por escrito:

I - apresentar, culposamente, informações não verdadeiras às autoridades de trânsito e ao DETRAN/PB ou DENATRAN:

II - registrar laudo de vistoria de identificação veicular de forma ilegível ou sem oferecer evidência nítida;

III - preencher laudos em desacordo com o documento de referência;

IV - deixar de prover informações que sejam devidas às autoridades de trânsito e

ao DETRAN/PB ou DENATRAN; V - manter não-conformidade crítica aberta por tempo superior a 30 (trinta) dias

ou outro prazo acordado com as autoridades de trânsito e com o DETRAN/PB ou DENATRAN; VI - deixar de registrar informações ou de tratá-las;

VII - praticar condutas incompatíveis com a atividade de vistoria de identificação

veicular.

Art. 20. Constituem infrações passíveis de suspensão das atividades por 30 (trinta) dias na primeira ocorrência, de 60 (sessenta) dias na segunda ocorrência e de 90 (noventa) dias

I - reincidência de infração punida com aplicação de advertência por escrito;

II - deixar de exigir do cliente a apresentação de documentos obrigatórios previstos na legislação de trânsito; III - emitir laudo de vistoria de identificação veicular em desacordo com o

respectivo regulamento técnico;

IV - realizar vistoria de identificação veicular em desacordo com o respectivo regulamento técnico;

V - emitir laudos assinados por profissional não habilitado;

VI - deixar de armazenar em meio eletrônico registro de vistoria de identificação veicular, não manter em funcionamento o sistema de biometria e outros meios eletrônicos previstos:

VII - deixar de emitir ou emitir documento fiscal de forma incorreta;

veicular;

VIII - utilizar quadro técnico de funcionários sem a qualificação requerida;

IX - deixar de utilizar equipamento indispensável à realização da vistoria de identificação veicular ou utilizar equipamento inadequado ou de forma inadequada;

X - deixar de conceder, a qualquer tempo, livre acesso às autoridades de trânsito e ao DETRAN/PB ou DENATRAN às suas instalações, registros e outros meios vinculados à habilitação, por meio físico ou eletrônico;

XI - utilizar pessoal subcontratado para serviços de vistoria de identificação

XII - deixar de manter o Seguro de Responsabilidade Civil Profissional. Art. 21. Constituem infrações passíveis de cassação do habilitado:

I - reincidência da irregularidade punida com aplicação de sanção administrativa de suspensão das atividades por 90 (noventa) dias;

 \mbox{II} - realizar vistoria de identificação veicular fora das instalações da pessoa jurídica habilitada;

III - fraudar o laudo de vistoria de identificação veicular;

IV - emitir laudo de vistoria de identificação veicular sem a realização da vistoria;

V - manipular os dados contidos no arquivo de sistema de imagens.

VI - repassar a terceiros, a qualquer título, as informações sobre veículos e proprietários objeto de vistoria.

Art. 22. Além das infrações e penalidades previstas nos artigos anteriores, será considerada infração administrativa passível de cassação do habilitado, qualquer ato que configure crime contra a fé pública, a administração pública e a administração da justiça, previstos no Decreto-Lei 2.848/40, e atos de improbidade administrativa previstos na Lei nº 8.429/92, em especial a ofensa aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e interesse público.

 \S 1°. É de competência exclusiva do Superintendente do DETRAN/PB a aplicação das penalidades elencadas nesta Portaria.

§ 2º. A aplicação das penalidades previstas nesta Portaria será precedida de apuração em processo administrativo regular, assegurado o contraditório e a ampla defesa à empresa credenciada e aos funcionários envolvidos.

§ 3°. O prazo máximo para apuração do processo administrativo de que trata o parágrafo anterior será de 30 (trinta) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério do Superintendente do DETRAN/PB, face a justificativa previamente apresentada pela Comissão de Processo Administrativo.

§ 4º. Caberá pedido de reconsideração da penalidade aplicada ao credenciado no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da publicação do ato de aplicação da penalidade.

§ 5°. O pedido de reconsideração deverá ser endereçado ao Diretor Superintendente do DETRAN/PB, fundamentado em fato novo que não tenha sido apreciado no âmbito do processo administrativo e devidamente instruído com documentação pertinente e provas do alegado.

Art. 23. O DETRAN/PB poderá suspender cautelarmente, sem prévia manifestação do interessado, as atividades de vistoria de identificação veicular da pessoa jurídica de direito público ou privado, motivadamente, em caso de risco iminente, nos termos do art. 45, da Lei nº 9.784/99.

Art. 24. A pessoa jurídica cassada poderá requerer sua reabilitação para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular depois de decorridos 2 (dois) anos da aplicação da penalidade.

Art. 25. As sanções aplicadas às pessoas jurídicas habilitadas são extensíveis aos sócios, sendo vedada a participação destes na composição societária de outras pessoas jurídicas que realizem as atividades de que trata esta Portaria.

Art. 26. No caso de alteração de endereço das instalações da pessoa jurídica habilitada, esta somente poderá voltar a operar após a vistoria do DETRAN/PB.

Art. 27. Os modelos de requerimento e os demais formulários necessários à instrução do processo administrativo de habilitação da pessoa jurídica serão padronizados em ato específico do DETRAN/PB.

Art. 28. O Laudo de Vistoria de identificação veicular terá validade somente se emitido, monitorado e controlado por meio do SISCSV, nos termos da legislação vigente e atendidos os requisitos técnicos e funcionais especificados em Portaria do DENATRAN.

Art. 29. Nos termos do artigo 6º desta Portaria e considerando que se trata do primeiro credenciamento em cumprimento ao disposto na Resolução CONTRAN 466/2013, a vigorar obrigatoriamente a partir de 1º de novembro de 2014, o DETRAN/PB autoriza, excepcionalmente, a habilitação e credenciamento de empresa de vistoria veicular de direito privado ou público para atuar, obrigatoriamente, no mínimo, nas seguintes cidades: João Pessoa, Campina Grande, Bayeux, Santa Rita, Cabedelo, Guarabira, Patos, Monteiro, São Bento, Cajazeiras e Sousa.

Parágrafo único. Este primeiro credenciamento será realizado no mesmo prazo adotado pelo DENATRAN para cumprimento da Portaria 131/2008, qual seja em 4 (quatro) anos.

Art. 30. O IPC - Instituto de Polícia Científica da Paraíba poderá permanecer temporariamente atuando nos termos da Portaria nº 0043/2000-DS até sua adequação aos ditames desta Portaria.

Art. 31. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, cujo novo sistema de vistoria nela previsto, passa a incidir a partir de 1º de novembro de 2014, nos termos do artigo 1º da Resolução CONTRAN 496/2014.

PUBLICADO NO D.O.E. DE 20.09.14. REPUBLICAR POR INCORREÇÃO.

drigo Augusto de Carvalho Cos Diretor Superin endemic